

estimulará a produção de alimentos. Todos êsses fatores, evidentemente, vão concorrer e servir de base para a fixação e a assimilação do imigrante.

TEMÍSTOCLES LINHARES, ao examinar o problema, assinalou que as trocas culturais de hábitos alimentares tendem a beneficiar tanto os grupos imigrantes quanto os autóctones. Em seus estudos pôde verificar que, muito embora o imigrante alemão tenha abandonado muitos dos usos e hábitos alimentares ancestrais, ao mesmo tempo teve a oportunidade de comprovar a aceitação e a generalização de alimentos típicos da cozinha alemã, como o pão de centeio, as salsichas de Viena, o chamado *wiener Wurst*, servidos como antipasto do feijão preto, do arroz, da mandioca, etc.

Pelo exposto, é-nos possível aceitar a idéia de que a culinária, o modo de preparar os alimentos e os próprios hábitos alimentares, podem constituir-se numa espécie de mensagem, visto que êles estabelecem uma comunicação, não só entre as diversas gerações como entre os diferentes tipos de cultura.

Ao ensejo, julgamos oportuno considerar vários aspectos que podem influenciar nos modos de ser individuais, relacionados com os hábitos alimentares. De início, salientamos o hábito comum nas classes pobres de não utilizar talheres às refeições. Os alimentos são manipulados com as mãos. Costumam fazer um bôlo de comida, com os dedos, amassando convenientemente os alimentos. Êsse comportamento, cremos, constitui um traço característico do subdesenvolvimento econômico do país, uma vez que êle reflete, nada mais nada menos, do que uma condição econômica, que se resume na falta de disponibilidades no orçamento doméstico para a aquisição de talheres.

Por outro lado, a prosperidade, a pobreza, o progresso e, inclusive, as próprias condições de trabalho, imprimem condições de melhoria ou de piora, aos hábitos alimentares.

Aqui julgamos, também, interessante ressaltar que a mesma quantidade de dinheiro pode comprar uma dieta inadequada, em um caso, e adequada em outro, baseado unicamente na eleição prudente de melhores hábitos alimentares. Por outro lado, não podemos esquecer que, muitas vêzes, certos alimentos disponíveis não são adquiridos e ingeridos, porque a cultura local os rechaça por considerá-los de pouco prestígio ou pouco saudáveis.

As condições ambientais locais e regionais podem proporcionar, também, a adoção de hábitos alimentares característicos, graças não só à existência, à abundância ou à escassez de determinados alimentos, como também à maneira de confeccioná-los. Como exemplo, podemos citar o estudo de L. CÂMARA CASCUDO sôbre os hábitos alimentares dos jangadeiros. Afirma êle que o jangadeiro condicionou sua existência ao ambiente. Por isso, jamais admite a possibilidade de ingerir uma salada de alface, couve cozida, maxixe, quiabo, etc. O trivial é o peixe cozido. Destarte, a propaganda no sentido de utilizarem verduras

e legumes, esbarra numa obstinação serena de recusa. E, assim, se expressam: sô lá lagarta p'ra comê fôia?"

Essa recusa em aceitar novos hábitos alimentares foi também relatada por VIANNA MOOG, ao examinar o problema da Fordlândia, inclusive o da transplantação de hábitos culturais — referentes à alimentação. Alude, então, a um motim havido em Fordlândia pela recusa dos caboclos em utilizar o espinafre, as comidas vitamínicas e o *corn-flakes*. Desejavam feijão com parati.

Na oportunidade, vale ponderar que a existência ou abundância do sururu em Alagoas, da tartaruga e do tracajá na Amazônia, do açaí no Pará, da lagosta no litoral pernambucano e do guaiamum, do caranguejo e do siri, nos mangues do Nordeste, influíram decisivamente para que fôssem incluídos na dieta habitual dos habitantes daquelas paragens. Tornaram-se, dêsse modo, hábitos alimentares regionais e locais. A utilização do guaiamum, do caranguejo e do siri, pelos moradores dos mcccambos do Nordeste, constituiu, por seu turno, uma imposição das condições econômicas. Como corolário, podemos considerar que a monotonia da dieta em muitas das regiões do país, é fundamentalmente, uma característica dos hábitos alimentares de suas populações.

Convém lembrar, diz A. J. SAMPAIO, que os hábitos alimentares, mesmo em regiões afastadas, vão desde às comidas muito complexas até às refeições muito simples. Desde a maniçoba à feijoada completa e numerosos cozidos, ou então, à simples paçoca ou à farofa, quando não apenas à farinha e rapadura.

JACQUES LAMBETH, referindo-se ao problema, revela que o "caboclo vive do que produz. Geralmente o milho, a mandioca e o feijão e às vezes, arroz; êle também compra o açúcar. Mas o caboclo não varia a alimentação e tem carência de muita coisa porque não compra nada fora e também porque maus hábitos alimentares fazem-nos desprezar produtos de que dispõe, como as frutas. E, conclui, a fome dos brasileiros não é a dos países superpovoados, mas a dos primitivos".

O próprio progresso, a facilidade de transportes e comunicações, são fatores condicionantes, pois que são capazes de favorecer a mudança de hábitos alimentares. Assim, o homem transforma-se sob a ação da paisagem e da alimentação, ao mesmo tempo que modifica a paisagem e os seus hábitos alimentares. Êste é um aspecto positivo do problema, já que o contacto com culturas mais adiantadas é proveitoso para a melhoria das condições alimentares do povo brasileiro, face à possibilidade de melhoria de seus hábitos alimentares.

Outrossim, a elevação do nível econômico das populações, o melhor e maior aproveitamento dos alimentos autóctones, são também condições que se impõem para obter-se uma melhoria dos hábitos alimentares do brasileiro. Finalmente, a educação e a propaganda constituem os outros fatores de importância considerável para obter-se uma modificação favorável das condições alimentares de saúde do nosso povo.

Convém esclarecer, entretanto, que os hábitos alimentares não podem ser modificados à fôrça, por determinação de uma autoridade.

Isto porque, diz CASSEL, êles se encontram profundamente enraizados e não podem ser fãcilmente mudados e caso isso aconteça, ou se tente fazer, podem produzir reações inesperadas e muitas vêzes indesejáveis. Por outro lado, a capacidade de assimilação está na dependência direta de um sem número de causas e condições que influem na diversidade dos resultados e nos comportamentos individuais.

Não podemos esquecer aqui a questão do paladar e do seu valor e importância na implantação de novos hábitos alimentares. E, por isso, nos valem de SILVA MELO, para ressaltar êsse aspecto do problema, pois êle assim afirma: "é que o paladar varia com os meridianos, com as classes sociais, com os hábitos alimentares, sobretudo com a experiência adquirida nos primeiros anos de vida".

A educação alimentar, por sua vez, terá que ser realizada a longo prazo, devendo abranger tôdas as classes sociais e níveis de idade, visando em última análise, a valorizar o homem brasileiro, recuperando-o. Aliás, RUBENS DE SIQUEIRA considera como adequados e favoráveis ao ensino de melhores hábitos alimentares, nos seguintes campos de ação:

- a — Escolas primárias e secundárias;
- b — Professorado;
- c — Própria comunidade de adultos e crianças.

Portanto, a escola, o lar, o local de trabalho e a própria comunidade, são os locais que devem ser atingidos para que possam ser implantados os bons hábitos alimentares.

Adianta RUBENS DE SIQUEIRA que se deve pôr em relêvo os seguintes fatôres:

- a — a importância da boa alimentação para a saúde;
- b — as conseqüências desastrosas da subnutrição;
- c — o valor dos alimentos;
- d — as possibilidades alimentares de cada região do país;
- e — o estímulo ao consumo de certos alimentos de alto valor nutritivo;
- f — a maneira de preparo dos alimentos, conservando-lhes o máximo das qualidades nutritivas.

SELLING e FERRARO acreditam, também, no valor da educação, no sentido de que esta venha a proporcionar uma melhoria dos hábitos alimentares, quando afirmam que a educação é necessária para induzir o povo a utilizar novos alimentos, quando êles podem ser comprados fãcilmente no lugar de produção, ou quando êles podem ser armazenados por um longo período de tempo, sem ter suas propriedades destruídas.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — AYKROYD, W. R. — Sistemas de alimentação e suas razões. *Bol. da CNA*. Ano II, n.º 2. Rio. 1957.
- 2 — BASTIDE, R. — *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo. 1959.
- 3 — BOYD, ORR, Sir J. e LUBBOCK, D. — *A alimentação do povo em tempo de guerra*. CEB. Rio. 1944.

- 4 — BUARQUE DE HOLANDA, S. — *Raízes do Brasil*. J. Olímpio. Rio. 1956.
- 5 — CÂMARA CASCUDO, L. — *Os jangadeiros*. SIA. MA. Rio. 1957.
- 6 — CASSEL, J. — As implicações sociais e culturais da alimentação e dos hábitos alimentares. *Bol. da CNA*. Ano III, n.º 1. Rio. 1958.
- 7 — CASTRO BARRETO — *Povoamento e população*. J. Olímpio. Rio. 1951.
- 8 — DIEGUES JÚNIOR, M. — *As regiões culturais do Brasil*. INEP. MEC. Rio. 1960.
- 9 — FERREIRA FILHO, C. — *Amazônia em novas dimensões*. Conquista. Rio. 1961.
- 10 — FIRTH, R. — in IANNI, O. e CARDOSO, F. — *Homem e sociedade*. CEN. São Paulo. 1961.
- 11 — GURVITCH, G. — *La vocación actual de la sociología*. F. Cul. Mexicana. México. 1953.
- 12 — HALBWACHS, M. — *Morfologia social*. Liv. Academ. São Paulo. 1941.
- 13 — KLUCKHOHN, C. — *Antropología*. Fundo de Cultura. México. 1951.
- 14 — LAMBETH, J. — *Os dois Brasís*. INEP. MEC. Rio. 1959.
- 15 — LINHARES, T. — *Paraná vivo*. J. Olímpio. Rio. 1953.
- 16 — MALINOWSKY, B. — *Una teoría científica de la cultura Sudamericana*. B. Aires. 1948.
- 17 — MANNHEIM, K. — *Sociologia sistemática*. Trad. Bras. São Paulo. 1962.
- 18 — NASH, R. — *A conquista do Brasil*. CEN. São Paulo. 1950.
- 19 — OLIVEIRA VIANA — *Instituições políticas brasileiras*. J. Olímpio. Rio. 1955.
- 20 — PAMPLONA, H. A. — Costumes e tabus alimentares. *A Patologia Geral*. Ano XIV, n.º 3 e 4. Rio. 1953.
- 21 — SAMPAIO, A. J. — *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*. Brasileira. CEN. São Paulo. 1944.
- 22 — SELLING, M. e FERRARO, M. A. S. — *The psychology and diet of nutrition*. Norton. N. Y. 1945.
- 23 — SILVA MELO, A. — "Alimentação no Brasil". *O Cruzeiro*. Rio. 1946.
- 24 — SIQUEIRA, R. — Ensino de melhores hábitos alimentares à população. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 7, n.º 3. Rio. 1950.
- 25 — SOARES DE SOUSA, G. — *Notícia do Brasil*. Martins. Ed. São Paulo.
- 26 — SOROKIN, P. A. — *Sociedad, cultura y personalidad*. Aguilar. Madrid. 1960.
- 27 — VIANNA MOOG — *Bandeirantes e pioneiros*. Globo. Porto Alegre. 1956.

## TABUS E SUPERSTIÇÕES ALIMENTARES

Generalidades. Fundamentos e causas. Tipos encontrados no Brasil.

Tabu é uma palavra polinésia de difícil tradução, tendo sido já incorporada ao vocabulário universal. Ela deve corresponder ou ter o mesmo sentido das expressões "Sacer" dos romanos, "Ago" dos gregos, e "Kodanch" dos judeus. Caracterizam-na duas significações opostas. A do sagrado ou consagrado e a do perigoso ou proibido. Tabus protetores e destruidores. De qualquer sorte, o seu conceito contém idéia de reserva, manifestando-se por proibições, interdições ou restrições.

FREUD, considera o tabu como uma resultante de tendências, desejos e instintos naturais recalçados de um determinado grupo, em razão de uma proibição de interesses externos em conflito. Os marxistas procuram explicar os tabus escudados na teoria dos reflexos condicionados de PAVLOV. Nesse caso, então, o tabu será um estímulo condicionado a outro estímulo reflexo, provocador do reflexo do medo.

Qualquer que seja a sua explicação, todavia, o fato singular é que essas proibições tabus carecem de todo fundamento. E o interes-

sante é verificar que, muito embora sua existência nos seja incompreensível, êle, constitui, contudo, fato perfeitamente lógico para aqueles que vivem sob seu domínio.

Para GRAHAM SUMMER, os tabus incluem atos que a experiência verificou produzirem resultados insatisfatórios, especialmente para a busca de alimentos, para a saúde. A evidência dos fatos leva-nos a afirmar que o conhecimento dos tabus é transmitido e encerra uma sabedoria acumulada durante gerações.

AYKROYD considera as superstições e tabus como fenômenos culturais que afetam a nutrição humana criando então, exemplos de crenças, tais como as que foram descritas por CICELY WILLIAMS, encontradas na África Ocidental. Dentre as que foram anotadas, podem ser citadas as que dizem às mulheres que “se comerem ovos ficarão estéreis”, “se comerem aves, cacarejarão” e se “comerem cabritos criarão barbas”.

RAPOSO FONTENELE, procurando explicar o motivo do inconveniente da “mistura” de alimentos indica que ela é devido à combinação de elementos que se transformam em um composto quase sempre prejudicial ao organismo. Por isso, essas “misturas” são danosas e, conseqüentemente, desastrosas para o organismo. As manifestações orgânicas dos males ocasionados pela mistura, traduzem-se por cólicas, mal-estar, distúrbios vários e envenenamento, que variam não só com a resistência individual como com o grau de mistura.

Êsses tabus alimentares existem de norte a sul do país e constituem um aspecto do resto de cultura tradicional. Existem alimentos que não podem ser conciliados em uma única refeição ou dentro de um pequeno espaço de horas. Isto porque a mistura poderá fazer mal.

EMA REH e ENILDA CRUZ GOUVEIA e colaboradores, em 1959, num inquérito realizado no povoado de Boapaba — Colatina, estado do Espírito Santo, tiveram oportunidade de comprovar a existência de vários tabus alimentares estribados no conceito que as mães da localidade faziam, tendo em vista a ação prejudicial exercida por certas frutas ou verduras, sobre a criança, quando ainda na sua vida intra-uterina.

Na pesquisa que efetuaram, foi-lhes possível obter informações que permitiram identificar alguns alimentos, cujo ingestão deverá ser ou é evitada, por causar danos ao organismo. Assim, era voz corrente que a jaca, o abacaxi e o ananás não deviam ser comidos no período da gestação, porque tinham efeito abortivo.

Em seqüência, apresentaremos um quadro sinóptico, que nos dará uma idéia precisa das superstições e tabus alimentares lá existentes:

ALIMENTOS	CONCEITO DAS MÃES
Jaca.....	A criança ao nascer fica com a cabeça cheia de “pereba”
Abacaxi e ananás.....	Vira veneno e dá para perder a criança;
Repólho.....	Faz mal. Fica com o estômago pesado. Quando a criança nascer fica “chorona” e dá “nascida” no corpo;
Manga.....	Se chupar quente dá febre na mãe e na criança;
Melancia.....	Se chupar quente o menino também passa mal e sai até alguma novidade.

M. SOUAIN e E. CRUZ GOUVEIA e colaboradores, estudando a alimentação de famílias residentes em Boacica — Touros, no estado do Rio Grande do Norte, em 1960, graças a um inquérito realizado, verificaram, também, que nessa localidade, existia uma série de tabus. Assim, observaram que as mães da localidade, acreditavam que “manga com leite”, “frutas à noite” e “frutas quentes do sol”, fazem mal. Por outro lado, as informações prestadas indicam que os peixes de “couro” são “carregados” para as gestantes.

GENTIL CAMARGO (*apud* A. J. SAMPAIO), ao examinar o problema da alimentação dos caipiras do vale do Paraíba, teve a oportunidade de coletar uma série de tabus alimentares próprios da região abaixo relacionados, com a informação de que “há cousa” que “não se come porque mata”.

- |                              |                            |
|------------------------------|----------------------------|
| 1 — Banana com leite         | 9 — Banana com pinga       |
| 2 — Banana com manga         | 10 — Manga com pinga       |
| 3 — Banana da terra com água | 11 — Pinga com leite       |
| 4 — Laranja com leite        | 12 — Feijão fava com leite |
| 5 — Pepino com ovo           | 13 — Laranja com manga     |
| 6 — Maracujá com pinga       | 14 — Garapa com melancia   |
| 7 — Melancia com banana      | 15 — Melancia com uva      |
| 8 — Pêssego com pepino       |                            |

OLAVO BATISTA FILHO, por seu turno, em seu estudo sobre as fazendas de café, revelou haver encontrado um sério preconceito em misturar o leite com as frutas, ou mesmo, uma fruta com outra”.

Julgamos interessante consignar, também, o inquérito de nutrição realizado entre 54 famílias, em Jequitibá, Minas Gerais, pelo Dr. FRANK LOWENSTEIN e colaboradores, os quais registraram os seguintes tabus:

- 1 — Cerca de 59,3% do total não tomavam leite com frutas;
- 2 — Dentre os componentes das 54 famílias, 62,9% do total não mudavam de dieta durante uma gripe;
- 3 — Não comem frutas durante uma febre, 48,2%.

Ainda, como exemplo de tabus encontrados naquela região, podemos informar que o feijão e o ovo eram considerados como alimentos “pesados”.

Vemos, portanto, graças aos exemplos citados, que costumes se desenvolvem gradualmente, no sentido de evitar-se a ingestão de certos alimentos ou de combinações de alimentos, graças a um mecanismo de racionalização, pelo que são considerados prejudiciais ao indivíduo, porém, cuja irracionalidade é flagrante.

JOSUÉ DE CASTRO, em sua *Geografia da Fome*, referindo-se ao problema, declara que os tabus e interdições criados contra as frutas, no Nordeste e, enraizados na alma do povo, são os responsáveis diretos pelo desprezo votado pelo camponês às mesmas.

JOSUÉ DE CASTRO, prossequindo na sua exposição, assegura, outrossim que esses tabus não têm nenhum fundamento biológico, acreditando

que êles sejam puras sobrevivências culturais das interdições havidas no passado, dos senhores a seus escravos e moradores. Tratava-se deste, de uma espécie de policiamento moral idealizado pelos proprietários, para defesa dos seus bens. Dessa maneira, acredita, então, que não resta a menor dúvida de que foram os fundamentos econômicos, a mola impulsionadora dêstes tabus. Cita, em abono de sua afirmativa, alguns exemplos que se seguem: “a melancia comida no mato logo depois da colheita dá febre”, “a manga com leite é veneno”, “a ingestão de fruta pouco madura dá cólica” e “cana verde dá corrimento”.

De qualquer sorte, êsses tabus assim constituídos, atingiram não só os seus objetivos como se propagaram e se tornaram verdadeiras barreiras contra o uso de frutas, cuja utilização seria de maior proveito para a saúde. Assim, êsses tabus, não só perturbaram de maneira nociva os hábitos alimentares locais fazendo com que fôsse perdido o gosto pelas frutas, como também, favoreceu o desinterêsse pelo seu cultivo.

A. J. SAMPAIO assevera que o “povo guiado pelo que lhe ensina a experiência, interpretando a seu modo, nem sempre acertado, distingue “alimentos quentes” ou “reimosos” e “alimentos frios” ou “saudáveis” e “alimentos fortes” ou de “sustança”, além dos seus tabus relativos a incompatibilidades.

Face a essas circunstâncias ocasionais, acreditamos ser possível que as “prevenções” ou “manias” populares, contra êste ou aquêle alimento, estejam algumas vêzes diretamente ligadas às noções de idiosincrasias individuais ou de manifestações alérgicas.

HENRIQUE PAMPLONA, ao estudar o problema, discordou de certa maneira do ponto de vista de JOSUÉ DE CASTRO ao enumerar as seguintes causas ou fatores capazes de determinar o surgimento dos tabus:

- 1 — Econômico
- 2 — Ignorância alimentar
- 3 — Analogias
- 4 — Álcool
- 5 — Tradição

PAMPLONA assegura em seu estudo, que não foi apenas o interêsse na defesa de seus bens contra a ação de terceiros que deu origem a muitas das proibições alimentares. Vêzes houve, em que as condições econômicas eram precárias de modo que exigiam uma contenção nos gastos. No caso, portanto, o fator condicionante era a diminuta capacidade aquisitiva. E, em outras oportunidades, os tabus se desenvolveram em face da necessidade de se estabelecerem medidas que visavam a assegurar a satisfação das exigências alimentares de uma coletividade.

Por outro lado, a falta de conhecimentos adequados sôbre o valor nutritivo das verduras, tem determinado e contribuído para a ausência quase completa do consumo das mesmas, mormente no Norte e Nordeste do país. Com efeito, como justificativa para êsse fato, há uma racionalização na afirmativa muito difundida nas regiões acima, de que quem se sustenta de fôlhas é lagarta. E, assim, afirmam: “sô lá lagarta pr’a comê fôia?”.

Em ocasiões outras, surge por exemplo, a correlação entre a côr do alimento que dizem ser prejudicial e a da afecção, como no caso da ingestão de “laranja fazer mal ao fígado”, proporcionando o aparecimento da icterícia. Quando não, é o problema do calor do sol transmitido às frutas que se associa à hipertermia, como no caso de se afirmar que “se a gestante chupar manga quente, dá febre na mãe e na criança”.

Existe também a crença de que determinados alimentos provocam doenças. Por exemplo: “comer mel dá morféia”, “arroz com casca” ou “semente de goiaba” dão apendicite e, pimenta faz “quentura nas regras”.

Por outro lado, RAPÔSO FONTENELE, em seu estudo efetuado em Aimorés, Minas Gerais, assinala que observou a existência de tabus relacionados com as doenças de pele. Assim, naquela localidade, nos casos de “moléstias de pele e nas feridas”, não se pode comer nada “reimoso” porque “o corpo arreventa em ferida”. São considerados “alimentos reimosos”, a couve, a carne de porco, o jacaré, a paca, o peixe, capivara, lagosta, amendoim, côco, manga, etc.

Por sua vez, o álcool e as tradições, também oferecem importantes contribuições para a manutenção dos tabus. De qualquer sorte, acreditamos que, no caso, a divulgação de conceitos e conhecimentos sobre nutrição e, sobretudo, a educação alimentar em larga escala, a curto e a longo prazo, constituem as respostas adequadas que se poderão dar, quando se nos indaga qual a solução viável para estes problemas que se encontram tão arraigados na consciência popular.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — AYKROYD, W. R. — Sistemas de alimentação e suas razões. *Bol. da CNA*. Ano II, n.º 2. Rio. 1957.
- 2 — BATISTA FILHO, O. — *Fazendas de Café*. SIA. MA. Rio. 1952.
- 3 — CÂMARA CASCUDO, L. — *Tradições populares da pecuária nordestina*. SIA. MA. Rio. 1956.
- 4 — CASTRO, J. DE — *Geografia da fome*. Cruzeiro. Rio. 1946.
- 5 — CASSEL, J. — As implicações sociais e culturais da alimentação e dos hábitos alimentares. *Bol. da CNA*. Ano III, n.º 1. Rio. 1958.
- 6 — FREUD, S. — *Totem e tabu*. Vol. XIII. Obras completas. Ed. Delta. Rio.
- 7 — KLUCKHOHN, C. — *Antropologia*. E. C. Econ. México. 1951.
- 8 — LOWENSTEIN, F. W. — *Inquérito de nutrição no município de Jequitibá, Minas Gerais*. ACAR. 1957/1958.
- 9 — MAC COLLUM, E. V. e BECKER, J. E. — *Alimentos, nutrição e saúde*. Pub. do SESP. Rio. 1953.
- 10 — PAMPLONA, H. A. — Costumes e tabus alimentares no Brasil. *A Patologia Geral*. Ano XIV, n.ºs 3 e 4. Rio. 1953.
- 11 — RAPÔSO FONTENELE, L. F. — *Aimorés — análise antropológica*. DASP. Rio. 1959.
- 12 — REH, MISS E., CRUZ GOUVEIA, E. L. e cols. — *Resultado do inquérito alimentar realizado nas famílias representativas do povoado de Boapaba, Colatina, Espírito Santo*. (Gentileza do Dr. PEDRO BORGES).
- 13 — SAMPAIO, A. J. — *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*. Brasileira. CEN. São Paulo, 1944.
- 14 — SELLING, L. S. e FERRARO, M. A. S. — *The psychology of diet and nutrition*. Norton. N. Y. 1945.

- 15 — SIQUEIRA, R. — Ensino de melhores hábitos alimentares à população. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 9, n.º 3. Rio. 1950.
- 16 — SUMMER, W. G. — *Folkways. Estudo sociológico dos costumes.* Martins. Ed. São Paulo. 1950.
- 17 — SOUSA BARROS — Tabus e hábitos alimentares. *Arq. Bras. Nut.* Vol. 17, n.º 1. Rio. 1961.
- 18 — ZOUAIN, M., CRUZ GOUVEIA, E. L. e cols. — *Estudo do consumo e das condições sócio-econômicas nas famílias representativas do povoado de Boacica, Touros — Rio Grande do Norte.* CNA. Rio. 1960. (Gentileza do Dr. P. BORGES).

## ALIMENTAÇÃO, PARASITÓSES ENDÊMICAS E DESNUTRIÇÃO

Generalidades. Incidência do binômio desnutrição/parasitoses. Interrelações causais.

Uma rápida análise conjuntural permite-nos reconhecer o problema da incidência das enteroparasitoses e, sobretudo, de sua interrelação com a alimentação, e com a desnutrição ou os estados carenciais, de um a outro extremo do país.

Já em 1954, em trabalho apresentado ao 1.º Congresso Brasileiro de Nutrição, preocupávamo-nos com os assuntos acima referidos, pelo que procuramos na ocasião, fixar a idéia de uma correlação de causa e efeito entre os mesmos. De sorte que, na época, admitimos a possibilidade até de estabelecer uma equação binominal — “Parasitoses = Desnutrição” — que, pelas suas características peculiares constituía um aspecto dos mais significativos da crise econômico-social e alimentar que ora atravessamos.

YVES LACORTE, estudando o subdesenvolvimento, assegura que nos países subdesenvolvidos, as doenças gastro-intestinais se juntam às parasitoses intestinais infinitamente disseminadas, reduzindo de cerca de 25 a 30% o aproveitamento das rações alimentares já de si insuficientes. Dêsse modo, a produtividade dos indivíduos seria reduzida a proporções que iriam freqüentemente de 30 a 60%.

Por isso, já afirmamos em trabalho anterior que as enteroparasitoses e a desnutrição constituem a expressão viva da ignorância e da pobreza. Em face dessas circunstâncias, acreditamos que a elevação do nível econômico de uma determinada região implicaria, conseqüentemente, na diminuição da incidência de ambos. Enquanto isso, informamos que a incidência das parasitoses e da desnutrição apresenta-se elevada, justamente nas regiões de baixo índice de nível econômico. Essa correlação é facilmente identificável nos meios rurais.

A interdependência que assinalamos existir entre as parasitoses intestinais e a desnutrição é explicada tanto pelo fato de os estados carenciais favorecerem a infestação dos parasitos, no mesmo modo que a intensidade da infestação ocasiona o aparecimento de um estado carencial — clínico ou subclínico. Trata-se portanto, no entender de N. JOLIFFE, de um fator condicionante da desnutrição. A perturbação da ingestão, absorção ou utilização dos elementos nutritivos essenciais, ou o

aumento das suas necessidades, sua destruição ou excreção, determinadas pelas enteroparasitoses, podem levar à desnutrição.

Os estudos de BEAMS, FREE e GLENN, de ALT, CHINN e FARMER, de MELNIK, ROBINSON e FIELD, de WRIGHT e LUDDENN, de GIMENEZ DIAZ, de PARAHYM, de KATSAMPES & McCOORD, de FRADKIN, de WALTER OSVALDO CRUZ, de ELSDON-DEW, ALEXANDRE & MELENEY, conformam integralmente a assertiva anterior.

Ora, a incidência de verminoses e de parasitos intestinais é realmente grande em todo o Brasil. BARCA PELLON, por exemplo, em inquérito helmintológico realizado em Pernambuco, pelo DOS, verificou que a incidência de verminose era bastante elevada na zona da mata, onde, em alguns núcleos rurais, como Gameleira, Escada, Ribeirão, Água Preta e Vitória de Santo Antão, a positividade atingiu porcentuais de 87%, 86%, 74%, 72% e 61%, respectivamente.

PARAHYM, por outro lado, observou num inquérito coprológico por ele realizado, ser extraordinária a freqüência de protozoários intestinais na região do sertão pernambucano, mormente, na cidade de Salgueiro, onde o percentual atingia 61%. BARBOSA DE SOUSA, em Pernambuco, considera a parasitose intestinal como um dos fatores responsáveis pela elevada incidência de diarréias em pelagrosos.

ORLANDO PINTA e DOMINGOS SILVA, ao estudarem o problema da pelagra em Belém do Pará, declararam que a causa fundamental da pelagra parecia ser a acentuada deficiência alimentar das coletividades pobres a que se associam freqüentemente dois outros fatores — alcoolismo e helmintoses.

WASHINGTON PEREIRA DA SILVA e colaboradores, em 1955, em trabalho apresentado à VII Jornada de Puericultura, em Belém do Pará, sobre a incidência de verminose, asseguraram que a desnutrição crônica acompanha com enorme freqüência a helmintose influenciando enormemente sobre o quadro clínico e o tratamento dos pacientes.

SAMUEL PESSOA e FERREIRA DA SILVA, em 1955, realizando investigações sobre parasitismo intestinal, alimentação, anemia e mortalidade, em habitantes de três municípios do sertão paraibano (Misericórdia, Patos e Catulé do Rocha), verificaram e concluíram pela existência de uma correlação entre a carência alimentar, a anemia, o parasitismo intestinal e até na incidência da mortalidade.

EDUARDO CORREIA LIMA e colaboradores em 1958, realizaram um inquérito alimentar, hematológico e parasitológico, em diferentes zonas agrícolas do Paraná, chegando a conclusões interessantes. Assim é que a alimentação dos elementos do grupo litorâneo revelou-se qualitativa e quantitativamente deficiente e incorreta. Por isso, os indivíduos apresentavam traços evidentes de subnutrição que acentuavam os aspectos das parasitoses. Fato êsse, não observado em Lapa e Foz do Iguaçu, onde os padrões dietéticos eram equilibrados.

O. PARAHYM e J. FERREIRA LIMA, em 1960, asseveraram que a desnutrição é um dos fatores mais significativos na manutenção das endemias reinantes na área da sêca do Nordeste. Eles verificaram que a esquistossomose logra mais êxito na penetração percutânea em animais desnutridos. Assim, PARAHYM e FERREIRA LIMA acreditam que a carência alimentar concorre para uma acentuada redução da capacidade de defesa orgânica em face dos agentes infecciosos, bacterianos e parasitários.

Por sua vez, HIRAM RIBEIRO, em 1957, em Juiz de Fora, Minas Gerais, estudando o problema da anemia em correlação com as parasitoses intestinais, chegou à conclusão de que a carência nutritiva constitui o fator causal principal, responsável pelas anemias, mormente as macrocíticas, observadas nos pacientes. Explica o autor que, além dos mecanismos de expoliação direta e a ação das toxinas dos vermes sôbre a hematopoiese, a ação inflamatória e irritativa exercida pelos parasitos nos segmentos mais elevados do tubo intestinal prejudica de modo acentuado o aproveitamento dos fatores alimentares e, conseqüentemente, também, os mecanismos de absorção pelo intestino.

SAMUEL PESSOA e colaboradores, em 1955, face aos estudos empreendidos na Paraíba, chegaram à conclusão de que o quadro da anemia tipo hipercrônica acrocítica, apresentada pelos pacientes com esquistossomose podia ser atribuída à carência alimentar.

NELSON CHAVES, em 1948, asseverou que a subnutrição observada na zona da mata do Nordeste vem contribuindo para que as parasitoses intestinais, sobretudo a esquistossomose, tenham profundas repercussões orgânicas, determinando feições clínicas da maior gravidade e comprometendo bastante a eficiência e a energia do homem rural.

A êsses fatos acrescenta O. PARAHYM, em 1958, que a ancilostomose e outras enteroparasitoses desenvolvem-se e afetam mais gravemente o estado geral naqueles indivíduos com deficiências acentuadas de ferro e proteínas.

CAMILO VIANA, em 1960, em Belém, em comunicação pessoal, informa que obtivera a aprovação de uma recomendação no Congresso de Gastroenterologia, em Campos, estado do Rio, no sentido de se aceitar como uma síndrome a equação binominal "desnutrição-parasitoses", que entrevíamos, em 1953.

CASTRO BARRETO, estudando o problema da alimentação, declara textualmente que "só quem viu de perto o sofrimento, a penúria, a subnutrição, da grande maioria das nossas populações do interior, pode avaliar a realidade da situação da infância espantosamente abandonada, parasitada, subnutrida, por essas terras imensas. Então muito acertadamente escreveu MONTEIRO LOBATO, quando afirmou que "no país, atualmente, a população rural, esteio que é da riqueza pública, fôrça primária das indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doente se torna, menos eficiente na produção da riqueza é".

Por sua vez, PEDRO BORGES e NELSON MORAIS, em 1958, afirmavam categoricamente, que somente em coletividades de baixo nível nutritivo ocorrem as doenças infecciosas e parasitárias com a frequência e características de gravidade, como no Nordeste se manifestam. Para esses autores a carência alimentar seria pois, quem propiciaria o aparecimento e possibilitaria a permanência de doenças que não existiam, ou pelo menos, não seriam tão graves, nem tanto matariam, se outras fôsem as condições nutritivas da coletividade.

FRANKLIN DE OLIVEIRA define perfeitamente o problema quando afirma que “as doenças que assolam as populações brasileiras, que dizem em massa, homens e mulheres — as doenças de massa — são doenças da pobreza e da miséria; são doenças provocadas pela carência alimentar, doenças de fome e de subnutrição”.

A importância da correlação entre parasitoses e desnutrição tem sido tão ressaltada que já foi objeto até de tema oficial do 1.º Congresso Brasileiro de Nutrição, tendo na ocasião o Prof. DANTE COSTA (1953) ressaltado a importância do seu estudo, assinalando que era a primeira vez que se vinculavam esses temas entre nós.

Em 1958, a ASCOFAM realizou, em Pernambuco, o Primeiro Seminário de Desnutrição e Endemias Rurais do Nordeste, quando então, teve-se o ensejo de evidenciar de maneira objetiva a inter-relação entre a alimentação deficiente das coletividades e o agravamento das endemias reinantes.

Diante do exposto, tem-se conhecimento do elevado índice de infestação das populações no meio rural brasileiro, bem como da extensão de incidências dos estados carenciais. Ambos os fatos caracterizam os países subdesenvolvidos, onde suas populações apresentam baixo nível econômico. Complementarmente, os níveis de eficiência e saúde da coletividade apresentam-se baixos.

FRANKLIN DE OLIVEIRA, referindo-se ao problema da mortalidade infantil, no Brasil, assevera textualmente que, “quem destrói estas crianças, senão as doenças parasitárias, as doenças de fome, as doenças da pobreza e da miséria?” Conclui, então, que essas crianças são trucidadas, pelas doenças originadas das ultrajantes condições de moradia, da subnutrição e do completo abandono em que vivem.

A falta de saneamento, a contaminação da água e do solo e, a falta de educação sanitária, associados aos baixos níveis econômicos, são fatores, portanto, que exercem uma influência considerável na disseminação das parasitoses e no surgimento dos estados carenciais.

Urge, portanto, elevar as condições de nível de vida das nossas coletividades, aumentando seu poder aquisitivo. Paralelamente, o saneamento do meio, a educação sanitária e a melhoria das condições alimentares, são medidas que se impõem, porque necessárias, para a efetivação da melhoria das condições alimentares e sanitárias da coletividade.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 -- BORGES, P. e MORAIS, N. — Estrutura econômico-social do Nordeste, alimentação e endemias. *Arq. Bras. Nut.* Vol. 14, n.º 2. Rio. 1958.
- 2 — CHAVES, N. — *A subnutrição no Nordeste brasileiro*. Imprensa Oficial. Recife. 1948.
- 3 — CORREIA LIMA, E., LACERDA SUPPLY, H. e ZENI JÚNIOR, J. — Aspectos clínicos, hematológicos e parasitológicos de grupamentos agrícolas heterogêneos no Paraná. *Rev. Med. Paraná*. Vol. 28, n.º 1. 1958.
- 4 — COSTA, D. — Correlação entre a desnutrição e as grandes endemias rurais do Brasil. *Anais do 1.º Cong. Bras. Nut.*, 2.º vol. SAPS. Rio. 1959.
- 5 — CRUZ, W. O. e MELO, R. P. — *Memórias do IOC*. Tomo 42 (2). Rio. 1945.
- 6 — LOBATO, M. — *Mr. Slang e o problema vital brasileiro*. São Paulo. 1959.
- 7 — MAROJA, R. C. e ALMEIDA, A. S. — Diarréias infectuosas e desnutrição. *Rev. SESP*. Tomo 10, n.º 2. Rio. 1959.
- 8 — OLIVEIRA, F. — *Revolução e contra-revolução no Brasil*. Ed. Civ. Rio. 1962.
- 9 — PARAHYM, O. — Mortalidade infantil. *Rev. Ped. Prat.* Vol. XX, n.º 6. São Paulo. 1949.
- 10 — PARAHYM, O. — Prevalência dos estados carenciais do Nordeste. *Rev. da Sec. Educ. e Cult.* Ano V, n.º 5. Recife. 1960.
- 11 — PARAHYM, O. e FERREIRA LIMA, J. — Alimentação e saúde pública na área da seca. *Arq. Bras. Nut.* Vol. 16, n.º 1. Rio. 1960.
- 12 — PAULA RIBEIRO, H. — Anemia e parasitoses intestinais. *Rev. Bras. Med.* Vol. XIV, n.º 1. Rio. 1957.
- 13 — PEREIRA DA SILVA, L. H., RODRIGUES, I. C., ROZAS, A., SAMPAIO JÚNIOR, L. F. e AGUIAR FILHO, J. — Incidência da verminose. *O Hospital*. Vol. 47, n.º 4. Rio. 1955.
- 14 — PESSOA, S. B. e PEREIRA DA SILVA, L. H. — Parasitoses intestinais, alimentação e saúde do sertanejo da Paraíba. *A Patologia Geral*. Julho/agosto. Rio. 1955.
- 15 — PESSOA, S. B., PEREIRA DA SILVA, L. H. e COSTA, L. — Contribuição para o estudo da correlação entre a carência alimentar e os fatores parasitários na anemia da esquistossomose mansônica. *Anais do 1.º Cong. Bras. de Nut.* 2.º vol. SAPS. Rio. 1959.
- 16 — ROSA E SILVA, G. J. — Enteroparasitoses endêmicas em correlação com o estado nutritivo das populações do meio rural brasileiro. *Bol. do C. E. do HSE*. Vol. 8.º, n.º 7. Rio. 1956.
- 17 — *Seminário de Desnutrição e Endemias do Nordeste*, realizado em Garanhuns, PE. pela ASCOFAM — Relatório. *Bol. CNA*. Ano III, n.º 1. Rio. 1958.

## ALIMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO

Generalidades. Difusão de conhecimentos. A educação como fator de melhoria da alimentação.

O estudo da alimentação no Brasil leva-nos a considerar que, no nosso país, o problema da subnutrição crônica tem profundas raízes históricas. Esse mergulho no passado atinge os primórdios de nossa formação. Dêsse modo, os estados carenciais se fazem presentes em todo o período de sua evolução, até os momentos atuais.

Na verdade, as deficiências são por demais conhecidas no Brasil, quer do norte ao sul — do Oiapoque ao Xuí, quer do este ao oeste — do Javari ao Atlântico. Todavia, muito pouco ou mesmo, quase nada, se tem realizado com a finalidade de obter-se uma melhoria do estado

nutritivo das nossas populações, levando-se em conta o exame global da situação e o território de dimensões continentais. Incontestavelmente, a ignorância e a miséria, frutos do subdesenvolvimento, são os fatores que mais contribuem para a má alimentação do nosso povo.

A ignorância, reflexo da deficiência educacional, responsável que é pela nossa desnutrição histórica, tem levado conseqüentemente, o homem brasileiro a um baixo nível de saúde, graças à subalimentação. Contudo, ocorre justamente o contrário, quando se educa. Imediatamente, então, elevam-se as suas condições alimentares e conseqüentemente, seu nível de saúde.

Opinião semelhante é defendida por CASTRO BARRETO, quando declara que é inquestionável que as populações que elevam o seu nível educacional e econômico, melhorando de acôrdo com o exposto, as condições de maternidade e de infância, melhorando de modo geral a nutrição, aparentam dentro de duas gerações, um expressivo acervo de qualidades do padrão humano que as compõe.

Este magno e elementar problema — da deficiência educacional, a par do analfabetismo — constitui preocupação constante, na conjuntura atual, exigindo uma tomada de posição e uma solução adequada e consentânea, graças ao despertar da consciência nacional. Contudo, o remédio adequado para a ignorância, é a educação. DURKHEIM, a ela se referindo, pondera que, quer se trate dos fins a que vise, quer se trate dos meios que empregam, são sempre as necessidades sociais que ela atende; são idéias e sentimentos coletivos que ela exprime .

O conhecimento da existência do problema de há muito não estabelece novidade. Tanto assim é, que MIGUEL COUTO, há algumas décadas já afirmara que “o grande problema nacional era o da educação do povo”. A. Moscoso, referindo-se em nossos dias, a êsse problema, declara taxativamente que em administração pública o problema máximo é o da educação, pois sem educação, não haverá boa alimentação.

RUBENS SIQUEIRA, por sua vez, referindo-se de modo incisivo à alimentação das classes médias e abastadas, afirma que elas se alimentam errôneamente por ignorância crassa dos mais comestíveis e elementares preceitos da nutrologia. E termina por acrescentar: “somos dos que pensam que o consumo das substâncias que devem constituir uma alimentação racional, rica em verduras, frutas, leite, carne, ovos, depende muito mais da educação do que mesmo do bem-estar ou da riqueza. Educar... eis o maior problema da nossa nacionalidade”.

Pelo visto, a educação alimentar deverá constituir, portanto, um instrumento, através do qual criam-se atitudes e transmitem-se técnicas e experiências, além de difundirem-se conhecimentos práticos, necessários e adequados, da ciência da nutrição, ao homem e às coletividades brasileiras.

A educação terá portanto, tarefa árdua e ampla, pois que, conforme esclarece CARNEIRO LEÃO, é por intermédio dela que se terá de reavivar o homem brasileiro, defender-lhe a saúde ameaçada, ensiná-lo

a nutrir-se e a conquistar por si, os elementos imprescindíveis à sua própria dieta.

Assim procedendo, poder-se-á provocar uma mudança cultural de grande alcance, desde que estamos concorrendo para aumentar a eficiência e a valorização do homem brasileiro. A saúde e o bem-estar são considerados então, corolários resultantes daquela política. E o passado se faz presente, na expressão: *Primum vivere, deinde philosophari*.

Por sua vez, POMPEU DO AMARAL acredita também que a educação alimentar é um recurso inestimável de inegável valia para modificar as condições desfavoráveis da nutrição de nossa gente.

A consecução de todos os objetivos nos leva a aceitar com MARITAIN, que a educação deve abolir no próprio homem, a separação entre as reivindicações sociais e humanas. Acrescenta ainda aquêlê filósofo, que a educação deve ter em mira o grupo social e o papel que o homem nêle desempenha, visto que ela tem como objetivo essencial formar o homem para uma vida de cooperação útil e normal na comunidade e orientar o desenvolvimento da pessoa humana na esfera social.

O problema da subalimentação ligado à deficiência educacional, constitui, portanto, fato reconhecido por tôdas as autoridades. Por isso, o cardápio e a criança são considerados como os dois pontos fundamentais, no exame de situação que se venha a proceder para a solução do problema. Quanto ao cardápio, ROQUETE PINTO, por exemplo, escrevendo sôbre o assunto, refere que não é demais concluir que até mesmo aqui, no menu, o problema é principalmente educar.

Ao ensejo, citamos a criança como fator de importância, não só porque uma dieta adequada constitui uma necessidade física e psicológica da mesma, como também, pela facilidade de moldar-lhe ou incutir-lhe novos e adequados hábitos alimentares, objetivando a criação de um homem sadio, forte. Pretende-se com essa orientação, nada mais nada menos, do que cumprir o velho aforisma latino *mens sana in corpore sano*.

Acredita ROGER BASTIDE que, para executar essa tarefa ninguém melhor do que a professora primária, mormente as que trabalham na zona rural. No seu entender elas estão perfeitamente aptas para desenvolver e incutir noções de higiene e medicina preventiva, com vistas à melhoria da alimentação das populações. Aliás, tal modo de pensar se identifica com o que ocorre na Argentina. Naquele país, tôda professora primária deve realizar um curso no Instituto Nacional de Nutrição, ficando dêsse modo, em melhores condições para orientar e transmitir os conhecimentos sôbre nutrição e a necessidade de melhorar as condições alimentares da população.

Sir JOHN BOYD ORR e DAVID LUBBOCK, referindo-se ao problema da dieta, asseguram que dois são os fatores capazes de modificá-la: o preço e a propaganda. No caso, o preço é o mais eficaz na metade mais pobre. A propaganda é o mais eficaz na metade abastada.

RUI COUTINHO ao reportar-se ao problema, considera que a educação só produzirá resultados nas classes médias e abastadas. Pois que, no seu entender, os operários e camponeses não poderão seguir os conselhos educacionais, em virtude da falta de pecúnia.

Não obstante isso, e não desejando mesmo, menosprezar o valor dos fatores econômicos, aos quais concedemos grande importância, somos daqueles que consideram o problema educacional também, como fundamental, qualquer que seja a camada social considerada. Só que os alimentos a indicar e os métodos de propaganda a empregar devem variar de conformidade com a classe social a fim de que os efeitos desejados sejam obtidos.

Contudo, qualquer que seja o aspecto a considerar, não podemos deixar de, na prática, dedicar maiores cuidados às classes menos favorecidas pela fortuna, que, no caso, são os trabalhadores rurais e os grupos que nas cidades percebem baixos salários. Temos em mira, com êsses esclarecimentos, criar uma consciência nacional. Eis a questão.

POMPEU DO AMARAL, examinando o problema sob o ângulo da propaganda, julga então, que todos os artifícios modernamente empregados prestam-se e muito bem, para salientar ao público a importância da questão, levando ao mesmo tempo, ao seu conhecimento, alguns preceitos de uma alimentação correta.

De qualquer sorte o que podemos assegurar é que a propaganda como meio de persuasão, geralmente é bem sucedida no seu objetivo, mormente quando ela se encontra a serviço de uma nobre e forte causa — qual seja a de proporcionar às novas populações melhor alimentação e, conseqüentemente, a sua saúde e o seu bem-estar.

À primeira vista poder-se-ia julgar que o simples aumento de salários seria suficiente para que os elementos das baixas camadas sociais melhorassem a sua dieta, a sua alimentação.

Todavia, êsse aspecto é contraditado por PARAHYM, quando afirma que para ser resolvido êsse problema complexo, não basta aumentar os salários; é indispensável ensinar e favorecer a alimentação racional e econômica. Essa declaração é justificada quando conclui que as deficiências do regime sertanejo correm, em grande parte, à conta da ignorância dos verdadeiros fundamentos da boa alimentação, pelo que cumpre difundir entre essas populações os conhecimentos elementares e práticos da ciência do bem comer.

JOSÉ NIVALDO é da mesma opinião quando afirma que o estudo, a educação e o saneamento completam as condições mínimas para que o povo brasileiro encontre o seu caminho do progresso e civilização e chegue ao futuro grandioso que lhe está reservado.

DANTE COSTA expõe muito bem o problema quando assevera que a finalidade da educação alimentar não é, contudo, desmentir tôdas as tradições do povo, mas substituir os maus hábitos alimentares, de modo progressivo e hábil, criando pelo exemplo, pela sugestão, novos e bons hábitos alimentares.

Pelo exposto, a educação alimentar deverá visar não só à modificação dos hábitos alimentares dos indivíduos como controlar e modificar os meios, físico, social e cultural. Dêsse modo, poder-se-á aproveitar o meio natural adaptando-se adequadamente o homem brasileiro no seu *habitat* natural de modo a desenvolver-lhe tôdas as potencialidades e capacidades, integrando-o à realidade racional através de uma alimentação harmoniosa e adequada.

Evidentemente, a adoção de medidas educacionais com vistas à melhoria da alimentação do povo brasileiro terá de subordinar-se a atender aos problemas próprios de cada região, os quais exigem logicamente soluções próprias. Inclui-se no caso, o aproveitamento dos alimentos regionais.

Ao obedecermos à orientação acima indicada, estaremos cumprindo os principais objetivos educacionais ressaltados por CARNEIRO LEÃO, quais sejam: o revigoramento do homem brasileiro, defesa de sua saúde ameaçada, o seu assenhoreamento do solo, tantas vezes ingrato e resistente, a sua aprendizagem como nutrir-se e a conquista de elementos imprescindíveis à sua própria dieta. Assim, torná-lo-emos sociável; levá-lo-emos a humanizar-se e a viver.

A educação do povo brasileiro é considerada por todos os especialistas, como a solução adequada para a melhoria dos hábitos alimentares e do estado nutritivo de nossas populações urbanas e interioranas.

WALTER J. SANTOS, procurando sistematizar e esquematizar o emprego dos diversos recursos a utilizar, considera como válidas para efetuar-se uma boa campanha educacional alimentar, as seguintes normas:

- a — Necessidades de adaptação dos programas aos grupos a que se destinam;
- b — necessidade de cooperação dos educandos;
- c — necessidade de ação simultânea com outros problemas de saúde e de govêrno;
- d — necessidade de um trabalho continuado;
- e — necessidade de planejamento;
- f — organização.

Por seu turno, o relatório da 2.<sup>a</sup> Conferência Latino-Americana de Nutrição, em 1950, considera a educação popular como parte essencial de todo e qualquer programa tendente a elevar o nível de nutrição dos diversos grupos de população.

Tendo em vista essas circunstâncias, a Conferência apresentou as seguintes recomendações:

- 1 — Que nas campanhas educativas de nutrição, vise-se de preferência à criança e, em especial, aos escolares, ensinando-lhes bons hábitos alimentares. Reafirma-se a necessidade de dar cumprimento à recomendação XIV, parágrafo 2, da Conferência de Montevidéu, que diz:

“Que as autoridades de ensino primário e secundário incluam ou mantenham como norma obrigatória em seus programas, o ensino de noções de matérias relacionadas com os princípios

fundamentais da alimentação humana. Para atingir êsse *desideratum*, deve-se transmitir aos professores conhecimentos sôbre produção e preparação de alimentos e sôbre a distribuição das refeições, para se obter um regime do maior valor nutritivo possível”.

- 2 — Que no preparo das campanhas educativas de nutrição, se tenha em conta a composição da população, sua distribuição em zonas rurais e urbanas, assim como a proporção de analfabetos;
- 3 — Que reuniões de crianças e adultos sob a forma de clubes sejam utilizadas para incutir conhecimentos sôbre nutrição, bons hábitos alimentares e outros assuntos de caráter prático relativos à seleção e preparo de alimentos;
- 4 — Que quando julgar necessários, os países solicitem auxílio à FAO e a outros órgãos internacionais, auxílio êsse que possivelmente será prestado por meio de técnicos, com a finalidade de planejar e desenvolver programas de educação em nutrição;
- 5 — Que nas campanhas educativas de nutrição se utilizem outros temas de interesse popular associando-se aos temas de nutrição, de modo que êstes últimos se apresentem em forma indireta.

C. M. SEIXAS, estudando também, o problema da educação alimentar, esclarece que a mesma visa a estabelecer uma “consciência alimentar” no povo, mostrando as vantagens de uma alimentação racional e as desvantagens das deficiências e excessos nutritivos do indivíduo e da sociedade. Acrescenta outrossim, que o objetivo da educação alimentar é instituir, no final de contas, bons hábitos alimentares através de medidas, assim sintetizadas:

- 1 — ensinar como fazer a aquisição de alimento com critério econômico;
- 2 — fazer o mesmo, com grupos de indivíduos, classes de coletividades homogêneas, uma vez que a ação individual é insuficiente quando visamos à educação das coletividades;
- 3 — captar a atenção dos poderes públicos para instituir uma política alimentar de âmbito estadual, municipal ou nacional, no sentido de melhorar o nível de nutrição do povo.

Por seu turno, MARIA DE LOURDES MELO, muito embora, acreditando que a educação alimentar por si só não resolva a situação da carência nutritiva, entre os operários, julga que indiscutivelmente ela poderá melhorar de muito a sua alimentação. Assim sendo, assevera que a educação alimentar faz-se imperiosa, mormente no meio proletário, pelas seguintes razões:

- 1 — alerta o indivíduo, mostrando-lhe a importância da alimentação, relacionando-a com sua saúde e, conseqüentemente, com o rendimento do seu trabalho;
- 2 — chama o operário ao dever de procurar melhorar, por todos os meios possíveis, a sua alimentação e, sobretudo, a de sua família;
- 3 — introduz novos e salutarens ensinamentos;
- 4 — demonstra o valor da alimentação fornecida no local de trabalho.

Afinal de contas, diante de tôdas essas demonstrações, diante de todos êsses argumentos expressivos, vemos que a ignorância — essa

praga social — que gera a carência nutritiva, só pode ser combatida pela educação. Educação em todos os sentidos, em tôdas as latitudes, para tôdas as classes. Educação sem fronteiras. Educação que concede oportunidades iguais para todos. Porém, como obtê-la?

O caminho está na unidade de ação, na utilização do pessoal habilitado, na divulgação e na propaganda, no aumento de produção, nas medidas sociais e ecológicas, nas facilidades econômico-financeiras, tôdas, essenciais à consecução do fim colimado.

São recursos que têm de ser utilizados obedecendo a um planejamento adequado, e que não sofra solução de continuidade, a fim de que se possa lograr êxito no objetivo almejado, qual seja o de elevar as condições alimentares das populações brasileiras e, com maior destaque, a dos nortistas e nordestinos, dada a atual situação conjuntural do país.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — BASTIDE, R. — *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo. 1959.
- 2 — BOYD ORR, Sir J. e LUBBOCK, D. — *A alimentação do povo em tempo de guerra*. CEB. Rio. 1944.
- 3 — CARNEIRO LEÃO, A. — *Panorama sociológico do Brasil*. ENEP. MEC. Rio. 1958.
- 4 — CARNEIRO LEÃO, A. — *A sociedade rural (seus problemas, sua educação)*. Ed. A Noite. Rio.
- 5 — CASTRO BARRETO — *Estudos brasileiros de população*. Zélio Valverde. Rio. 1944.
- 6 — CHAVES, N. — *Problema alimentar do Nordeste brasileiro*. Ed. Científica. Recife. 1946.
- 7 — COSTA, D. — *A alimentação na administração militar*. *Anais do 1.º Cong. Bras. Nut.* 1.º vol. SAPS. Rio. 1959.
- 8 — DEWEY, J. — *Democracia e educação*. CEN. São Paulo. 1952.
- 9 — DURKHEIM, E. — *Educação e sociologia*. Melhoramentos. São Paulo.
- 10 — FERNANDES, F. — *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. Pioneira. São Paulo. 1960.
- 11 — MARITAIN, J. — *Rumos da educação*. Agir. Rio. 1959.
- 12 — MELO, M. L. — *O SESI na campanha de educação alimentar*. *Anais 1.º Cong. Bras. Nut.* 1.º vol. SAPS. MTIC. Rio. 1959.
- 13 — PARAHYM, O. — *O problema alimentar no sertão*. Imp. Oficial. Recife. 1940.
- 14 — POMPEU DO AMARAL, I. — *Política alimentar*. Brasiliense. São Paulo. 1945.
- 15 — REISING, L. — *A era tecnológica*. INEP. MEC. Rio. 1959.
- 16 — *Relatório da 2.ª Conferência Latino-Americana de Nutrição*. FAO. Arq. Bras. Nut. Tomo 7, n.º 3. Rio. 1950.
- 17 — ROSA E SILVA, G. J. — *Aspectos sócio-econômicos da carência alimentar no Brasil*. *Rev. Acad. Med. Odont. Farm.* Ano III, n.º 1. Recife. 1948.
- 18 — SAMPAIO, A. J. — *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*. Brasileira. CEN. São Paulo. 1944.
- 19 — SANTOS, W. J. — *O problema da educação alimentar no Brasil*. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 8, n.º 5. Rio. 1951.
- 20 — SEIXAS, C. M. — *O papel dos restaurantes populares na educação alimentar*. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 7, n.º 5. Rio.
- 21 — SELLING, M. e FERRARO, M. A. S. — *The psychology of diet and nutrition*. Norton. N. Y. 1945.
- 22 — SIQUEIRA, R. — *Hora Médica*. Vol. XVIII, n.º 6. Rio. 1946.

- 23 — SIQUEIRA, R. — *Alimentação. (Questões brasileiras da atualidade)*. Rio. 1940.
- 24 — SIQUEIRA, R. — *Algumas considerações sobre o problema importante da Assistência e Previdência Social. A Alimentação do Servidor do Estado*. Tese. Imp. Nac. Rio. 1944.
- 25 — SOUSA JR., N. — Aspectos econômico-sociais e alimentares do agreste de Pernambuco. *Bol. do IJNPS. MEC. N.º 6*. Recife. 1957.

## FATORES ECOLÓGICOS, AGRÍCOLAS E SÓCIO-ECONÔMICOS — CORRELAÇÃO E INFLUÊNCIA SOBRE A ALIMENTAÇÃO

Generalidades. Latifúndio e monocultura. Sistemas de utilização da terra. Fertilizantes. Devastação das matas. Êxodo e mobilidade. Produção e consumo. Armazenagens e transportes. Pesca e industrialização.

### *Generalidades*

Ao estudar o problema da alimentação do povo brasileiro e, especialmente o das populações do Norte e Nordeste do país, não podíamos deixar de examiná-lo em função da produção de gêneros alimentícios, da produção dos alimentos básicos necessários a uma boa, adequada e harmônica alimentação.

Está claro que os estados carenciais antes de se tornarem problema de ordem médica, conforme asseguramos em trabalho publicado anteriormente, devem constituir-se em sérias preocupações de ordem econômico-social para a nação. Na ocasião, afirmáramos, então, que o “problema médico em si, na realidade, era um problema de ordem secundária. Em primeiro plano teríamos de considerar a melhoria das condições ecológicas e sócio-econômicas, sem o que, tôda e qualquer medida médico-sanitária apresentaria efeitos ou resultados puramente aleatórios”.

Depreende-se daí que muitas das condições deficitárias existentes dependem direta ou indiretamente, da desorganização e da antiquada e rotineira estrutura agrária. Isso porque no nosso país, não há uma sistematização de esforços, nem regularidade, nem continuidade, nem racionalização nos empreendimentos.

A agricultura tem-se desenvolvido em ritmo lento. E, paralelamente às condições climáticas desfavoráveis, mormente as que ocorrem em algumas regiões do país, tem-se desenvolvido uma política de preços pouco estimulante da atividade rural. Dêsse modo, há um fraco desenvolvimento da agricultura que, por sua vez, influi negativamente no desenvolvimento econômico geral.

Face a essas considerações, torna-se oportuno examinar sucintamente, os diversos aspectos que exercem influência e se relacionam com o problema alimentar, para que se possa ter uma idéia aproximada das dificuldades que o cercam e impedem uma solução adequada e pronta, na conformidade das necessidades e exigências da realidade nacional.

*Latifúndio e monocultura*

O latifúndio no Brasil, surgiu desde os tempos coloniais com as sesmarias e permaneceu dominando em tôdas as latitudes do país, até os nossos dias. Paralelamente, desenvolveu-se então, a monocultura. Ambas acompanhadas de todos os males e implicações delas decorrentes. Desde a antiguidade, na época dos romanos, são conhecidos os malefícios ocasionados pelo latifúndio. Tanto assim é que PLÍNIO ousou enfatizar, anatematizando-o, ao declarar *latifundia perdidere Italiam*.

Atualmente, o problema do latifúndio não está ligado apenas à hipertrofia do espaço. Condiciona-se no caso, a extensão à falta de utilização da área ou terra disponível. Assim sendo, quando o latifúndio assume posição de grande propriedade inculta, constitui sem sombra de dúvida um óbice econômico e um atraso social.

É interessante aqui assinalar que, não somente o latifúndio como o minifúndio são antieconômicos. Por isso, tem-se sugerido que se evite a fragmentação da propriedade rural, inclusive nos casos de herança, fato êsse, aliás, que tem ocasionado diminuição de produção, mormente no Sul do país.

Pelo visto, a divisão da propriedade não é tão simples como à primeira vista parece, pois que está provado que a fragmentação excessiva, a pulverização da propriedade, retratando a antítese do latifúndio, constitui condição patológica, pelo que dificulta o seu aproveitamento, prejudicando o rendimento médio. Daí ser antieconômico.

No entender de LYNN SMITH, a agricultura latifundiária e exclusivista concorre poderosamente para o desenvolvimento de uma pequena classe de privilegiados e exploradores, ao mesmo tempo que asfixia e reduz as massas a um estado de ignorância e pobreza.

OLIVEIRA VIANNA, referindo-se ao latifúndio, condena-o, afirmando que o mesmo "isola o homem, o dissemina, o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que êle impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre".

No nosso país, domina de modo geral, a grande propriedade. A ela está intimamente ligada a monocultura. Há, inclusive, uma divisão desproporcional, visto que as regiões do Norte e Centro-Oeste são praticamente despovoadas, o que levou certamente WANDERBILT BARROS a afirmar que "o Brasil é um país de terra sem gente e de gente sem terra".

Outrossim, como muito bem afirmou FRANKLIN DE OLIVEIRA, existe no nosso país, dentro de uma própria região, os mais diversos estágios da vida econômica e social, que se mesclam indiferentes a antagonismos e anacronismos. Convivem, coabitam em espantosa prosmicuidade.

O problema do latifúndio é, ainda, mais complexo, porque o que se considera latifúndio no Nordeste, pode não o ser na Amazônia ou no Centro-Oeste. E, mais ainda, o que é latifúndio na capital, forçosamente não o será no interior de um estado.

Portanto, associado a êsse problema da extensão, devemos ainda considerar a qualidade da terra, o tipo de exploração e de cultura e, a localização do imóvel. Apesar dessas ressalvas que se faziam necessárias, temos a informar que, no Brasil, predomina o latifúndio frequentemente associado à monocultura. Saliente-se que geralmente nesses casos são produzidos gêneros destinados à exportação, mormente o café. Quando isso não ocorre, o latifúndio é ocupado pela pecuária.

### *Sistema de utilização da terra*

Aqui, no caso, é-nos possível salientar que o modo de lavrar a terra, mormente no Norte e Nordeste do país, deixa muito a desejar. Pois que as técnicas empregadas são rotineiras e rudimentares. Impera dêsse modo, o primitivismo, representando o sistema de cultivo, apenas, uma simples exploração imprevidente da terra.

O plantio em curvas de nível, em contórno, em faixas, assim como o terraceamento, a rotação de culturas, a seleção de sementes e o reflorestamento, são métodos pouco utilizados ou desconhecidos. Em compensação, cultivam-se, intensa e extensamente, os terrenos de encosta com lavouras de subsistência, ao invés de utilizá-los para pastagens. Ocorrendo o contrário, com o aproveitamento dos vales.

Um outro ponto importante a considerar é o primarismo que se observa no amanho da terra. Um inquérito efetuado pela Comissão Nacional de Política Agrária, nos dá uma idéia exata do problema, cujos dados transcrevemos a seguir:

#### MUNICÍPIOS SEGUNDO OS INSTRUMENTOS MAIS COMUMENTE USADOS NA LAVOURA

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		LESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	N.ºs absol.	%	N.ºs absol.	%						
Municípios existentes.....	97	—	417	—	672	—	632	—	112	—
Municípios informantes.....	96	100,0	412	100,0	664	100,0	586	100,0	111	100,0
Instrumentos mais comumente usados:										
Arado.....	—	—	8	1,9	70	10,5	141	24,1	3	2,7
Enxada.....	94	97,9	409	99,3	664	100,0	555	94,7	111	100,0
Foice.....	40	41,7	129	31,3	217	32,7	83	14,2	53	47,0
Machado.....	61	63,5	100	24,3	107	16,1	35	6,0	49	44,1

A análise dos dados do quadro que apresentamos, permite-nos aceitar a idéia de que um dos elementos favorecedores da maior produtividade a Região Sul, reside no emprêgo mais acentuado da mecanização na lavoura, muito embora, tal utilização deixe ainda muito a desejar. No resto do país, a energia dos braços e a enxada como instrumento de trabalho, caracterizam o sistema arcaico e deficiente do trato agrícola.

Essas considerações são importantes, pois que a produção do solo está em estreita ou íntima conexão com a capacidade do seu uso, com as técnicas dos sistemas de trabalho, visto que ela deve atender à solução dos problemas relacionados com:

- a — alimentação das populações rurais e do seu rebanho;
- b — alimentação das populações urbanas;
- c — fome da máquina industrial que reclama matérias-primas para transformação.

Todavia, o emprêgo das técnicas primitivas nas regiões consideradas, proporciona uma produtividade que apenas dá para alimentar a família e, nada mais. Na verdade, pode-se convir que êsse primitivismo da lavoura, mormente nas Regiões Norte e Nordeste do país, pode ser encarado como sendo ocasionado pela falta de capitais, a par da ausência de educação conveniente da população rural.

#### *Utilização de fertilizantes*

A crise alimentar brasileira está a pedir a atenção dos proprietários rurais para a reduzida fertilidade que atualmente apresenta os solos do Brasil. Naturalmente que êsse fato se encontra na dependência do esgotamento dos mesmos, graças a um tipo de agricultura predatória que tem sido empregada no país desde os tempos de colônia. Outrossim, é interessante registrar que não há no Brasil uma uniformidade de solos, diferindo de muito a sua composição nas diversas regiões fisiográficas do país. Ressaltamos êsse fato, pela influência que o mesmo exerce sobre a produção de gêneros alimentícios.

Assim sendo, em face dessas circunstâncias os rendimentos agrícolas por área cultivada são ainda excessivamente reduzidos; situam-se mesmo, em nível absolutamente antieconômicos. É bem verdade que a produção agrícola tem aumentado. Todavia, a sua elevação tem sido devida à ampliação das áreas cultivadas e à utilização de terras virgens. Os dados abaixo, referentes às culturas temporárias, transcritos do anuário do IBGE e, tomados como exemplo, indicam a exatidão de nossa assertiva. Assim temos:

#### PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA — CULTURAS TEMPORÁRIAS

EXPECIFICAÇÃO	PRODUÇÃO (ton.)			ÁREA CULTIVADA (ha)		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961
Cereais.....	11 564 819	14 246 477	15 095 627	10 142 901	10 878 154	11 168 189
Leguminosas alimentícias.....	1 748 610	1 990 708	2 022 564	2 594 834	2 841 552	2 932 859
Tubérculos e raízes.....	18 787 483	20 008 940	21 483 436	1 553 224	1 674 452	1 748 739
Plantas industriais.....	55 664 331	59 299 751	62 253 837	4 790 421	5 107 793	5 718 829
Outras culturas.....	1 087 869	1 130 739	1 093 132	239 437	257 475	258 658

Pelo que nos é dado informar em conseqüência dos elementos que possuímos, as atividades humanas na agricultura têm-se limitado en-

tre nós, a explorar, a exaurir a terra, graças ao emprêgo de métodos de cultura extensiva, não só inadequados, mas, sobretudo, em desacôrdo com as condições físicas do solo. Daí se observarem as baixas de produtividade agrícola de nossas terras.

Êsses aspectos relacionados com a produtividade são bastante importantes, visto que existe uma correlação suficientemente acentuada entre a produção agrícola e a alimentação das populações brasileiras. Ocorre, então, que há necessidade de se utilizarem os fertilizantes em larga escala, pois que êles se constituem em fatores de primordial importância para a revitalização do solo e o aumento substancial da produção. Tanto assim é que, não só a produção como o consumo de fertilizantes são elevados, tanto na América do Norte, quanto nos países europeus e no Japão, conforme gráfico abaixo:

**PRODUÇÃO E CONSUMO DE ADUBOS QUÍMICOS NO EXTERIOR — UNIDADE: TON. (1957)**

PAÍSES	PRODUÇÃO			CONSUMO		
	N	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	K <sub>2</sub> O	N	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	K <sub>2</sub> O
E.E. UU.....	2 145 000	2 265 000	1 737 000	2 183 000	2 100 000	1 979 000
Alemanha Ocidental.....	900 000	535 000	1 700 000	500 000	522 500	423 600
Japão.....	748 000	417 000	—	609 500	358 500	630 000
França.....	450 000	775 000	1 300 000	415 000	635 000	5 500
Itália.....	335 000	431 000	2 000	250 000	418 000	170 000
Holanda.....	335 000	145 000	600	184 000	109 000	—

No Brasil, porém, ocorre que a sua produção é ínfima em relação às necessidades e que o seu emprêgo nas lavouras tem sido insignificante, e mesmo até inexpressivo. Daí a dificuldade em que nos encontramos para suprir as populações com produtos essenciais à sua alimentação, ocorrência essa, proporcionada pela baixa produtividade, oriunda da não utilização de fertilizantes.

Um inquérito efetuado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952, nos dá uma idéia precisa do emprêgo de fertilizantes ou adubos no nosso país. Assim, conforme havíamos acentuado, os fertilizantes são empregados em escala bastante reduzida nos municípios localizados nas diversas regiões fisiográficas do país. Senão vejamos:

**UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

ESPECIFICAÇÃO	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste
Municípios existentes.....	97	417	672	632	112
Municípios informantes.....	96	412	664	586	111
Informantes quanto ao emprêgo de adubos:					
Sim.....	6	136	361	452	11
Não.....	88	273	302	134	100
Não declarado.....	22	3	1	—	—

De acôrdo com os dados acima apresentados, verifica-se outrossim, que é na Região Sul, onde êsse encontra o maior número de municípios cujos habitantes utilizam fertilizantes no trato da terra.

Aliás os dados sôbre o consumo aparente de fertilizantes fornecidos pelo IBGE, coincidem com as observações anteriormente citadas e indicam por outro lado, que muito embora haja um aumento gradual na sua utilização, a produção brasileira de fertilizantes é muito pequena, ou mesmo, insignificante, se a compararmos com a de outros países. Dêsse modo, o pouco que se despênde com a importação de fertilizantes, representa um gasto elevado em moeda estrangeira, em dólares para o nosso país. Talvez êsse fato venha contribuindo, também, desfavoravelmente para o seu emprêgo em grande escala, tornando, por isso, restrito o seu uso, face, inclusive, aos preços elevados atingidos pelos mesmos.

CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES — 1959/1961

ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO APARENTE (ton.)								
	Fosfatados			Potássicos (K <sub>2</sub> O)			Nitrogenados		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961	1959	1960	1961
Importação.....	157 654	146 175	140 589	103 117	191 964	122 417	171 563	249 348	210 489
Produção.....	215 863	239 737	211 755	—	—	—	52 092	76 712	58 643
<b>TOTAL.....</b>	<b>373 517</b>	<b>385 912</b>	<b>352 344</b>	<b>103 117</b>	<b>191 964</b>	<b>122 417</b>	<b>223 655</b>	<b>326 060</b>	<b>269 132</b>

De qualquer sorte, é evidente que a utilização dos adubos químicos é de vital importância para o desenvolvimento agrícola do país. Isso porque as pesquisas e estudos efetuados indicam que a produção do solo adubado corresponde a quase o dôbro da do solo não adubado, ficando os alimentos, por outro lado, ricos em princípios alimentícios ou melhor dizendo, princípios nutritivos.

Assim, um solo é considerado fértil quando possibilita a utilização pelos vegetais, de elementos julgados essenciais ao seu desenvolvimento. Torna-se necessário, entretanto, que êstes elementos existam no solo e, sobretudo que haja facilidade de mobilização dos mesmos. Vale aqui salientar que as caldas das usinas de açúcar e o bagaço da cana, apesar de se constituírem em ótimos adubos, fato êsse evidenciado pelos estudos efetuados por uma comissão designada pelo govêrno do estado de Pernambuco, composta dos doutores BEZERRA COUTINHO, ANTÔNIO FIGUEIREDO, OSVALDO LIMA e CLÉLIO GOUVEIA, continuam sem o devido aproveitamento. E, pior ainda: continuam sendo lançados nos rios, tornando, assim, suas águas nocivas, por modificarem as condições biológicas das mesmas.

*Devastação das matas — Queimada ou “coivara”*

O processo ainda utilizado hodiernamente, para a instalação de novas culturas, é arcaico e representa uma herança cultural que nos foi legada pelos nossos antepassados, indígenas e peninsulares. JOÃO DORNAS FILHO, procurando estudar a paternidade do processo, chegou à conclusão de que o mesmo já era empregado em terras de Portugal. Assim, uns e outros conheciam e aplicavam o processo, em razão da observação e, sobretudo, na decorrência de suas necessidades. Trata-se da “queimada” ou “coivara”. Por isso, êsse processo tem sido utilizado desde os primórdios do povoamento e colonização do nosso país. Muito embora a “queimada” ou “coivara” possa ser considerada como um mal necessário no momento histórico em que se processou a nossa colonização, como muito bem acentuou LOPES DE ANDRADE, na atualidade, face aos recursos da técnica e aos conhecimentos científicos de que dispomos sobre o assunto, ela não tem mais cabimento.

Em se referindo ao problema, EUCLIDES DA CUNHA considerou-o um mau ensinamento. Completaremos êsse pensamento, afirmando que também a “queimada” ou “coivara” foi um péssimo aprendizado. MONTEIRO LOBATO também condenava êsse processo, ao afirmar que “ninguém cuida de calcular os prejuízos de tôda sorte advindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano. O rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogrado. A destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a aleração para pior do clima com a agravação crescente das sêcas...”

A Comissão Nacional de Política Agrária, ao procurar em 1952 examinar a extensão do emprêgo dêsse sistema no nosso país, fêz realizar um inquérito sobre o assunto, obtendo então, graças aos dados coletados, a informação de que sua utilização é generalizada em todo o Brasil, confirmando plenamente o conhecimento superficial que se tinha do problema. Eis os dados obtidos:

**MUNICÍPIOS SEGUNDO OS HÁBITOS MAIS GENERALIZADOS ENTRE OS AGRICULTORES, NO QUE SE RELACIONA AO CULTIVO DA TERRA**

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		LESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	N.ºs absol.	%	N.ºs absol.	%						
Municípios existentes.....	97	—	417	—	672	—	632	—	112	—
Municípios informantes.....	96	100,0	412	100,0	664	100,0	586	100,0	111	100,0
Quanto ao uso de queimadas:										
Sim.....	89	92,7	372	90,3	596	89,7	512	87,3	107	96,4
Não.....	6	6,3	34	8,3	65	9,8	73	12,5	4	3,6
Não declarado.....	1	1,0	6	1,4	3	0,5	1	0,2	—	—

O exame do quadro acima permite-nos asseverar que, infelizmente, tal processo é empregado sistematicamente em tôdas as regiões do país. Com isso, tem-se promovido a "saarização" do Brasil.

Aliás, no interior do país, é freqüente também, queimarem-se as pastagens, no fim do verão, com o objetivo de destruir o mato que as invadiu. Ao seguir essa orientação julga o homem do campo, muito embora errôneamente, ser possível inclusive, forçar uma nova e rápida brotação.

Paralelamente à "queimada", tem-se processado a derrubada das matas, de modo indiscriminado, visando a atender às seguintes circunstâncias:

- 1 — Produção de carvão vegetal para as indústrias, mormente a siderúrgica e a de papel;
- 2 — Produção de lenha, visando à alimentação de usinas termelétricas, locomotivas, etc.
- 3 — Produção de lenha para uso doméstico;
- 4 — Extração de madeiras para serrarias e indústrias similares;
- 5 — Agricultura nômade e instalação de novas culturas.

VASCONCELOS SOBRINHO, em 1949, focalizando o problema do consumo geral de lenha efetuado, apenas, no estado de Pernambuco, apresentou dados impressionantes e inquietantes, motivo pelo qual, julgamos por bem transcrevê-los, pois eles nos dão uma pálida idéia do que representa o desmatamento para o Brasil:

#### ESPECIFICAÇÃO:

##### *Madeira para:*

1 — <i>Indústria açucareira:</i>	<i>m<sup>2</sup> de lenha</i>
54 usinas .....	827 556
1 582 engenhos bangüês .....	480 000
382 engenhos de rapadura .....	764
	<hr/>
	1 308 320
2 — <i>Indústrias têxteis:</i>	
21 fábricas de tecelagem .....	1 050 000
100 desfibradores de caroá .....	20 000
	<hr/>
	1 070 000
3 — <i>Indústria de couro:</i>	
60 curtumes .....	120 000
4 — <i>Estrada de ferro:</i>	
Réde Ferroviária do Nordeste .....	300 000
5 — <i>Indústrias alimentícias:</i>	
630 padarias .....	226 800
41 fábricas de doces e massas ....	548 000
18 000 casas de farinha .....	432 000
	<hr/>
	1 206 800

6 — <i>Cerâmicas:</i>		
293 grandes fábricas .....	250 300	
2 095 pequenas fábricas .....	230 000	
		480 300
7 — <i>Cimento e cal:</i>		
78 fábricas .....	135 000	
8 — <i>Consumo doméstico:</i>		
600 000 habitações (1 m <sup>3</sup> por mês; 12 meses) .....	7 200 000	
9 — <i>Indústrias diversas:</i>		
Óleos, serrarias, amido, sabão e lacti- cínios .....	400 000	
		12 250 420

No Nordeste, tem-se verificado inclusive, a derrubada de árvores frutíferas, como o cajueiro, para transformá-las em lenha. Esse fato assume aspecto da maior gravidade, sendo mesmo, um crime, porque atinge elementos conhecidos como excelentes fontes de vitamina C e de proteínas vegetal.

Está visto que essa devastação indiscriminada é consequência ou o reflexo de uma política rotineira; da ignorância dos seus executores, ou então, ela visa a um lucro fácil e imediato. São os “fazedores de deserto” no dizer de EUCLIDES DA CUNHA. A destruição de florestas atinge, no Brasil, o apreciável índice de 30 000 quilômetros quadrados anuais, enquanto o reflorestamento se encontra muito aquém desse índice.

Esse problema da queimada e do desmatamento assume maior gravidade se levarmos em conta que as matas, não somente se apresentam como fontes de matérias-primas, como também, como protetoras, visto que, em conjunto ou isoladamente, elas servem para conservar o regime das águas, evitando a erosão da terra pela ação dos agentes naturais, além de asilar a fauna indígena.

Face a essas circunstâncias é que se pode afirmar que o desmatamento no Brasil, tem concorrido em alta escala, para o desequilíbrio biológico. Daí, tem resultado a destruição da vida animal, a poluição das águas, a modificação do meio e o esbanjamento de madeiras nobres, e, bem assim, o ressecamento e o empobrecimento do solo.

Por outro lado, não podemos deixar de fazer referência ao problema da erosão causada pelas enxurradas sobre os terrenos que sofreram a ação da desmatção sistemática que se vem praticando por esses “brasis” afora. O Instituto Agrônomo de Campinas avaliou a erosão ocasionada pelas chuvas torrenciais do verão, somente nas zonas agrícolas, em 500 000 toneladas de terra por ano. As águas das chuvas, ao carrearem as camadas superficiais, ricas em húmus e detritos vegetais, determinam a erosão e, conseqüentemente, diminuem a fertilidade do solo, face à perda de sais minerais (azoto, fósforo, potássio, magnésio, cálcio e enxofre).

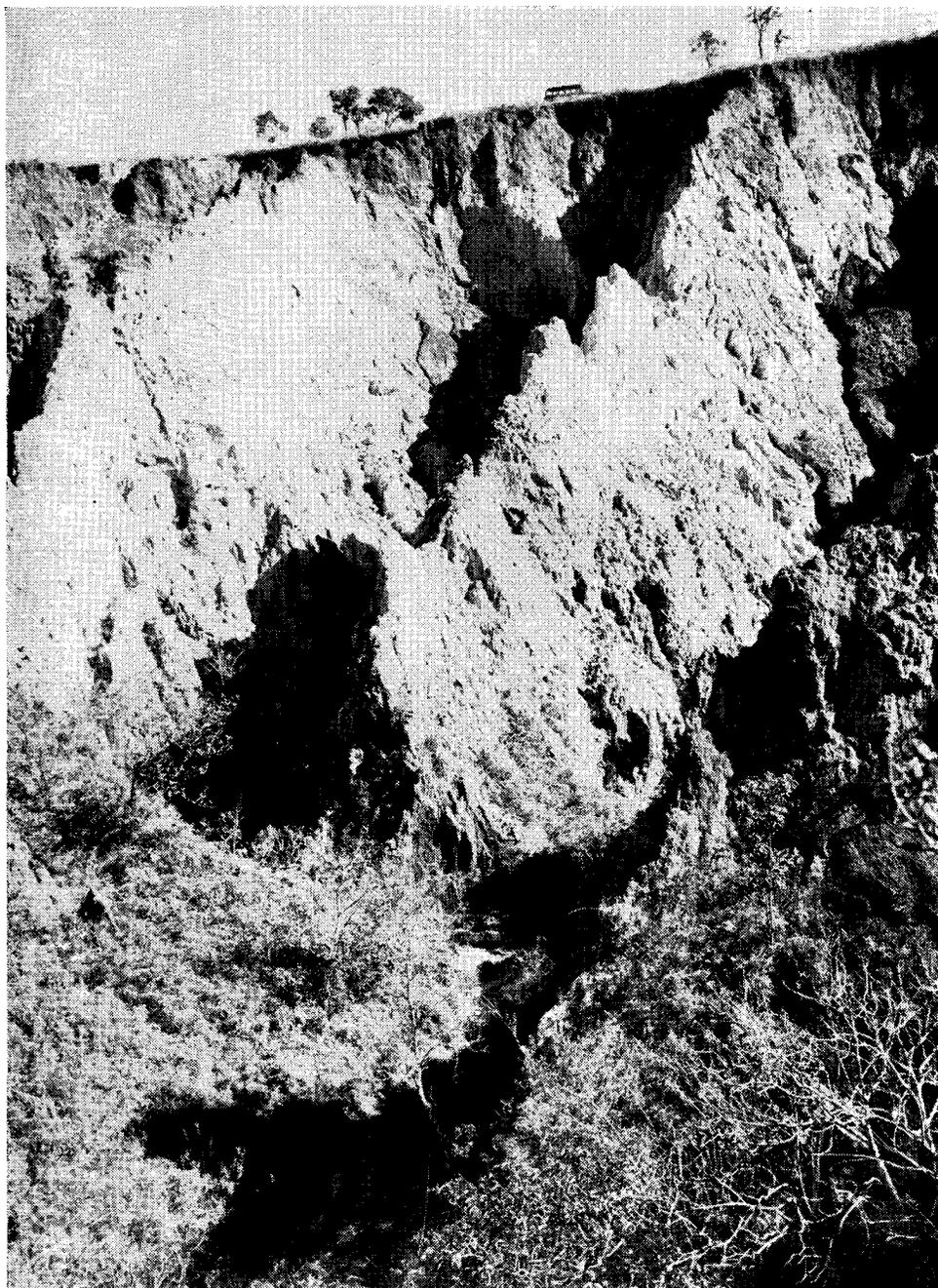


Fig. 8 — Exemplo típico de erosão do solo, em Minas Gerais.

Foto: CNG

Evidentemente, os efeitos e a intensidade da erosão ficam, então, subordinados à quantidade e à intensidade das chuvas, à declividade do terreno, à natureza do solo, à existência ou não da vegetação de cobertura e, até mesmo, ao tipo de cultura. Esse aspecto do problema assume maior importância se considerarmos o fato de ser o solo um

vasto laboratório onde numerosas reações químicas e biológicas se processam.

Atualmente, no nosso país, graças ao fenômeno da erosão, tem aumentado gradativamente a extensão das terras empobrecidas. Conseqüências desagradáveis podem surgir com relação ao problema da alimentação das populações brasileiras, visto que o rendimento médio das culturas tende a cair, acarretando o empobrecimento dos alimentos no que tange ao teor de minerais.

No Nordeste, êsse problema assume aspecto da maior gravidade, face ao problema das sêcas. Todavia, para contorná-lo, tem sido sugerido o plantio da algarobeira como contribuição para a solução conjunta de dois grandes problemas que se nos afigura requerer solução imediata: — o da alimentação dos rebanhos e o do reflorestamento. GUILHERME DE AZEVEDO julga utilíssimo o seu plantio na citada região, porque, além de ser a mesma resistente às sêcas, apresenta um rápido crescimento, é de fácil fixação e dá ótima madeira. Em obediência a essa orientação é que o seu plantio tem sido intensificado e fomentado no estado do Rio Grande do Norte.

### *Êxodo, mobilidade e fixação*

Os movimentos migratórios se têm processado através dos séculos, da mais variada maneira e sob a influência dos fatores mais diversos. Como exemplo de movimento populacional na antiguidade, citamos o conhecido fato bíblico de “êxodo” dos judeus.

Entre nós, as migrações ou deslocamentos populacionais já eram efetuados desde tempos imemoriais, pelas tribos indígenas. A caçada, a pescaria, as sêcas ou o tempo de mudança normal de residência determinavam êsses movimentos migratórios.

Na atualidade, entretanto, outras são as condições que promovem ou que acarretam êsses deslocamentos populacionais. Valores sócio-econômicos e culturais e alterações climáticas são os elementos primordiais capazes de influir no incremento das migrações internas. Evidentemente, não podemos deixar de reconhecer que a migração rural-urbana, por seu turno, é um fato universal. Trata-se de um fenômeno próprio de um país que se industrializa. Quando não, ela reflete a busca de novas e melhores áreas para o desenvolvimento da lavoura.

No Brasil, essas migrações orientam-se não somente, dentro das zonas rurais, como destas para outras zonas similares ou para as capitais. Em outras oportunidades as migrações se dirigem para os estados do Sul, do Centro-Oeste ou do Norte do país.

No estudo efetuado por POMPEU ACIOLI BORGES, ficou evidenciado que o maior número de migrantes entrados em São Paulo, no ano de 1952 e no primeiro semestre de 1953, foram oriundos da Bahia, seguindo-se-lhes os provenientes de Minas Gerais. No gráfico que se segue, todos os dados transcritos evidenciam aquela assertiva:

## NÚMERO DE MIGRANTES ENTRADOS EM SÃO PAULO, EM 1952/1953

UNIDADE FEDERATIVA DE PROCEDÊNCIA	ANOS	
	1952	1953 (1.º semestre)
Bahia.....	113 901	18 403
Minas Gerais.....	44 480	9 351
Pernambuco.....	32 454	10 981
Alagoas.....	28 354	9 188
Ceará.....	15 105	3 631
Sergipe.....	9 182	2 145
Paraíba.....	3 167	1 246
Piauí.....	2 625	734
Rio Grande do Norte.....	728	599
Outros.....	2 812	512
<b>TOTAL</b> .....	<b>252 800</b>	<b>56 790</b>

Pe. BASTOS D'ÁVILA, S. J., procurou estudar esse problema da migração interna, efetuando uma pesquisa sôbre a população advencícia do Rio de Janeiro, GB. Tal pesquisa atingiu uma pequena amostra, compreendendo apenas 259 homens e 117 mulheres.

O exame dos dados coletados revelou que a população nacional advencícia se situa na faixa dos vinte aos trinta anos, indicando portanto, que é a fôrça válida das populações dos locais de origem, que migra.

Outrossim, refere o autor da pesquisa, ser curioso notar que a região Nordeste contribui com a mais alta porcentagem de elementos do sexo masculino (57%), mas é a Região Leste, e, mormente o estado de Minas Gerais, no tocante às mulheres, que contribui com a mais alta porcentagem de migrantes, elevando-se esse índice a 53.



Fig. 9 — O clássico "pau-de-arara", responsável pela corrente migratória de nordestinos e que traduz a incessante busca de melhores oportunidades.

Foto: CNG

Com respeito aos meios de locomoção, a pesquisa indicou que a rodovia foi o mais utilizado. Por outro lado, verificou que os motivos ambientais (as sêcas) e os sócio-econômicos são aqueles que maiores influências exercem sobre a migração. Estudos efetuados pela Comissão Nacional de Política Agrária, indicam, por sua vez, os seguintes valores: — há um acentuado êxodo rural-urbano no Leste e Sul do país. Em compensação, os maiores movimentos migratórios interregionais com destino ao Sul do país, processam-se do Nordeste e da Região Leste.

A veracidade dessas informações podem ser comprovadas no quadro que a seguir transcrevemos:

**MUNICÍPIOS DE ONDE HÁ SAÍDAS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS  
SEGUNDO OS DESTINOS DOS MESMOS**

REGIÕES	Total	MUNICÍPIOS INFORMANTES						
		De onde há saída de trabalhadores						
		Total	Segundo os destinos dos trabalhadores					
			Municípios vizinhos	Cidade	Outro estado	Sul	Outros destinos	Não declarado
Norte.....	97	37	14	2	3	1	15	2
Nordeste.....	413	324	34	5	40	204	37	4
Leste.....	666	570	59	50	19	343	95	4
Sul.....	586	451	51	101	195	—	98	6
Centro-Oeste.....	112	63	13	20	6	—	24	—

Na pesquisa efetuada, procurou-se conhecer o motivo determinante da migração, chegando-se então à conclusão, de que os salários baixos existentes naquelas localidades, faziam com que o trabalhador migrasse à procura de novas oportunidades salariais. Essas deduções são objeto do quadro que abaixo transcrevemos:

**MUNICÍPIOS DE ONDE TEM HAVIDO SAÍDA DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS,  
SEGUNDO AS RAZÕES DE SAÍDA**

REGIÕES	Total	MUNICÍPIOS INFORMANTES					
		Onde não há saída de trabalhadores	Onde tem havido saída de trabalhadores				
			Total	Segundo as razões de saída			
				Salários baixos	Falta de trabalho	Outras razões	Não declarado
Norte.....	97	60	37	24	—	11	2
Nordeste.....	42	89	323	172	7	139	5
Leste.....	666	96	570	414	8	145	3
Sul.....	586	135	451	346	6	99	—
Centro-Oeste.....	112	49	63	51	—	12	—

Evidencia-se portanto, que os fatores sócio-econômicos, mormente os que se referem à procura de melhores salários constituem a mola principal impulsionadora das migrações internas. Aliás, êsses resultados coincidem perfeitamente com os obtidos na pesquisa do Pe. BASTOS D'ÁVILA. Outrossim, tanto DJACIR MENESES, estudando as migrações que se processam na área do sertão e do agreste-caatinga, quanto JORGE ZARUR, examinando as causas dos deslocamentos populacionais observados na bacia do rio São Francisco, já haviam assegurado que as escassas oportunidades econômicas, os baixos salários e as condições mesológicas eram os principais promotores e as verdadeiras causas das migrações internas.

LEVY CRUZ, em seu estudo sobre as migrações para o Recife, chega à mesma conclusão, ao afirmar que as razões que mais pesam na saída do lugar de nascimento são a melhoria da situação financeira (43%) e as questões familiares.

O papa João XXIII, em sua encíclica *Mater et Magistra*, examina o problema do êxodo rural e o considera como um fator negativo da produção agrícola, ao referir-se ao mesmo da seguinte maneira:

“... o êxodo da população, do setor agrícola para outros setores produtivos, não é provocado somente pelo progresso econômico. Deve-se a múltiplas razões, como a vontade de fugir de um ambiente considerado estreito e sem futuro; a sêde de aventuras e de novidades, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento rápido; a miragem de uma vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos. Mas julgamos que não se pode duvidar de que este êxodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em tôda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, quanto pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais”.

Aliás, isso é bastante evidente no nosso país, principalmente no que diz respeito à alimentação das populações rurais. Constituem êstes, sem dúvida, fatores dos mais negativos no quadro geral do nível de vida. OLIVEIRA VIANA, referindo-se ao problema, considera-o uma dispersão, uma fuga.

ASPECTO PORCENTUAL REGIONAL DAS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO SEGUNDO AS CLASSES SOCIAIS

CLASSES SOCIAIS	NORTE			NORDESTE			LESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	B	P	ND	B	P	ND	B	P	ND	B	P	ND	B	P	ND
Grandes proprietários ou fazendeiros....	75,0	9,4	15,6	88,9	5,4	5,7	93,1	5,2	1,7	95,3	0,9	3,9	81,2	16,1	2,7
Pequenos proprietários e colonos....	27,1	70,8	2,1	22,5	75,8	1,7	33,2	65,7	1,1	50,4	48,5	1,2	27,7	70,5	1,8
Arrendatários e parceiros.....	20,8	58,3	20,8	12,8	77,0	10,1	17,9	74,3	7,9	32,6	61,8	5,6	10,7	75,9	13,4
Trabalhadores rurais assalariados.....	5,2	92,7	2,1	3,2	93,6	3,2	2,2	96,4	1,4	7,7	90,2	2,1	3,6	94,6	1,8

B: -- BOA; P: -- PÉSSIMA; ND: -- NÃO DECLARADO

BEN-HUR RAPÔSO reconhece a sua importância e a influência que o fato exerce sobre a alimentação das populações rurais como uma ver-

dade que prescinde de maiores demonstrações, dado a sua evidência à luz meridiana. Um inquérito efetuado por êsse pesquisador, cujos dados coletados vão abaixo transcritos, demonstram de modo insofismável a lamentável precariedade do regime alimentar predominante no interior do país. Precariedade essa, aliás, que mais se acentua quando se desce na escala social.

CLÓVIS CALDEIRA, ao estudar a vida dos moradores das fazendas de cacau na Bahia, registrou como fatores determinantes dessa mobilidade, os seguintes:

- a — Incapacidade do salário agrícola para fazer face ao elevado custo de vida;
- b — Falta de uniformidade na taxa de salários;
- c — Condições de trabalho e moradia desfavoráveis;
- d — Dispensa em massa de trabalhadores nas fases críticas.

Por sua vez, CARNEIRO LEÃO considera como elementos determinantes, permanentes, da mobilidade ou do despovoamento do campo, os seguintes fatores:

- a — Predominância de latifúndios;
- b — Climas, endemias, secas, inundações;
- c — Má organização econômica da agricultura;
- d — Transporte difícil e caro;
- e — Escassez de educação.

Para diminuir ou mesmo, impedir o êxodo rural, acredita o papa João XXIII, ser indispensável que “exista empenho, sobretudo, por parte dos Podêres Públicos, em que, nos ambientes agrícolas se desenvolvam como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, alojamentos, assistência sanitária, água potável, instrução elementar e formação técnica e profissional”. Defende o papa, por outro lado, a necessidade de se promover a efetivação de um desenvolvimento econômico, harmônico, entre todos os setores produtivos, visando a atingir um nível de vida conveniente. Sòmente dessa maneira é que se poderá então evitar o êxodo rural.

Qualquer que seja porém, a causa determinante do êxodo rural que se observa no nosso país, temos de admitir que semelhante fenômeno ao promover uma diminuição de braços tão necessários à lavoura, sem haver uma compensação adequada com a mecanização, é claro que prejudicará o desenvolvimento e o esforço agrícolas, acarretando em consequência uma diminuição da produção de gêneros alimentícios.

A seqüência e sucessão de tais fatos são condições necessárias e bastante para favorecer a má alimentação e a desnutrição dos núcleos populacionais, principalmente, os do Nordeste do país.

De qualquer sorte, acreditamos com ÁLVARO VIEIRA PINTO, que o chamado “êxodo rural”, nas condições em que agora se produz, pode ser considerado como fator positivo no curso do desenvolvimento do país.

### Produção e consumo

Em qualquer latitude do globo, a questão da alimentação está ligada intimamente à agropecuária. A produção e o consumo de gêneros alimentícios têm, pois, como não podia deixar de acontecer, implicações diretas com o estado nutritivo do povo brasileiro. A alimentação das populações diz respeito, afinal de contas, a uma satisfação de necessidades, fato esse que envolve naturalmente, conseqüências sociais e econômicas.

Já se afirmou — foi ALBERTO TÔRRES quem o fez — que “o Brasil é um país essencialmente agrícola”. Assim, porém, não o entendemos, nem pode ser aceita, na atualidade, como foros de verdade, tal afirmativa. Isso porque, a idéia fundamental atual é a de que haja um desenvolvimento simultâneo e paralelo, de modo que a indústria e a agricultura possam trabalhar uníssonas, em benefício do homem brasileiro, dando oportunidade a que se promova o seu bem-estar social.

Na verdade predominam ainda, no nosso país, as atividades agropecuárias, pois, a elas se dedica a maioria das pessoas economicamente ativas, de 10 (dez) e mais anos, segundo dados ibgeanos. Isso vem provar que o primitivismo do trato ou amanho da terra no nosso país, tem sido capaz de imobilizar junto à lavoura e à pecuária um número excessivo de trabalhadores e, o que é pior, com baixos níveis de vida e vivendo praticamente, à margem da economia monetária.

Apesar dessas circunstâncias, a produtividade do setor agrícola é geralmente baixa, o que não impede entretanto, que o setor agropecuário contribua muito mais do que a indústria para a formação da renda nacional, conforme a seguir veremos:

#### RENDA NACIONAL E INTERNA SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA EM (Cr\$ 1 000 000 000)		
	1958	1959	1960
Agricultura.....	271,4	384,1	536,0
Indústria.....	264,9	358,7	490,4
Transportes e comunicações.....	80,2	104,0	143,6
Comércio.....	145,7	194,0	237,4
Intermediários financeiros.....	31,2	41,0	55,3
Prestação de serviços.....	129,5	171,3	213,9
Aluguéis.....	48,6	57,7	74,5
Governo.....	84,7	107,7	150,1

FONTE: Anuário do IBGE — 1962

Não obstante isso, somos forçados a informar que a renda proveniente das atividades agrícolas é muito pequena.

Isto pôsto, se levarmos em conta, agora, a produção de alimentos na conformidade das regiões fisiográficas do país, encontramos os seguintes dados estatísticos equivalentes ao ano de 1960:

## PRODUÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

GRUPOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	REGIÕES				
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste
Cereais.....	75 242	1 284 877	3 473 120	8 013 994	1 305 196
Feculentos.....	803 174	4 597 495	6 010 334	7 557 855	1 185 137
Leguminosas secas.....	8 990	400 273	504 134	1 279 517	109 934
Ovos.....	4 650	29 561	100 974	170 061	26 904
Pescado.....	25 100	75 500	68 700	105 300	3 000
Leite.....	14 077	309 671	2 295 246	2 078 158	393 460
Gorduras animais.....	1 405	13 671	100 993	153 831	12 329
Gorduras vegetais.....	957	64 412	31 657	137 510	6

Esses dados nos dão uma idéia exata do problema da produção de gêneros alimentícios, indicando que no Sul concentra-se o maior volume da produção agropecuária do Brasil, seguindo-se-lhe em quantidade e valor, a da Região Leste. Enquanto isso, observa-se uma baixa produtividade no Norte e Nordeste do país, apesar de nessas regiões, cêrca de 70% da população dedicarem-se às atividades agrícolas.

O problema do Nordeste apresenta aspecto peculiar face ao aparecimento periódico, cíclico, do fenômeno climático: a sêca. Nesse caso, a agricultura nordestina apresenta dois aspectos que caracterizaram a sua evolução e o seu desenvolvimento; a cana-de-açúcar instalando-se no litoral e zona da mata e, a pecuária na zona semi-árida. Ambas, porém, vivendo sob regime latifundiário e monocultural.

De qualquer sorte, verifica-se uma inadequada produção de alimentos. CELSO FURTADO assevera que êsse fato explica os dois fenômenos seguintes: atraso relativo da região e a gravidade do impacto das sêcas.

No caso, as estiagens ou sêcas afetam a produção de alimentos que são exatamente o setor de mais baixa produtividade do país. Sobrevindo a sêca, a produção de alimentos fica de tal maneira afetada que desce a zero, fato êsse, que leva a população rural da região à indigência.

Por essas razões, GUIMARÃES DUQUE assevera que o fomenot agrícola deve ser efetuado, visando ao aumento efetivo e ao barateamento da produção, proporcionando-se, por outro lado, ao pobre, melhores condições de vida, maior ganho, maior consumo, maior movimentação da riqueza que traz o bem-estar e a tranqüilidade gerais. Tudo, evidentemente, está relacionado, não com o humanitarismo ou com o sentido paternalista, mas com a questão econômico-social. Trata-se, afinal de contas, de um direito e de justiça social.

MILLER DE PAIVA lembra, por outro lado, que a produção por unidade de área, é muito baixa, mormente se a compararmos com a de outros países. Assim, por exemplo, a produção de arroz no Brasil atinge apenas 1 650 kg por hectare, enquanto a dos Estados Unidos eleva-se a 2 790 kg e a da Europa, a 5 000 kg por hectare. Quanto ao milho, a sua produção no Brasil, eleva-se apenas a 1 300 kg por hectare, enquanto nos Estados Unidos, ela é de 2 300 kg e, na Argentina, de 1 600 kg.

Por isso, julga MILLER DE PAIVA que a produção agrícola no Brasil deve ser aumentada, para:

- a — acompanhar o crescimento da população;
- b — acompanhar o desenvolvimento do nosso parque industrial;
- c — formar a maior quantidade possível de divisas para a importação de bens de produção, não somente para o parque manufatureiro, como também para a agricultura.

Muito embora a produção agropecuária constitua a base, sobre a qual, todos os outros setores da nossa economia devem ser equacionados e resolvidos, é importante que ela cresça paralela e simultânea ou concomitantemente com a industrialização do país. Esta é uma condição primordial face à evidência de que a industrialização por si mesma, sem aquela conjugação de esforços, é insuficiente para promover o bem-estar social, dado que a indústria ainda não tem capacidade suficiente para prover as sempre crescentes exigências alimentares das populações.

O que se tem verificado no nosso país, é uma alta discrepância entre a evolução agrícola, cujo crescimento médio anual tem sido da ordem de 4,2% e a evolução industrial que, paralelamente, atinge um incremento médio de 10% ao ano. Verifica-se, portanto, graças à apresentação desses dados, um forte desequilíbrio intersetorial da produção, que, sem dúvida, deve ser corrigido.

COUTINHO CAVALCÂNTI, ao estudar o problema da estrutura agrária, indicou como meio de apoio ao aumento de produção agropecuária, as seguintes medidas:

- a — distribuição, utilização e exploração sociais e racionais da propriedade agrícola;
- b — melhor organização e extensão do crédito agrícola;
- c — melhoramento das condições de vida da população rural.

Apesar dessas considerações, a verdade é que, informa L. VASCONCELOS, a “economia brasileira continua a depender imensamente de uma agricultura que, em suas linhas gerais, se nos apresenta com características de atraso e tolhida pelo seu fraco rendimento”.

Todavia, os dados estatísticos revelam-nos, por outro lado, que tem havido um aumento real da produção de gêneros alimentícios, conforme os dados abaixo transcritos:

#### RESUMO DA PRODUÇÃO TOTAL DO BRASIL

GRUPOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	QUANTIDADE				
	1956	1957	1958	1959	1960
Cereais.....	11 343 077	12 695 533	11 788 374	12 499 070	14 152 429
Feculentos.....	17 361 936	17 527 366	17 422 307	18 790 133	20 153 795
Leguminosas.....	1 713 279	1 934 894	1 929 895	2 106 252	2 302 848
Ovos.....	286 779	305 856	314 137	323 060	332 150
Pescados.....	208 092	216 289	214 899	253 100	277 600
Leite.....	4 238 193	4 402 716	4 598 303	4 787 521	5 090 612
Gorduras animais.....	247 704	277 735	287 710	270 040	282 229
Gorduras vegetais.....	160 266	147 642	199 878	209 030	234 542

Acreditamos contudo, que êsse aumento de produção esteja relacionado diretamente não com a intensificação das culturas, mas, subordinado a um aumento real das áreas cultivadas, à cultura extensiva que domina o Brasil em tôda a sua extensão.

Ocorre que o acréscimo verificado no setor primário da produção é superior ao acréscimo populacional, observado no mesmo espaço de tempo. Entretanto, êle não atende às necessidades alimentares das populações, de modo que o abastecimento das cidades vem sendo corrigido graças aos gêneros alimentícios importados. Outrossim, vale aqui ressaltar que também concorrem para as dificuldades de abastecimento, não só o problema do desperdício, relativo à manipulação do produto para o preparo dos alimentos, como a perda ou deterioração de produtos por falta de silos e armazéns em quantidades suficientes e em locais convenientes ou adequados.

Não podendo pois, essa produção agropecuária atender às necessidades sempre crescentes das populações, é óbvio que essas mesmas populações continuem a viver em estado da subalimentação crônica.

Para argumentar e ilustrar, podemos considerar que, se porventura, os dados estatísticos existentes e atinentes à produção de gêneros alimentícios correspondem à realidade, é de se supor que o consumo de alimentos não somente era, como ainda é baixíssimo. Nada obstante, tem havido em contraposição, uma melhoria ou aumento da renda *per capita*, o que naturalmente possibilita o aumento na procura e, conseqüentemente, no consumo de gêneros.

Paralelamente, os dados estatísticos demonstram também, em período idêntico, que a pecuária tem aumentado, sensivelmente, no país. Acontece, no entanto, que o gado existente, em sua maioria, é o do tipo crioulo e de pouco peso.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE, ao estudar a pecuária no Nordeste, procurou salientar que nessa região existem vários tipos, os quais se apresentam em função das atividades locais. Assim, considera os seguintes:

- 1 — pecuária a serviço do agricultor nas áreas açucareiras;
- 2 — pecuária e agricultura do agreste, separadas, dominando a primeira na caatinga e a segunda nos brejos;
- 3 — pecuária extensiva no sertão.

Ao tratarmos do problema da pecuária julgamos importante referir que, principalmente na Região Nordeste, dois acontecimentos prejudicam sobremodo os rebanhos, por vêzes, dizimando-os. São êles: a fome periódica e os parasitos.

Paralelamente, ao aumento da pecuária no Brasil, tem havido, de modo geral, um acréscimo de gado abatido para a produção de carnes,

cuja estimativa feita pelo Conselho Coordenador do Abastecimento é a seguinte:

ANOS	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos
1945.....	4 604	1 257	1 912	7 878
1946.....	5 303	1 300	2 028	8 091
1947.....	5 691	1 342	1 995	7 791
1948.....	6 263	1 394	1 837	7 712
1949.....	6 601	1 437	1 742	7 767
1950.....	6 556	1 346	1 831	7 976
1951.....	7 057	1 432	1 777	8 730
1952.....	6 594	1 442	2 122	8 876
1953.....	6 863	1 512	2 221	9 008
1954.....	6 820	1 522	2 070	9 241
1955.....	6 677	1 606	2 137	9 514
1956.....	7 211	1 656	2 041	9 906
1957.....	7 694	1 630	1 971	10 440

Por sua vez, a produção de leite, queijo e manteiga, também tem aumentado, conforme se pode depreender dos dados inseridos no quadro abaixo, muito embora tenhamos ciência de que essa produção ainda não é suficiente para atender às necessidades do consumo:

ANO	Leite produzido (1 000 Lit.)	LEITE TRANSFORMADO (1% 1 000)			PRODUÇÃO (1 000 ton.)	
		Total	Para queijo	Para manteiga	De queijo	De manteiga
1949.....	2 374 768	332 468	232 730	99 738	23 273	4 534
1950.....	2 492 359	348 930	244 750	104 180	24 475	4 758
1951.....	2 560 304	358 443	250 910	107 533	25 091	4 888
1952.....	3 072 089	430 092	301 060	129 032	30 106	5 865
1953.....	3 486 098	488 054	314 640	146 414	34 164	6 655
1954.....	3 730 549	522 277	365 590	156 687	36 559	7 122
1955.....	3 982 399	557 536	390 280	167 256	39 028	7 603
1956.....	4 238 193	593 347	415 340	178 007	41 534	8 091
1957.....	4 274 482	598 427	418 899	179 528	41 890	8 160

Do exposto pode-se concluir que êsse aspecto de relativa insuficiência da produção agropecuária constitui um óbice ao desenvolvimento global da economia do país.

Um outro aspecto de importância a ser considerado, no caso, é aquêlê que se refere ao problema dos preços dos gêneros alimentícios destinados ao *consumo interno*. Êsse fato merece especial atenção porque, dada a natureza dos produtos agropecuários torna-se necessário estabelecer uma disciplinaçãõ, no sentido de determinar-se o justo preço, como medida protetora, a fim de garantir a produçãõ. De outro modo, tendo em vista que êsses produtos são destinados ao consumo interno, visando portanto, a satisfazer as necessidades humanas primárias, é preciso então, que sejam acessíveis. Sõmente assim, os gêneros poderão ser adquiridos por maior número de consumidores.

Infelizmente, porém, os gêneros alimentícios têm atingido preços bem mais elevados, face à ação de intermediários, ávidos de lucros fáceis e imediatos. Um inquérito efetuado em 1 474 municípios por CLÓVIS CALDEIRA, para a Comissão Nacional de Política Agrária, confirma essa assertiva. Senão vejamos:

MUNICÍPIOS INFORMANTES SEGUNDO A CONDIÇÃO HABITUAL DOS ADQUIRENTES

REGIÃO	Proprietário da terra	Mercado público	Feira livre	Consumidor	Intermediário
Norte.....	9	5	2	1	29
Nordeste.....	75	60	46	9	160
Leste.....	47	70	32	23	307
Sul.....	19	62	7	13	426
Centro-Oeste.....	23	3	1	3	50

A análise desse quadro permite-nos considerar que a venda de produtos agropecuários aos próprios proprietários deve ser aceita e considerada como uma relação com intermediários. Outrossim, verificamos que a venda direta dos produtores aos consumidores é muito pequena, o que, naturalmente, determina um encarecimento do produto.

Um outro assunto importante a considerar, reside no fato de que toda vez que tem havido aumento de renda da população, observa-se maior procura de produtos ligados à agricultura de subsistência. A significação desse fato é traduzida em maior pressão sobre o setor de produtos primários da economia.

Todavia, a renda *per capita* no Brasil, ainda é insuficiente para a demanda, de modo que, quase toda ela é gasta com a alimentação. ENGELS elaborou uma lei que ressalta perfeitamente essas condições negativas: “quanto menor fôr o ganho de uma família, maior é a porcentagem de dinheiro destinado à alimentação”.

Aliás, HAZEL STIEBELING ressalta que as famílias que possuem mais recursos, têm maiores probabilidades de adquirir alimentos em melhores condições do que as famílias com recursos limitados. Essas considerações podem perfeitamente explicar a pobreza da ração do trabalhador brasileiro e, especialmente, a dos nortistas e nordestinos que, de modo geral, é monótona e insuficiente. Isso porque os preços dos alimentos protetores são proibitivos para as classes pobres, dado que se tem de levar em conta o seu escasso poder aquisitivo.

Aliás, toda elevação de preços ocasiona uma retração natural das compras, face ao diminuto poder aquisitivo das massas brasileiras. Tudo isso leva-nos a concluir que as populações brasileiras atingem níveis de vida muito baixos e deploráveis condições de vida e de saúde.

Evidenciamos, por outro lado, que a baixa produtividade do trabalho agrícola e a sua pouca rentabilidade, repousam na escassez de créditos, nos juros elevados pagos pelos agricultores e na existência crônica de dívidas.

O papa João XXIII, em sua encíclica *Mater et Magistra*, focaliza o problema, quando assevera que “a agricultura não pode pagar juros elevados e, ordinariamente, nem sequer os juros habituais, para encontrar os capitais necessários ao seu desenvolvimento e ao exercício normal de suas atividades. Por conseguinte, exige o bem comum que se aplique à agricultura uma política especial de crédito que assegure aos lavradores êsses capitais a uma taxa razoável de juros”.

Obviamente, caso não se obtenham preços compensadores para os produtos oriundos da agropecuária, lógico será então, que haja um desinterêsse pela produção e, conseqüentemente, diminua a produtividade. Nesse caso, também a produção ficará sacrificada pela falta de recursos para a sua expansão.

### *Armazenagem e transportes*

Ao tratarmos do problema da alimentação do povo brasileiro não podíamos deixar de fazer referências à questão da armazenagem e transporte de gêneros. Êsses são temas cruciais e que se nos apresentam desde os primórdios do povoamento do país. Outrossim, não podemos esquecer que os mesmos sempre estiveram ligados à rarefação demográfica.

No que tange aos silos, armazéns e frigoríficos, o que podemos informar é que o seu número é insuficiente, e sua localização inadequada para atender às necessidades das nossas populações. Por essa razão, a deterioração de gêneros e a perda da produção são as conseqüências diretas dessa deficiência. Haja vista o problema da produção das cebolas no vale do São Francisco.

Quanto ao setor transportes, sabemos perfeitamente que sôbre o mesmo recai grande soma ou parcela de responsabilidade pelo abastecimento das nossas populações. Êsse fato é de grande repercussão, pois que aos transportes se encontra afeta a distribuição regular dos gêneros alimentícios, devendo para isso, ser mantida uma perfeita sincronização entre as zonas produtoras e as de consumo.

A grande extensão da costa brasileira, o grande número de cidades localizadas no litoral, estaria a exigir que se mantivesse uma frota de navios destinada à cabotagem, com a finalidade de efetuar um perfeito entrosamento entre as cidades das diversas regiões fisiográficas facilitando o abastecimento das mesmas. Todavia, os navios são em pequeno número, e o que é pior, a maioria dos portos existentes no país encontra-se inteiramente desaparelhada. Muito embora sejam êles organismos econômicos de vital importância para a alimentação das populações brasileiras. O seu baixo rendimento pode ser atribuído a várias causas, ressaltando-se dentre elas, a deficiência de linha de atracação e o regime de trabalho anárquico, atualmente existente nos portos brasileiros. Além disso, os problemas portuários no Brasil são complexos e estão a exigir uma reformulação no sentido de adaptá-los à realidade nacional. Tal reformulação deverá abranger não só as questões operacionais, como as administrativas, as técnicas e as econômico-financeiras.

Outro aspecto importante quanto ao sistema de transporte no país, é o que diz respeito e está intrinsecamente ligado à Amazônia, onde há escassez de estradas e de transportes, e que evidentemente, tem proporcionado dificuldade no abastecimento da região. Os rios e os barcos são os meios de comunicação utilizados naquela região. Esses mesmos rios que foram utilizados no passado como via de penetração, na atualidade, ainda são empregados como meios de manter o sistema de comunicações entre as cidades, ou melhor, entre as populações interioranas. Se levarmos em conta que a navegabilidade desses rios, na Amazônia, tem sido bastante prejudicada pelas estações climáticas, vamos verificar o quanto é difícil o seu abastecimento. Os próprios barcos existentes são antiquados e insuficientes para atender à demanda das populações.

Outrossim, temos de considerar que se a produção de gêneros nas diversas regiões do país, fôsse suficiente para atender às exigências populacionais, deixaria então de existir o problema da necessidade de dinamização dos transportes. A falta de transportes adequados constitui outro elo da cadeia de fatores que permitem a deterioração dos gêneros alimentícios, com evidentes e reais prejuízos para a adequada alimentação das populações brasileiras.

As dificuldades de transporte concorrem para o encarecimento dos gêneros, bem como impossibilitam a devida circulação dos produtos agrícolas, concorrendo, ainda, para a subalimentação e subnutrição das populações do interior do país.

O Plano Nacional de Abastecimento, elaborado para 1961, estabelecia a existência de três etapas, no transporte de gêneros alimentícios, a saber:

- 1.<sup>a</sup> etapa: Os gêneros são transportados até as fontes de concentração da produção;
- 2.<sup>a</sup> etapa: Transportes entre os pontos de concentração da produção e os centros de consumo e respectiva distribuição;
- 3.<sup>a</sup> etapa: Acesso aos grandes centros de consumo e de exportação, preponderando os sistemas ferroviário e marítimo, face ao deslocamento de grandes massas a grandes distâncias.

### *Alimentação e pesca — Industrialização*

O Brasil possui uma extensa costa oceânica, ao longo da qual se instalaram os seus descobridores e primeiros povoadores. Atualmente, nela encontram-se em pleno desenvolvimento, quase todos os centros de maior densidade demográfica do país. Todavia, os problemas de abastecimento desses centros populacionais são cada vez mais complexos e cada vez mais se torna difícil o encaminhamento para os mesmos, de produtos do interior.

Face a essas circunstâncias, poder-se-ia prever que a pesca e a industrialização do pescado estivessem de tal maneira desenvolvidos, de modo que o volume da produção fôsse suficiente para atender pelo menos às exigências do consumo das populações brasileiras. Tal suposi-

ção corresponde ao fato de que o peixe é reconhecidamente um alimento fornecedor de proteínas da mais alta qualidade.

Todavia, a produção pesqueira do Brasil é muito reduzida, sendo, por isso, insuficiente para atender às exigências do consumo.

A produção do pescado acusou um aumento de 208 092 toneladas registradas em 1956, para 277 600 toneladas, em 1960, segundo podemos verificar no quadro abaixo:

**PESCADO** (inclusive industrialização)  
Produção em toneladas

REGIÕES	QUANTIDADE				
	1957	1958	1959	1960	1961
Norte.....	19 978	20 868	23 383	25 100	32 280
Nordeste.....	59 537	56 301	67 416	75 500	78 991
Leste.....	54 714	53 422	60 553	68 700	80 526
Sul.....	80 212	81 379	98 701	105 300	124 338
Centro-Oeste.....	1 848	2 929	3 047	3 000	5 625
<b>BRASIL.....</b>	<b>216 289</b>	<b>214 899</b>	<b>253 100</b>	<b>277 600</b>	<b>321 860</b>

Pelo exposto verifica-se que a região de maior produção foi o Sul, com 105 300 toneladas e a de menor produção, o Centro-Oeste, com apenas 3 000 toneladas. Entretanto, foi nesta região que se registrou o maior índice de crescimento de produção com média de 14%, anualmente.

No quadro que se segue, pode-se observar que a produção *per capita* acusou maior volume na Região Norte, atingido a 9,5 kg por ano, enquanto, na Região Centro-Oeste, encontramos uma produção *per capita*, ínfima, pois atingiu apenas 1 kg por ano.

Entretanto, não é concebível que, possuindo tão extensa costa oceânica, e um grande número de rios e lagoas, extremamente piscosos, o nosso país apresente ainda condições tão reduzidas de produção, mormente se tivermos em vista a grande necessidade que têm as nossas populações, de proteínas.

**PESCADO** (inclusive industrialização)

REGIÃO	ÍNDICE DE PRODUÇÃO				PRODUÇÃO "PER CAPITA"			
	1957	1958	1959	1960	1957	1958	1959	1960
Norte.....	93,8	98,0	109,8	117,9	8,4	8,5	9,2	9,5
Nordeste.....	116,0	110,0	131,7	147,5	4,1	3,8	4,5	4,9
Leste.....	96,9	94,6	107,2	121,6	2,4	2,3	2,6	2,8
Sul.....	103,7	105,2	127,2	136,2	3,7	3,6	4,2	4,3
Centro-Oeste.....	102,8	163,0	169,6	166,9	0,7	1,1	1,1	1,0

FONTE: Anuário Estatístico do IBCE.

Evidentemente, vários fatores de toda a sorte concorrem para proporcionar ou agravar esse estado de coisas. No relatório da SUDENE, são postas em evidência as condições que, no Nordeste, têm proporcionado a manutenção desse *statu quo*:

- a — infraestrutura desaparelhada e arcaica;
- b — falta de embarcações convenientes;
- c — conhecimento insuficiente do alto-mar;
- d — mão-de-obra habilitada apenas aos processos mais rudimentares;
- e — meios precários de comercialização do pescado.

O que ocorre, na verdade, é que a indústria pesqueira nacional somente apresenta certo nível de adiantamento em alguns estados da Região Leste e Sul, sendo bastante incipiente nos demais estados da Federação. Apesar de tudo, aquela ainda é rudimentar se colocada em termos de comparação com a indústria de pesca dos países evoluídos. Para corroborar essa assertiva, basta que se examine o quadro que se segue:

## NÚMERO DE EMBARCAÇÕES EXISTENTES

REGIÃO	ESTADO	1959	1960
NORTE	Rondônia.....	41	80
	Acre.....	136	1 648
	Amazonas.....	20 572	23 458
	Roraima.....	1 310	1 620
	Amapá.....	661	753
	Pará.....	12 075	12 629
<b>TOTAL</b> .....	—	<b>34 799</b>	<b>40 988</b>
NORDESTE	Maranhão.....	17 715	16 116
	Piauí.....	2 198	2 164
	Ceará.....	4 708	5 704
	Rio Grande do Norte	3 134	2 952
	Paraíba.....	1 395	2 116
	Pernambuco.....	2 020	2 457
	Alagoas.....	2 380	2 856
	Sergipe.....	2 091	2 370
<b>TOTAL</b> .....	—	<b>35 641</b>	<b>36 771</b>
LESTE	Bahia.....	8 525	8 691
	Espírito Santo.....	2 004	1 986
	Guanabara.....	841	796
	Rio de Janeiro.....	6 825	6 218
<b>TOTAL</b> .....	—	<b>17 835</b>	<b>17 691</b>
SUL	São Paulo.....	5 955	6 702
	Paraná.....	1 062	1 224
	Santa Catarina.....	6 975	8 085
	Rio Grande do Sul.....	4 146	4 762
<b>TOTAL</b> .....	—	<b>18 168</b>	<b>20 773</b>
CENTRO-OESTE	Minas Gerais.....	3 801	4 004
	Mato Grosso.....	880	1 353
	Goiás.....	348	461
<b>TOTAL</b> .....	—	<b>5 029</b>	<b>5 848</b>

Dados do Anuário Estatístico do IBGE.

Pelo visto, apesar de o número de embarcações ser muito mais elevado no Norte e Nordeste do país, e lá se encontrarem nada mais nada menos que 59,92% dos pescadores do país, a sua produção é, em relação proporcional, muito inferior à do Sul.

A explicação da ocorrência reside no fato de que é em alguns estados do Leste e do Sul, que se encontra a maior, ou mesmo, a quase

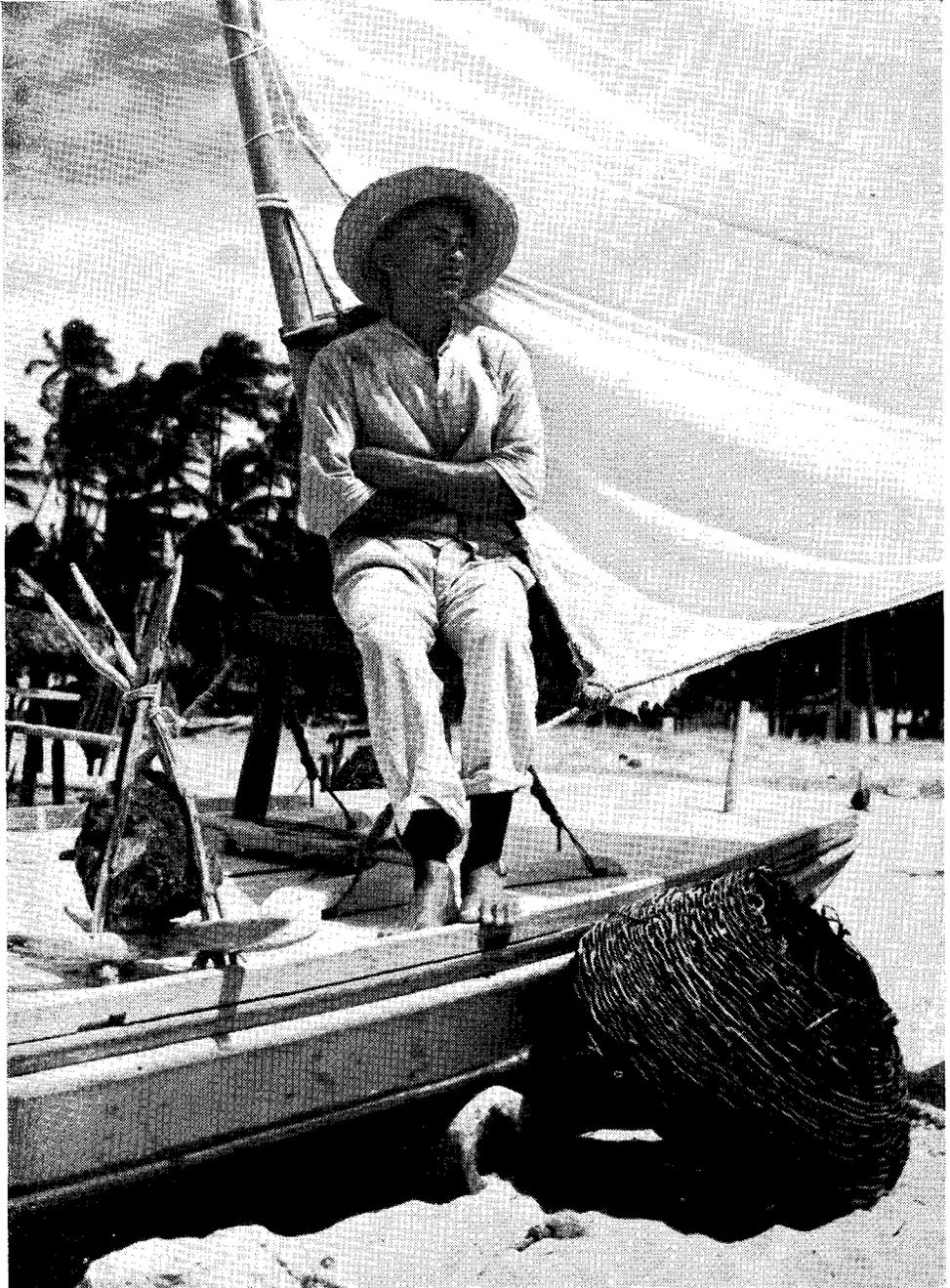


Fig. 10 — O *jangadeiro* e seu escasso equipamento.

Foto: CNG

totalidade da frota pesqueira motorizada do Brasil, conforme se pode deduzir do quadro abaixo. Enquanto isso, a captura do pescado nos demais estados é efetuada em embarcações obsoletas e de pequena capacidade.

NÚMERO DE EMBARCAÇÕES A MOTOR

REGIÃO	MOTOR (Tipo)			
	Aberto	Fechado	Aberto	Fechado
Norte.....	279	3	88	129
Nordeste.....	3	—	56	75
Leste.....	227	100	458	114
Sul.....	1 246	393	1 756	327
Centro-Oeste.....	205	4	202	14
<b>TOTAL.....</b>	<b>1 930</b>	<b>500</b>	<b>2 518</b>	<b>658</b>

Pelo exposto, verifica-se que das 122 071 embarcações existentes no país, apenas 3 176 possuem motor. Enquanto isso, 95 127 correspondem ao tipo de barco a remo, e 22 968, ao tipo de barco a vela.

Aspectos e fatores negativos outros, são encontrados e dizem respeito à deficiência e precariedade de transportes e das condições de armazenagem. Além disso, fatores de ordem econômica e administrativa têm dificultado o desenvolvimento e a expansão da indústria pesqueira no país.

Fatos outros, bastante graves, que prejudicam sobretudo a alimentação das nossas populações, ocorrem também no país. Trata-se da redução da pesca ou da destruição do pescado, tendo em mira ou a elevação do preço do produto, quando não depende da insuficiência do aparelhamento de terra, das instalações para conservar o produto. Por um ou por outro motivo, acontece como aconteceu em São Paulo, onde uma substancial parte de trezentas toneladas de sardinhas pescadas, foi lançada ao mar, ao mesmo tempo que se ordenava que se reduzisse a pesca a um terço da capacidade normal.

O pior de tudo é que, em consequência desses fatos, não somente a dieta do brasileiro é precária quanto às fontes protéicas, como se verifica uma evasão de divisas da ordem de 10 (dez) bilhões de dólares, para a importação do pescado. Cumpre então intensificar a produção e o consumo interno de pescado, mormente no Nordeste, dada a carência de fontes protéicas.

No Nordeste, há ainda um aspecto negativo a considerar, que é o lançamento das caldas das usinas, nos rios. GILBERTO FREYRE refere-se ao fato quando assinala que “o monocultor rico do Nordeste fez das águas dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam os pescados”.

Esse fato foi também assinalado por MANUEL CORREIA DE ANDRADE, ao estudar as cidades e vilas banhadas pelos rios Cururipe, Jiquiá e São Miguel, que assim se expressou: “na safra das usinas a atividade da pesca é muito prejudicada pelo derrame das caldas das usinas nos rios, passando a população a alimentar-se de bacalhau, de menor valor nutritivo e mais oneroso”.

Em 1954, já afirmáramos que o derrame das caldas das usinas nos rios do Nordeste, mormente nos de Pernambuco, concorria fundamentalmente, para a deficiência alimentar das populações daquela região. Aquêlo era o meio mais fácil que os usineiros encontravam para o escoamento das mesmas. Todavia, BEZERRA COUTINHO, ao estudar a questão, observou que as caldas das usinas ocasionavam uma destruição em massa dos peixes, do pitu e do camarão, fontes de proteína animal do meio. Aliás, essa destruição se processa desde o ponto em que se faz a derrama at éa foz. Com êsse método antieconômico, surge, então, um grave problema alimentar para os agrupamentos sociais instalados às margens dos rios.

Um outro aspecto a ressaltar, no problema, é a função econômica e de ajuda à alimentação exercida pela piscicultura, desenvolvida nos açudes e viveiros do Nordeste. Nessa região, o DNOCS desenvolveu a piscicultura nos dezoito açudes maiores que construiu, utilizando-se para isso, da aclimação de espécies de peixes procedentes do Amazonas e do São Francisco. As espécies aclimadas foram o apaiaré, a pescada, o tucunaré, a curimatã e o pirarucu. Esse fato permitiu que a pesca atingisse, em 1958, 285 toneladas. Contribuiu muito para êsse acontecimento, a pesca com anzol, permitida pelo DNOCS, com a finalidade de prover à subsistência, concorrendo, conseqüentemente, para a melhoria substancial das condições de alimentação das populações localizadas próximo aos açudes.

SOUSA BARROS e OTTO SCHUBART acreditam que o desenvolvimento dos “viveiros” poderá permitir um rendimento apreciável no que tange à pesca, proporcionando, então, à população nordestina, um aumento das fontes de produção de alimentos à base de proteínas e albuminas.

Em face de tudo o que se expôs torna-se necessário organizar a indústria da pesca em bases racionais e adequadas, de modo não somente a substituir as atividades artesanais praticadas desde os tempos coloniais, como também, para:

- 1 — ajudar o alicerçamento da economia nacional;
- 2 — reduzir o custo de vida, melhorando a alimentação do povo;
- 3 — proporcionar peixe ao alcance de todos, por preço acessível.

Vale então salientar aqui a necessidade da intensificação da pesca em termos racionais, tanto dos peixes de alto mar quanto dos rios e açudes, tais como o peixe-voador, a albacora, o pirarucu, o surubim, o dourado, o tucunaré e a curimatã.

Para o peixe-voador, por exemplo, existe um amplo mercado em todo o Nordeste, especialmente no interior dos diversos estados. O con-

sumo do pescado poderá então servir como substituto da carne, se porventura os preços forem acessíveis.

A vantagem da pesca do peixe-voador para o Nordeste reside nos seguintes fatos:

- a — sua abundância nas costas dessa região;
- b — é vendido seco, dispensando, portanto, o frio na conservação.

De tudo o que se expôs, podemos deduzir que o aumento da produtividade da pesca é uma necessidade que se impõe para melhoria da dieta das populações brasileiras. Contudo, é preciso que sejam adotadas as seguintes providências:

- a — Barcos adequados. Aparelhamento e renovação da frota pesqueira.
- b — Intensificação das pesquisas oceanográficas e de biologia da pesca. Conhecimento dos pesqueiros. Épocas e intensidade dos cardumes.
- c — Pescadores capazes. Desenvolvimento do ensino técnico e profissional da pesca.
- d — Atualização da legislação referente à pesca.
- e — Organização de estaleiros para construção e reparo de embarcações da pesca.
- f — Amparo e fomento à piscicultura.
- g — Expansão do parque industrial da pesca.
- h — Estabelecimento e ampliação de instalações de recepção, armazenagem e frigorificação.
- i — Melhoria e expansão dos meios de transporte marítimo, rodoviário e ferroviário.
- j — Crédito adequado e fácil.
- l — Estabelecimento de cadeias de postos de venda de produtos.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — ACIOLY BORGES, P. — Agricultura e abastecimento alimentar no Estado da Bahia. *Bol. da CNA*. Ano II, n.º 3. Rio. 1957.
- 2 — ADESG — *Relatório sobre reforma agrária no âmbito internacional*. (Subsídios para o Brasil). Rio. 1957.
- 3 — AMARAL, L. — *História Geral da Agricultura Brasileira*. CEN. São Paulo. 1958.
- 4 — ANAIS DA 3.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA — São Paulo. 1954.
- 5 — ANTEPROJETO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE — Natal. 1961.
- 6 — ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — IBGE. Rio. 1960 e 1962.
- 7 — ASPECTOS RURAIS BRASILEIROS — Com. Nac. Pol. Agrária. MA. Rio. 1953.
- 8 — AZEVEDO, G. — *Algaroba*. SIA. MA. Rio. 1960.
- 9 — BARROS, H. — *Economia agrária*. Lisboa. 1948.
- 10 — BARROS, S. — *Importância econômica dos viveiros em certas faixas do litoral pernambucano*. Recife. 1957.
- 11 — BENNET, H. H. — *Soil conservation*. McGraw Hill. N. Y. 1939.
- 12 — CALDEIRA, C. — *Fazendas de cacau na Bahia*. SIA. MA. Rio.
- 13 — CALDEIRA, C. — *Arrendamento e parceria no Brasil*. CNPA. MA. Rio. 1955.
- 14 — CARNEIRO LEÃO, A. — *A sociedade rural*. Ed. A Noite. Rio.
- 15 — CASTELO BRANCO, J. — *Técnica de produção*. CNPA. MA. Rio. 1955.
- 16 — CAVALCANTI, D. F. — *Salinidade dos solos no Nordeste. Nordeste econômico e financeiro*. Ano I, n.º 2. Fortaleza. 1949.
- 17 — COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA — *Reforma agrária no Brasil*. SIA. MA. Rio. 1953.

- 18 — COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA — *Estudos e Projetos*. Rio. 1956.
- 19 — COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA — *Aspectos rurais brasileiros*. MA. Rio. 1955.
- 20 — CORREIA, A. A. M. — *Métodos de combate à erosão do solo*. SIA. MA. Rio. 1959.
- 21 — COUTINHO CAVALCANTI, J. — *Um projeto de reforma agrária*. INL. MEC. Rio. 1959.
- 22 — CRUZ, L. — *Migrações para o Recife. Caracterização social*. IJNPS. MEC. Recife. 1961.
- 23 — CUNHA JÚNIOR, A. J. — Entraves à produção no Piauí. *Bol. da CNA*. Ano II, n.º 3. Rio. 1957.
- 24 — CUNHA JÚNIOR, A. J. — Fertilidade dos solos e nutrição. *Arq. Bras. Nut.* Vol. 16, n.º 1. Rio. 1960.
- 25 — DORNAS FILHO, J. — *Aspectos da economia colonial*. Itatiaia. Belo Horizonte. 1959.
- 26 — DUARTE DE BARROS, V. — *Alguns problemas da produção vegetal*. N.º 11. SIA. MA. Rio. 1960.
- 27 — DUARTE DE BARROS, V. — *Plantas na conservação dos solos brasileiros*. SIA. MA. Rio. 1961.
- 28 — EDITORIAL — “Fatura inaproveitada” — *O Estado de São Paulo*. Julho. 1962.
- 29 — FIRTH, R., IANN, O. e CARDOSO, F. — in *Homem e sociedade*. CEN. São Paulo. 1961.
- 30 — FREYRE, G. — *Nordeste* — J. Olímpio. Rio. 1951.
- 31 — IBAD — *Recomendações sobre a reforma agrária*. Rio. 1961.
- 32 — JOÃO XXIII, S. S. o Papa — *Mater et Magistra*. Síntese. Ano III, n.º 11. Rio. 1961.
- 33 — LAMBERTH, J. — *Os dois Brasis*. INEP. MEC. Rio. 1959.
- 34 — LENIN, V. I. — *O programa agrário*. Vitória. Rio. 1954.
- 35 — LUZ FILHO, F. — *Crédito agrícola e problema agrário*. São Paulo. 1958.
- 36 — LOBATO, M. — *Urupés*. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1957.
- 37 — MANUAL DE CONSERVAÇÃO DO SOLO — Pub. TC. 284. Washington. DC. 1951.
- 38 — MARQUES, J. C. A. — *Política de conservação do solo*. SIA. MA. Rio. 1949.
- 39 — MENEGETTI, M. — *Idéias e sugestões sobre a reforma agrária*. SIA. MA. Rio. 1959.
- 40 — MENESES, R. S. e cols. — *Problemas da pesca no Nordeste e em Pernambuco*. CODEPE. Recife. 1957.
- 41 — MILLER DE PAIVA, R. — *Problemas da agricultura brasileira*. SIA. MA. Rio. 1954.
- 42 — MOURA, W. — *O problema da eletrificação rural no Brasil*. SIA. MA. Rio. 1957.
- 43 — MOURA CAMPOS, F. A. — Genética e adubação a serviço da alimentação. *Arq. Bras. Nut.* Tomo VI, n.º 3. Rio. 1949.
- 44 — OLIVEIRA, F. — Rio Grande do Sul. *Um novo Nordeste*. Civ. Bras. Rio. 1961.
- 45 — OLIVEIRA VIANA — *Problemas de política objetiva*. CEN. São Paulo. 1947.
- 46 — PESCADO — *Bol. da CNA*. Ano IV, n.º 3. Rio. 1959.
- 47 — PLANO NACIONAL DE ABASTECIMENTO — CCA. Rio. 1961.
- 48 — RAPÔSO, B. — *Condições de vida na agricultura*. CNPA. MA. Rio. 1955.
- 49 — REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO — SIA. MA. Rio. 1952.
- 50 — RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA. (Anos 1946/1947). Recife. 1948.
- 51 — RELATÓRIO DE KLEIN Y SACKS — *O problema alimentar no Brasil*. Rio. 1954.
- 52 — RELATÓRIO SOBRE A QUESTÃO DA PESCA. *Bol. da CNA*. Ano IV, n.º 3. Rio. 1959.
- 53 — REMUNERAÇÃO RURAL INSUFICIENTE. *Conjuntura Econômica*. Ano XV, n.º 7. Rio. 1961.

- 54 — ROCHA, M. — O problema do trabalho rural no Ceará. *Nordeste econômico e financeiro*. Ano I, n.º 2. Fortaleza. 1949.
- 55 — ROCHA DE ALENCAR — O solo como elemento fixador de núcleos civilizadores. *Nordeste econômico e financeiro*. Ano I, n.º 2. Fortaleza. 1949.
- 56 — ROSA E SILVA, G. J. — *Rev. Acad. Med. Odont. e Farm.* Ano III, n.º 1. Recife. 1948.
- 57 — ROSA E SILVA, G. J. — Da carência alimentar do Nordeste. *Hospital*. Vol. XLV, n.º 1. Rio. 1954.
- 58 — SCHUBART, O. — *Investigações sobre os viveiros do Recife*. Recife. 1957.
- 59 — SUDENE — *Primeiro plano diretor de desenvolvimento do Nordeste*. Recife. 1960.
- 60 — VASCONCELOS SOBRINHO — *As regiões naturais de Pernambuco, o meio e a civilização*. Freitas Bastos. Rio. 1949.
- 61 — VASCONCELOS, L. L. — *Rev. Bras. de Economia*. Ano 4, n.º 4. Rio. 1950.
- 62 — VIEIRA PINTO, A. — *Consciência e realidade nacional*. ISEB. Rio. 1961.
- 63 — WILBERG, F. — Indústria da pesca e industrialização do pescado, no plano de desenvolvimento do Nordeste. *Anais do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*. Vol. I. SESI. Rio. 1959.

## ALIMENTAÇÃO E DESEQUILÍBRIO INTERREGIONAL

Generalidades. Razões do desequilíbrio econômico-social entre Norte/Nordeste e Centro/Sul.

O desequilíbrio econômico-social que se observa entre as diversas regiões do país, mormente entre o Norte/Nordeste de um lado e, o Centro/Sul do outro, não é novidade, pois, remonta ao início do nosso povoamento e colonização.

É interessante notar que antes do século XVII, teve início o desenvolvimento econômico do Nordeste, abrangendo o mesmo, toda sua faixa litorânea até o recôncavo baiano. Pontificavam na época, como grandes centros urbanos, as cidades de Recife e Salvador. A cana-de-açúcar e o pau-brasil foram os principais responsáveis pelo florescimento das mesmas. Paralelamente, nessas áreas, apresentavam-se obviamente, os maiores adensamentos populacionais da época. Assim sendo, todo o Sul do país, inclusive naturalmente São Paulo, no passado, já constituíram, integraram e se situaram na periferia econômica do país.

Todavia, desde 1808, que o centro de gravidade econômica e política deslocou-se para o Sul do país, mantendo-se este *statu quo* até a data presente. Destarte, passaram os estados do Norte e Nordeste a integrar a periferia do nosso sistema econômico. Inverteram-se então, as posições. Contudo, isso não quer significar que outras alterações e mudanças não venham a processar-se de futuro, de maneira que outros centros possam vir a exercer a dominância da economia brasileira, assumindo, neste caso, o Sul, também uma posição periférica.

O que há de novo, de importante a salientar na atualidade, é que o povo brasileiro tem consciência desse desajustamento, desse desequilíbrio econômico. Além disso, face àquela inversão de posições que citamos anteriormente, houve uma estagnação do Norte e do Nordeste. Com ela, mantiveram-se os hábitos, a ignorância geral do povo e o sistema

de sociedade atualmente em vigor, enquanto sucedeu o contrário, no Sul do país, que se tem desenvolvido mercê, entre outros fatores, do crédito fácil, da industrialização e do adensamento das redes ferroviária e rodoviária. Por isso, em razão das dificuldades existentes é que se tem processado e se processa, com intensidade inexcedível o êxodo dos nordestinos. Esse fenômeno migratório é muito mais acentuado do que se poderia efetuar ou imaginar. Sua principal característica é que êle se processa tendo em vista a busca de salários mais compensadores. Aliás, êsse aspecto da migração interregional é uma questão que não pode ser desprezada, visto que os que migram, são os jovens, cujos braços são os mais necessários ao aumento da produtividade.

O estudo da estimativa de renda *per capita* poderá nos oferecer elementos ou nos dar uma idéia aproximada das razões dessas migrações, apontando-as como um dos fatores de importância considerável capaz de favorecer ou promover êsse fenômeno sócio-cultural.

Considerando-se, apenas para efeito do estudo, o Norte/Nordeste e e Centro/Sul, vamos verificar a acentuada desigualdade entre essas regiões, fato êsse que poderá, não só explicar, como justificar, em parte, os movimentos migratórios que se vêm processando no Brasil.

#### RENDA "PER CAPITA"

REGIÕES	ESTIMATIVA EM CRUZEIROS PER CAPITA		
	1958	1959	1960
Norte e Nordeste.....	7 944,52	10 874,30	16 698,51
Centro Sul.....	19 372,31	24 541,22	30 839,90

FONTE: Anuário do Estatístico do IBGE.

Evidentemente, com renda tão ínfima é de se supor que a situação alimentar das populações do Norte/Nordeste seja bastante precária, mormente se levarmos em conta que a espiral inflacionária e o elevado custo de vida tendem a elevar consideravelmente os preços dos produtos de primeira necessidade. Sem dúvida, essa baixíssima renda *per capita* é insuficiente para atender às exigências mínimas, impedindo naturalmente, os habitantes daquela região de obterem melhor alimentação. Isso torna-os subnutridos.

Um inquérito efetuado sob a orientação do Pe. F. BASTOS D'ÁVILA, S. J., revelou que não somente é a força válida das populações dos locais de origem que mais facilmente aceita o risco e a aventura da migração, como é o Nordeste, a região que contribui com a maior porcentagem de elementos do sexo masculino. Por outro lado, os baixos salários da região e, portanto, os motivos sócio-econômicos, foram os que prevaleceram de maneira esmagadora, como elemento ou fator causal das migrações.



Fig. 11 — Tipo de habitação do trabalhador rural brasileiro que caracteriza a miséria e a falta de assistência.

Foto: CNG

Outros fatores porém, devem ser considerados ou examinados para que se possa melhor compreender o desequilíbrio existente entre as regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul. Desequilíbrio êsse, que apresenta reflexos profundos sôbre a alimentação das populações.

Outro aspecto que contribui poderosamente também, para acentuar o desequilíbrio entre o Norte/Nordeste e o Centro/Sul é aquêle que se relaciona com os investimentos de capital estrangeiro. A disparidade de sua aplicação entre as regiões citadas, é enorme, de modo que nem se pode estabelecer termos de comparação. Apenas para corroborar, o que acabamos de afirmar, apresentamos a seguir, um resumo dos mesmos, que espelha a realidade nacional.

**INVESTIMENTOS DE CAPITAL ESTRANGEIRO** (registrado na CACEX)

REGIÕES	INVESTIMENTOS EM (US\$ 1 000)	
	1960	1961
Norte-Nordeste. ....	2 947,2	776,2
Centro-Sul.....	82 121,9	32 097,4

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE. — 1962

Ora, com a finalidade de melhor argumentar, informamos que êsses investimentos proporcionam não sômente maiores oportunidades com

referência à mão-de-obra como, e sobretudo, exigem maior especialização do operário. Esses investimentos, portanto, ensejam ganhos de melhores salários, proporcionando conseqüentemente, a obtenção de melhor e mais adequada dieta.

Na atualidade, por outro lado, os índices de produção mais elevados apresentam-se na região Centro/Sul, enquanto nas demais regiões eles se mostram em níveis relativamente baixos. Para comprovar basta efetuar um exame comparativo dos dados referentes à área utilizada para o cultivo e as pastagens, conforme se segue:

#### UTILIZAÇÃO DE ÁREAS

REGIÕES	ÁREA		
	Lavoura	Pastagens	Pessoal
Norte-Nordeste.....	5 508 316	19 281 374	4 361 423
Centro-Sul.....	9 978 769	52 263 254	6 244 320

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE — 1962

Esses dados mais acentuam a disparidade, quando se tem conhecimento de que 37% do total da população brasileira se localizam no Norte/Nordeste, em área equivalente a 40% do território brasileiro, enquanto 59% do total da população correspondem ao Centro/Sul. Vale acrescentar ainda, como argumento, a baixa capitalização observada no Nordeste e a escassez relativa de terras acessíveis à agricultura ou agriculturáveis. Além do mais, faz-se sentir no Nordeste, uma incapacidade estrutural para atender às solicitações do mercado. Na realidade, no Norte/Nordeste, a produção é insuficiente e os alimentos são caros.

Paralelamente à baixa produtividade, vamos observar que mesmo assim, também é insuficiente, do ponto de vista global, o número de veículos, vagões e locomotivas, para atender às exigências e necessidades da população brasileira, como é também precário o estado em que se encontram. No que tange à extensão das rêsdes ferroviárias e rodoviárias, a disparidade numérica entre as duas regiões em estudo, contribui ainda mais, para acentuar o desequilíbrio.

Assim, nada melhor para compreender as assertivas que fizemos, quanto às ferrovias e rodovias, do que examinar os dados abaixo transcritos do *Anuário Estatístico do IBGE*, que indicam sobejamente, a veracidade dos mesmos:

Quanto às ferrovias, temos:

REGIÕES	EXTENSÃO EM KM.	
	1959	1961
Norte-Nordeste.....	9 263	9 363
Centro-Sul.....	26 767	28 838

No que tange às rodovias, a situação é idêntica:

REGIÕES	EXTENSÃO EM KM.	
	1959	1961
Norte-Nordeste.....	128 707	136 010
Centro-Sul.....	294 355	377 500

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE.

Esses dois aspectos são importantes porque nos permitem afirmar que se a produção fôsse elevada, *ad argumentandum*, ela possivelmente não chegasse aos centros consumidores, por falta de transportes e comunicações.

Outrossim, o desenvolvimento mais intenso no Centro/Sul, promovendo maiores facilidades, só pode naturalmente, agravar o desequilíbrio, desde que maiores oportunidades de colocação dos produtos primários são concedidas à produção no Centro-Sul.

Evidentemente, nesses casos, tal situação só pode influenciar negativamente sobre a alimentação das populações do Norte/Nordeste, concorrendo para acentuar o desequilíbrio com o Centro/Sul. Não se pode, portanto, deixar aqui de considerar a insuficiência da oferta regional, produzida por uma estrutura anacrônica.

Com respeito às estruturas regionais do Norte/Nordeste, observa-se que elas são acentuadamente agrárias, enquanto no Centro/Sul há maior liberação de mão-de-obra no setor primário da produção (agricultura, extração) para os setores secundários (indústrias) e terciários (serviços). Dessa maneira, no Centro/Sul intensifica-se a industrialização, de modo que, nessa região, os índices globais de desenvolvimento são mais expressivos que os da Região Norte/Nordeste. Tal situação é compreensível, visto que, isoladamente, os estados do Norte/Nordeste, não possuem estrutura mínima de recursos que possibilite uma adequada e rápida industrialização.

Acontece que, essa industrialização só pode ser efetuada em ritmo acelerado, se porventura, a região tiver disponibilidade de energia em quantidade suficiente para atender à demanda. Entretanto, isso não ocorre, visto que a produção de energia elétrica ainda é insuficiente para atender às exigências da Região Norte/Nordeste, mormente se compararmos o seu total com o total de kW produzido e consumido no Centro/Sul do país. Senão vejamos:

**PRODUÇÃO E CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA NO PAÍS**

REGIÕES	Produção (potência instalada kW)	Consumo total (1 000 kWh)
Norte-Nordeste.....	451 446	1 184 315
Centro-Sul.....	4 332 404	16 880 901

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE.

Com relação ainda ao problema da alimentação, o desequilíbrio entre as Regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul, pode ser examinado sob o ponto de vista quantitativo e, nesse caso, verifica-se que o nordestino consome menos 70% do que consome um habitante do Centro/Sul.

O menor valor energético da dieta, a sua monotonia e a carência de elementos protetores, consituem os principais fatores de diferenciação entre as regiões estudadas. Naturalmente, essa pobreza de alimentação do nordestino tem implicações com o baixo nível de renda regional. Fato êsse que só pode contribuir para agravar o desequilíbrio entre as Regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul.

Na verdade, não é somente o escasso consumo, mas as precárias condições de abastecimento e a insuficiente oferta local de gêneros que dão à Região Norte/Nordeste uma condição de dependência no que tange à necessidade de importação de gêneros para suprir o mercado interno da região. Essa ocorrência é uma situação de fato, mas vem contribuir sobremodo para agravar o desequilíbrio entre Norte/Nordeste e Centro/Sul.

É importante assinalar aqui, aspectos particulares do problema da pesca que refletem perfeitamente a desorganização e a situação dispar reinante. Acontece que, apesar de possuir maior número de pessoas e de embarcações dedicadas à pesca, o volume do pescado na Região Norte/Nordeste é inferior ao do Centro/Sul. Naturalmente isso se explica, pelo emprêgo de métodos antiquados no Norte/Nordeste, em contraposição com maior utilização de barcos motorizados no Centro/Sul do país.

Na realidade o que se passa com a pesca no Norte/Nordeste ocorre com os demais setores dominantes da produção. É a reação à modernização de métodos, pretendendo-se com isso, conservar o modo arcaico de produção.

O censo industrial de 1950 indica-nos que o valor da produção do Brasil se elevou na época, a 118 605 milhões dos quais 106 212 milhões correspondem à produção do Centro/Sul, atingindo a produção do Norte/Nordeste, apenas, o ínfimo valor de 11 625 milhões, comparado ao anterior.

Por outro lado, as condições sanitárias do Centro/Sul são bem melhores que as do Norte/Nordeste. Êsse fato é evidentemente valioso, desde que a maior ou menor produtividade humana se acha intimamente relacionada com o estado de saúde das populações.

Apesar de tudo, essa disparidade, êsse desequilíbrio, deve ser solucionado em bases elevadas, face a um planejamento global, sem que para isso seja necessário apelar para a estagnação e para o retrocesso de uma ou de outra região. Essa orientação visa a resolver êsses problemas regionais com o fundamento no desenvolvimento econômico do país, tendo em vista, sibretudo, a unidade nacional.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — IBGE. Rio. 1960 e 1962.
- 2 — BASTOS D'ÁVILA, F. (S. J.) — Missão das ciências sociais no Brasil de hoje. *Carta Mensal do SESC*. Ano VI, n.º 72. Rio. 1961.
- 3 — FERREIRA, A. e cols. — Comunicação pessoal.
- 4 — GUERREIRO RAMOS, A. — *O Problema Nacional do Brasil*. Ed. Saga. Rio. 1960.
- 5 — SUDENE — *Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife. 1950.

CARÊNCIA ALIMENTAR E SUAS CONOTAÇÕES COM O  
DESAJUSTAMENTO ENTRE AS MASSAS, ELITES  
E REALIDADE NACIONAL

Generalidades. Condições. Fatores determinantes.

Estudando-se a evolução social do Brasil vamos observar que desde a sua formação tem-se verificado completa dissociação entre massas e elites e, entre elas e a realidade nacional. Vários fatores têm sido apontados como responsáveis por essa situação, inclusive os que se relacionam com a ausência de sensibilidade das elites, face ao precário nível de vida apresentado pelas classes menos favorecidas pela fortuna. Isto é, pelas massas em geral. As elites, em época nenhuma procuraram compreender a situação, mormente na atual conjuntura, quando o divórcio tem sido total.

Contudo, êsse desajustamento poderia ser explicado e, até certo ponto, justificado, se tivesse duração efêmera. Se porventura fôsse passageiro ou eventual. Nesse caso, logo que cessassem as condições determinantes, tudo se ajustaria. Todavia, ao assumir o caráter de permanência, constitui um perigo para o país, desde que poderá até afetar a própria estabilidade do regime levando-o ao caos.

A situação atual do Brasil difere da do passado, na sua intensidade, no seu conteúdo, nas suas formas e no seu agravamento. Por isso, é-nos permitido reconhecer a existência de um processo de transformação social em desenvolvimento e que, no nosso entender, poderá ser particular e sumamente perigoso para as instituições democráticas caso não seja conduzido de modo satisfatório. Evidentemente, tem-se chegado a êsse ponto, dada a falta de compreensão com que as elites têm tratado o problema.

Aliás, face a essa incompreensão é possível que surja um agravamento de relações entre massas e elites, agravamento êsse que se refletirá sobre a realidade nacional, de modo a estabelecer-se uma reação causal circular.

Êsse divórcio latente entre massas e elites tende a acentuar-se e a tomar uma feição de divergência profunda face ao desperdício, aos gastos imoderados efetuados pelas elites, em contradição chocante com os baixos níveis de vida observados entre os elementos que integram as massas. Naturalmente que essas condições prejudicam única e exclu-

sivamente as massas, pois que ficam impedidas de adquirir a quantidade de gêneros suficientes para a sua manutenção.

Na verdade, as carências alimentares e a fome, geradas pela constante elevação do nível de vida, pelas manobras altistas, pela inflação e pela miséria, que caracterizam o nosso subdesenvolvimento, tornaram-se muito aparente, por se apresentarem mais alarmantemente agravadas no Norte e Nordeste do país.

A falta de recursos e de alimentos pode levar as massas ao desespero e, nessas condições, torna-se impossível prever as conseqüências dessa conduta extrema. É sabido que a carência alimentar ou a fome são capazes de determinar um estado de tensão e inclusive um permanente conflito entre as massas e as elites. Pois, o estômago vazio incute às criaturas força incontida. Ainda assim, podemos acrescentar que são acontecimentos dessa natureza que se constituem em forja das grandes transformações da história.

Outrossim, verifica-se que as nossas realidades têm sido esquecidas pelas elites. Permanecendo essas, além disso, indiferentes e distanciadas das massas, não procuram, não desejam ou teimam em não enxergar os problemas que interessam e afligem as massas. Acredita-se que essa atitude negativa das elites deriva do fato de as mesmas se encontrarem confortavelmente instaladas e, por isso, não se dão, nem ao menos ao trabalho de raciocinarem em torno de problemas, que para eles são, certamente, de natureza secundária.

Outro aspecto negativo a salientar é o fato de essa mesma carência crônica que se assenta, impregna e se apossa das massas, vir a servir de bandeira de exploração política por parte de elementos da própria elite. Por vêzes, ou quase sempre, suas reivindicações ou necessidades são lembradas apenas, nos períodos eleitorais. Contudo, temos de advertir êsses que assim procedem, que visam apenas, a explorar seus semelhantes, que têm em mãos uma arma de dois gumes e, sôbre a cabeça, uma espada de Dâmocles.

Aliás, convém ressaltar que êsse fato tão comum por êsses "brasis" afora já está provocando um clima de desconfiança gerado no seio da própria massa. Decorre daí o surgimento, ou melhor dito, a exacerbação do desajuste entre elites e massas.

Deduz-se de tudo isso, que é notória a exploração do homem pelo homem, pois, de uma maneira geral, não existe de fato, muito interesse em elevar o padrão de vida das massas, a um nível compatível com as necessidades mínimas de alimentação e conseqüentemente, de vida. Assim, os interesses pessoais, egoísticos e de grupo, são colocados acima dos interesses da coletividade e, até mesmo, dos interesses nacionais.

#### *Fatores determinantes do desajustamento*

Ao ensejo de focalizar o problema sob êsse prisma, acreditamos que o baixo nível de vida decorrente do subdesenvolvimento é bastante prejudicado pela espiral inflacionária. Em decorrência, estabelece-se uma

insatisfação salarial. É graças a êsses acontecimentos que o trabalhador citadino ou o de campo, não pode, por falta absoluta de meios, satisfazer as suas necessidades mínimas, mormente, as que correspondem às da própria alimentação. É por isso que o homem massa é subnutrido e vive permanentemente em regime de carência alimentar.

As condições de vida do povo brasileiro, na conjuntura atual, são as mais precárias possíveis, para não dizer dramáticas. Em contraposição, é bem diferente a situação das elites, onde uma minoria, um grupo de privilegiados, vive “à tripa fôrra” e continua a enriquecer à custa de milhões de brasileiros miseravelmente espoliados.

O que ocorre no Brasil atual, é o que foi condenado pelo papa LEÃO XXIII, isto é, “a afluência de riqueza às mãos da minoria de par com a indigência das multidões”. Tal panorama tem de dar origem, como realmente acontece, à insatisfação social. Face a essa intranquilidade e vexame, as elites não têm sabido conduzir-se, mormente, porque nada fazem no sentido de minorar a situação e proporcionar, sem intuítos paternalistas, uma solução, visando à satisfação das necessidades mínimas dessas massas. Não se trata de concessões ou de favores. Na verdade, tudo isso constitui um direito dessas mesmas massas. Acontece, porém, que apenas prometem. Acreditamos no entanto, que no momento presente, face às atuais circunstâncias da vida nacional, as promessas apenas, não têm mais sentido ou substância. Não encontram eco.

Ao desajustamento encontram-se associadas e intimamente ligadas, a pobreza e a miséria, características do estado de subdesenvolvimento em que se encontra mergulhado o nosso país. Tudo isso tem a propriedade de gerar ou concorrer para a desnutrição das populações. Pois, sem possibilidades econômico-financeiras não há como adquirir alimentos indispensáveis à subsistência, principalmente quando se processa a alta vertiginosa dos gêneros de primeira necessidade, motivada pela inflação desenfreada.

Aqui, abrimos um parêntese para salientar que, no Norte e Nordeste, essa situação se tem agravado de maneira acentuada, dando margem a que surjam movimentos que, muitas vezes, são explorados de maneira pouco escrupulosa, com intuítos eleitoreiros.

Todavia, pedimos vênia para informar e alertar que as massas estão tomando consciência de sua fôrça. Estão sentindo que a elas está reservado, como sempre sói acontecer, um papel preponderante nos acontecimentos históricos do país. E que, provavelmente, não mais se deixarão iludir ou ilaquear em sua boa fé.

Fatôres outros, como a doença, o latifúndio, as áreas devolutas e improdutivas, a ignorância e a falta de educação das massas, concorrem para acentuar todo e qualquer desajustamento, desde que facilitam, possibilitam, promovem ou favorecem a baixa produtividade e, o que é pior, os baixos níveis de vida e carências alimentares.

É preciso que se diga, portanto, como uma advertência, que essa situação não comporta atitudes que possam refletir diletantismo. Por isso, não pode ela servir de distração a despreocupadas senhoras da sociedade, para a organização de cruzadas com finalidades caritativas, ou então, de conveniência para grupos políticos, no sentido de explorá-la em proveito próprio.

O aumento do custo de vida e a espiral inflacionária se não beneficiam, *ad argumentandum*, pelo menos não prejudicam o *statu quo* das elites. Todavia, em face dessas mesmas circunstâncias, ocorre o contrário com as classes pobres, que se tornam cada vez mais pobres. Ocorrência essa, que restringe os ingressos alimentares e, conseqüentemente, determinam o desajustamento, propiciando ambiente para a luta de classes. No caso, atualmente, essa situação atinge em cheio o homem do campo que, face ao seu insulamento, é o que suporta maior carga, maior ônus, no que diz respeito a tôda e qualquer deficiência.

Aliás, êsse fato tem significado histórico na conjuntura atual, pois que êle marca a luta das massas populares contra os exploradores e reacionários, influenciando decisivamente no acontecer político-social do país.

É preciso entretanto, que se corrijam todos os aspectos negativos de modo a que se processe uma verdadeira integração social. Dessa maneira, poder-se-á esperar que as relações entre massas e elites venham a manter-se em nível mais consentâneo com as aspirações e interêsses nacionais e que venham a constituir-se em mola impulsionadora do progresso.

Pretende-se assim, obter a elevação dos níveis de vida e de saúde das populações urbanas e rurais, o que possibilitará, afinal de contas, às coletividades brasileiras melhor alimentação. Em conseqüência, o desajustamento entre massas e elites poderá ser minorado ou desaparecer.

### ALIMENTAÇÃO, SUBDESENVOLVIMENTO E REALIDADE NACIONAL

Generalidades. Aspectos agropecuários. Demográficos. Sociais. Médico-sanitários. Educacionais. Industriais e infraestruturais. Econômico-financeiros.

#### *Generalidades*

Ao examinarmos o problema da alimentação do povo brasileiro, face ao estado de subdesenvolvimento do país, julgamos de bom alvitre considerar a realidade nacional como um fenômeno total sem, no entanto, deixar de levar em conta o seu caráter pluridimensional.

Vivemos atualmente um momento crítico de nossa história, pois que, muito embora, ela venha a caracterizar-se desde os primórdios de nossa evolução, pela existência de duas sociedades, provocando um dese-

quilíbrio social, político e institucional, na atualidade, o povo despertou e tem tomado consciência da realidade nacional. Paralelamente tem procurado participar ativa e conscientemente, cada vez mais, da vida social, econômica e política do país, procurando, dêsse modo, reivindicar os seus direitos até então postergados.

Acontece que, na verdade, hodiernamente o Brasil é um país em desenvolvimento. Porém, por força das circunstâncias, nêle ainda predominam aquêles fatores que indicam ser o mesmo, um país subdesenvolvido.

A comprovação dessa afirmativa poderá ser efetuada, mercê da análise de vários critérios indicativos, que nos poderá levar a considerar que o nosso país apresenta ainda características marcantes de subdesenvolvimento. Diversas são as opiniões sôbre quais os critérios a considerar. Assim é que, LEBRET, por exemplo, assinala como fundamentais os seguintes:

- a — Fraqueza da renda nacional *per capita*;
- b — Subalimentação de uma importante parte da população e aumento das doenças de massa;
- c — Agricultura primitiva, rotineira, não mecanizada;
- d — Fraca densidade de infraestrutura;
- e — Fraca industrialização;
- f — Analfabetismo;
- g — Carência ou ausência de padrões científicos e técnicos;
- h — Maior predominância do setor agrícola e da população rural;
- i — Fraca capacidade financeira;
- j — Alta fecundidade ou fraca restrição de nascimentos.

SAUVY, por seu turno, julga como prevalentes os abaixo relacionados:

- a — Forte mortalidade;
- b — Forte fecundidade;
- c — Alimentação insuficiente;
- d — Forte proporção de iletrados;
- e — Forte proporção de agricultores;
- f — Subemprego por insuficiência dos meios de trabalho;
- g — Sujeição da mulher;
- h — Trabalho do menor;
- i — Ausência ou fraqueza das classes médias;
- j — Regime autoritário.

LACOSTE, no seu bem fundamentado estudo sôbre os países subdesenvolvidos, acredita que podem ser tomados como característicos os seguintes elementos:

- a — Insuficiência alimentar;
- b — Deficiência da agricultura;
- c — Baixa renda nacional média e baixos níveis de vida;
- d — Reduzida industrialização;
- e — Fraco consumo de energia mecânica;
- f — Situação de subordinação econômica;
- g — Setor comercial hipertrofiado;
- h — Estruturas sociais ultrapassadas;

- i — Fraco desenvolvimento das classes médias;
- j — Frágil integração nacional;
- k — Importância do subemprego;
- l — Deficiente nível de instrução;
- m — Intensa natalidade;
- n — Estado sanitário imperfeito;
- o — Tomada de consciência.

Pelo exposto, compreende-se perfeitamente que, sendo o subdesenvolvimento do Brasil uma expressão do seu passado, portanto, de circunstâncias históricas, é marcado por sobrevivências feudais e distorções sociais, onde todos os fatores configurativos, citados anteriormente, estão presentes. Todavia, êsse estado de coisas pode ser modificado, desde que essas condições sejam radicalmente alteradas. São, portanto, as profundas transformações das estruturas social, econômica e política, relacionadas com a produção, a distribuição e o consumo, que darão um significado adequado ao desenvolvimento do nosso país.

Assim sendo, muito embora aqueles fatores negativos apontados estejam presentes na conjuntura atual, um esforço integrado no sentido de mudar o estado de coisas reinante poderá, inclusive, acelerar o desenvolvimento do país proporcionando, dêsse modo, melhor, mais adequada e harmônica alimentação às populações brasileiras.

De qualquer sorte devemos eliminar as desigualdades sociais, políticas e ideológicas que imperam atualmente no país, procurando-se obter, sobretudo, o desenvolvimento a menores custos sociais. Nada obstante é indispensável que êsse desenvolvimento seja efetuado em consonância e obediência a um plano nacional, harmônico e integrado, conduzindo, naturalmente, dentro de prazo razoavelmente aceitável, a uma melhoria das condições alimentares do nosso povo. Isso porque, em síntese, pretende-se que o supremo objetivo dêsse mesmo desenvolvimento seja a valorização do homem, do ser humano.

Todavia, para que tenha lugar um processo de desenvolvimento econômico, precisa-se, segundo AHUMADA, ampliar a capacidade produtiva instalada no país, ampliação essa que se realiza, quer por extensão, quer por intensificação. De um ou outro modo há necessidade de se atingir o pleno desenvolvimento, pois dêle depende a melhoria da alimentação do povo.

O estudo dos diversos aspectos condicionantes do nosso subdesenvolvimento nos dará uma idéia mais consentânea da realidade nacional, no que tange ao problema das necessidades alimentares do povo brasileiro.

#### *Aspectos agrícolas*

A produtividade do trabalhador agrícola brasileiro é insignificante. Muito embora os dados estatísticos do censo agrícola revelem aumento do rendimento médio por hectare, podemos assegurar que êsse aumento

de rendimento pode e deve corresponder ao aumento da área cultivada. Senão vejamos:

ESPECIFICAÇÃO	RENDIM. MÉDIO P/HECTARE			ÁREA CULTIVADA		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961
Cereais.....	5 594	5 748	5 707	10 142 901	10 878 154	11 168 189
Leguminosas alimentícias.....	2 444	2 369	2 310	2 594 834	2 841 552	2 938 859
Tubérculos e raízes.....	28 256	28 348	32 584	1 553 224	1 674 452	1 748 739
Plantas industriais.....	47 018	48 173	48 859	4 790 421	5 107 793	5 718 829
Outras culturas.....	35 950	37 355	37 589	239 437	257 475	258 658

Considerando-se a insignificância da produtividade marginal do camponês, chegaremos à conclusão de que se uma parte dessa população rural ativa abandonar suas atividades, nenhum reflexo negativo se faria sentir sobre o total da produção agrícola.

Além do mais, esse rendimento agrícola, esse rendimento por unidade de superfície que caracteriza a relação terra/produção, aumentou muito pouco. Por essa razão pode ser considerado realmente insuficiente para atender às necessidades ou exigências alimentares do povo brasileiro, se o confrontarmos com os dados demográficos populacionais. Na verdade, entre nós predomina a agricultura em pequena escala, cujo principal objetivo é a subsistência.

Evidentemente, no equacionarmos o problema da produtividade agrícola, não podemos deixar de considerar a possibilidade de fatores diversos exercerem uma influência positiva ou negativa, mesmo em se considerando que a composição do solo seja uniforme.

Outrossim, o exame dos dados estatísticos referentes ao censo de 1950, divulgados pelo IBGE (pois os dados do censo de 1960, sobre o assunto ainda não foram publicados), indica-nos que uma proporção substancialmente elevada de indivíduos do nosso país está ocupada no setor primário da produção, conforme se pode depreender do quadro que se segue:

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES	Número de pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura.....	9 886 934
Indústrias de transformação.....	2 231 205
Indústrias extrativas.....	482 972
Prestação de serviços.....	1 672 802
Atividades domésticas.....	16 464 031
Condições inativas.....	2 976 597
Outros.....	2 843 549

O que se demonstra é um fato significativo, pois que, a existência de um desnível setorial negativo entre as economias agrícola e industrial constitui uma característica definidora das economias atrasadas. Trata-se de uma distorção acentuadamente típica do país subdesenvolvido.



Fig. 12 — A monocultura, o latifúndio e a utilização de métodos arcaicos são fatores negativos da produção agrícola.

Foto: CNG

Na verdade, o que se pode depreender do que já expusemos até agora, é que há, sobretudo, um encadeamento circunstancial. Isto porque existe uma necessidade de modernização da agricultura que, no entanto, só poderá ser atingida em toda a sua plenitude, com a industrialização do país. Acontece, porém, que essa mesma industrialização se encontra, por sua vez, na dependência de um aumento da produção de excedentes agrícolas.

Ao continuar as coisas no pé em que estão, as grandes lavouras não terão condições para subsistir, visto que a estrutura colonial atualmente existente, tende a provocar ou trazer consigo o empobrecimento e o atraso, a par de uma dispersão de energia, do desperdício e do malbaratamento de recursos.

Acontece então, inevitavelmente, que a produção de gêneros alimentícios apresenta-se longe de atender às necessidades mínimas do povo brasileiro no que tange às suas exigências alimentares, fato êsse que é bastante agravado pela sua falta de capacidade de poder aquisitivo.

Nessas condições a agricultura desempenha papel importante, embora negativo, para a manutenção dêsse *statu quo*, visto que ela se torna um fator de estrangulamento ou de amordaçamento da economia nacional.

Por conseguinte, torna-se claro, então, que reflexos negativos poderão advir dessa distorção prejudicando sobremaneira o abastecimento das coletividades e, conseqüentemente, o estado nutritivo das populações.

A contradição aí está. Pois que o Brasil tem sido, tido e havido, como um país essencialmente agrícola, muito embora o seu potencial agrícola seja insuficientemente explorado. Assim é que apenas 5% das terras agriculturáveis ou cultiváveis são aproveitados. A desorganização e a insuficiência da produção de gêneros de primeira necessidade é uma conseqüência inelutável das péssimas condições em que se encontra o país, face ao monopólio da terra, ao latifúndio e à monocultura, à ausência de créditos, aos baixos rendimentos e à produtividade reduzida.

Nada obstante, no caso, ainda há que considerar como fatores que influenciam a produção, as propriedades físicas e químicas do solo, a temperatura, a pluviosidade e a exposição solar, além do seu modo de cultivo. Aliás, é em função dessas mesmas condições que DOMÍCIO MURTA considera a existência de "áreas de vocação agrícola", em razão da existência de fatores pedológicos sumamente favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e de "áreas de cultura", quando a agricultura só pode ser bem desenvolvida após tratamento adequado do solo, mercê das condições do mesmo.

Esse fraco nível de produção agrícola observado no país pode ser considerado, como muito bem acentuou LEBRET, um dos critérios indicativos mais importantes para se avaliar o seu subdesenvolvimento, mormente face à sua atuação predominante e determinante de subalimentação.

Vencer essas condições através da maximização da produção agrícola, constitui o fator primordial para dominar ou superar a subalimentação que confrange o povo brasileiro.

### *Aspectos demográficos*

Os fenômenos demográficos apresentam aspectos diferentes segundo o estado de desenvolvimento de um país. Assim sendo, nos países subdesenvolvidos eles se mostram com determinadas características que os distinguem e permitem sua individualização.

Portanto, face a essas considerações, o Brasil não poderia fugir a esta regra, desde que os aspectos demográficos por ele apresentado caracterizam-no como país subdesenvolvido.

No caso particular do nosso país, os aspectos mais incidentes são aqueles relacionados com a intensa natalidade a par de uma elevada taxa de mortalidade infantil. A explosão populacional, a existência de áreas de rarefação demográfica e a acentuada migração inter-regional, são os outros fenômenos demográficos que marcam o nosso subdesenvolvimento.

Ao ensejo, vale considerar que qualquer um destes fenômenos apresenta, direta ou indiretamente, relações de causa e efeito, sobre a subalimentação das nossas populações.

Com relação à intensa natalidade observada no Brasil, mormente no Nordeste, citaremos dentre os fatores que influenciam sobre a mesma, o fato conhecido da falta de utilização de métodos anticonceptivos, por parte das populações, principalmente das interioranas, atitudes essas próprias dos habitantes dos países ou regiões subdesenvolvidas.

Paralelamente, ocorre uma elevada taxa de mortalidade no nosso país, mormente da mortalidade infantil, que, em Natal, por exemplo, em 1960, chegou a atingir a incidência de 40,2%. Apesar de tudo isso, o aumento demográfico tem sido sensível.

O Brasil, como país subdesenvolvido, caracteriza-se, também, por possuir uma população jovem, a par de uma reduzida população de adultos e velhos. Fato êsse aliás, capaz de determinar dificuldades econômicas.

GUNNAR MYRDALL, referindo-se ao problema, é de opinião que, se adotado um plano de desenvolvimento para um país, deve êle conter inclusive normas para o estabelecimento de uma política demográfica orientada no sentido de manter, dentro de limites adequados, a fertilidade.

Contraditòriamente, em nosso país, dadas as suas dimensões continentais, é possível observar a existência de áreas, como no Norte e Centro-Oeste, onde o número de habitantes é bastante reduzido, não chegando mesmo a possuir, quantitativamente, um habitante por quilômetro quadrado.

No Brasil citamos ainda, como fenômeno demográfico predominante, a migração interna que, por sinal, ocupa um lugar de destaque no processo de subdesenvolvimento. Essa migração, tanto pode ser positiva, desde que se processe, mercê da atração exercida no sentido de proporcionar maiores oportunidades, ou então, negativa, que surge como produto da insatisfação social e política, em face, justamente, da falta de oportunidades. Nestes casos, há possibilidades de surgirem fenômenos de supersaturação da vida urbana daquelas cidades, objeto das migrações. Tanto uma quanto outra são condições que assinalam as migrações interregionais, interestaduais e rural-urbanas, que se processam no país.

A urbanização das populações rurais tem obedecido, também, ao tipo setorial. Dêsse modo, ocorre a transferência de um regular número de pessoas, do setor primário para os setores secundário e terciário da produção. Fato êsse, mais freqüente, principalmente no Sul do país.

Enfim, tôdas essas são condições que exercem influência acentuada no problema da alimentação das populações brasileiras.

#### *Aspectos médico-sanitários*

Objeto de estudo a ser considerado no Brasil, como um país subdesenvolvido, ou mesmo em desenvolvimento, levando-se em conta, naturalmente, a alimentação de suas populações, é aquêle que diz respeito aos aspectos médico-sanitários.

À semelhança dos países subdesenvolvidos, acontece que, no Brasil, predominam ainda as doenças de massa. Assim, as doenças parasitárias, as infecciosas e as próprias doenças de carência dominam as estatísticas nosológicas e as de causa de morte.

Já nos países adiantados, ou melhor dizendo, nos países plenamente desenvolvidos, os dados estatísticos indicam que prepondera a incidência das doenças degenerativas, inclusive no obituário, cuja ocorrência ultrapassa a de todas as outras.

Ao examinarmos o problema não poderíamos deixar de acentuar que, tanto nos países subdesenvolvidos, quanto nas classes inferiores, as taxas de mortalidade são bastante elevadas, refletindo, nada mais nada menos e, sobejamente, a realidade econômica. Tal situação deve provir principalmente da falta de recursos e de instrução, bem como da imprevisão. Aliás, SPENCER, observando o fenômeno, asseverou que o progresso é o fator fundamental da diminuição da mortalidade. Em aditamento, podemos asseverar que o aumento da duração da vida é um reflexo do progresso econômico.

WOODBURY (*apud* OGBURN e NIMKOFF), estudando o problema da mortalidade infantil, em função das classes sociais, chegou à conclusão de que a elevação da sua taxa encontrava-se direta e intimamente relacionada com o baixo nível de ingresso econômico e vice-versa.

Assim, consubstanciando a opinião de que no nosso país predominam as doenças de massa, entendemos que uma elevada proporção da população é afetada pelas mesmas, fato êste, considerado como capaz de impedir o progresso social e econômico do país. Sim, porque no caso, estará presente um processo de causação circular, envolvendo como elos, a doença, a pobreza e a miséria, a má alimentação, a fome, a diminuição da capacidade de trabalho.

Destarte, as endemias: a boubá, a esquistossomose, a malária, o tracoma, a sífilis, a tuberculose, o bócio, as afecções gastrointestinais, a filariose, às quais se juntam as parasitoses e as doenças carenciais, que minam o organismo dos elementos vitais da população, acarretando então uma redução da eficiência do trabalho e da produtividade.

Aliás, se partimos da premissa de que êsse predomínio das doenças de massa é ocasionado pelo seu subdesenvolvimento econômico, podemos considerar com CELSO FURTADO que, um dos mais importantes fatores do precário nível de saúde das populações é a pequenez e a extrema concentração de sua renda nacional da qual resulta o pauperismo das massas.

Todos êsses elementos são realmente importantes para que se possa conhecer ou ter uma idéia do subdesenvolvimento do nosso país, pois que obedecendo ao que estatuiu LEBRET, um país poderá ser considerado subdesenvolvido, quando apresentar uma:

- 1 — Elevada porcentagem de população rigorosamente subalimentada ou malnutrida;
- 2 — Elevada taxa de doenças de massa;
- 3 — Elevada taxa de mortalidade no 1.º ano de vida.

Paralelamente, também, considera que a proporção de médicos e de leitos por  $N$  habitantes constitui, com precisão, elemento indicativo da existência ou não, de subdesenvolvimento.

Um aspecto significativo do problema é aquêle que revela a sua íntima correlação com a situação alimentar das populações. Isto se explica, não só porque as doenças de carência são consideradas como doenças de massa, como, justamente, pelo fato de a fome global e a específica constituírem, segundo JOSUÉ DE CASTRO, os fatores primordiais da lenta integração econômica do nosso país, desde que elas representam a mais trágica expressão do nosso subdesenvolvimento.

Para arrematar, diremos que o subdesenvolvimento será vencido quando determinadas condições sanitárias, educacionais e alimentares tiverem sido atingidas em função da elevação da renda *per capita*.

Assim, a prestação de cuidados médico-sociais poderá ser considerada como um investimento. E, no caso particular do nosso país, enquanto não se puder oferecer os cuidados médicos necessários às populações brasileiras, mormente as do interior, elas continuarão pouco saudáveis e pouco eficientes no processo produtivo.

Dêsse modo, as reformas que deverão ser introduzidas no campo da saúde, visarão a um duplo propósito — elevar a produtividade das populações, ao mesmo tempo que influir nos indivíduos e na sociedade.

*Aspectos sociais. Estruturas sociais ultrapassadas.  
Ocupação. Subemprego*

A estrutura social do Brasil como país que somente agora começa a desenvolver-se tem, ainda, de apresentar características bastante diferentes das formas de organização social própria dos países desenvolvidos.

A maioria da população vive ainda em regime de economia feudal. As relações entre a mão-de-obra e os empregadores cedem, muitas vezes, lugar às relações de subordinação pessoal.

As formas de emprego e as relações de produção, no país, e, principalmente, no Norte e Nordeste, são as mais arcaicas e prejudiciais. Tal situação é fielmente retratada numa reportagem de LUCIANO MARTINS, sobre as condições de vida e de trabalho no Nordeste. Nela, o repórter equipara a situação dos camponeses e nordestinos à de um servo da gleba.

Acredita aquêle repórter, por outro lado, que êsse estado de coisas é decorrente da estrutura latifundiária, responsabilizando-a diretamente pela miséria que assola as populações rurais. Para corroborar sua assertiva, divulga então, um documento que abaixo transcrevemos, mercê do elevado interesse que desperta o seu teor, pois indica perfeitamente a precariedade das condições de trabalho rural e, sobretudo, da ocupação da terra no Nordeste do país. Vejamos.

“No Parnamirim de hoje fica estipulado pelo proprietário o seguinte:

- 1 — O morador que tiver vazante só poderá continuar depois de pagar seu fôro;
- 2 — O morador só poderá marcar sua roça depois de pagar seu fôro anterior e procurar saber se eu consinto em roçar no lugar onde pretende;
- 3 — Êste ano (1962) o fôro será de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros);
- 4 — Quanto ao fôro para o ano, ainda não está estipulado e o morador só poderá marcar sua roça depois que fique estipulado o preço que está em estudo;
- 5 — Nenhum agregado poderá usar de comércio nesta propriedade, vendendo retalhadamente o seu legume, ou qualquer outro comércio;
- 6 — Não será permitido qualquer matutagem, a não ser feito em uma das três casas comerciais, como pagando seu respectivo impôsto;
- 7 — Fica proibido qualquer morador utilizar-se de frutas de qualquer espécie para vender sem que seja do meu conhecimento;
- 8 — Qualquer agregado que tiver fruteiras plantadas, só poderá utilizar-se para a venda depois que vir a meu conhecimento para serem meadas com o proprietário;
- 9 — O agregado que porventura retire babaçu ou qualquer outro legume para fazer venda fora será punido severamente;
- 10 — O babaçu ou qualquer outro legume do Parnamirim não poderá ser vendido no Leão, no Panacá; no São José da Vitória também não será permitido;
- 11 — Ninguém poderá utilizar-se de madeiras para qualquer fim sem minha ordem;
- 12 — Não serão permitidas casas de telhas tapadas de barro, isso só poderá ser feito mediante contrato;
- 13 — Qualquer desavença de agregados terá que vir a meu conhecimento para que eu lhes chame a atenção;
- 14 — Não será permitida a venda de roças de qualquer espécie, salvo se o agregado fôr ocorrido das terras, porém a venda tem que ser feita na minha presença;
- 15 — O morador será fiscal um do outro de qualquer malfeito, com isso não querendo dizer que seja fuchico;
- 16 — Nenhum agregado pode ter pessoas estranhas em suas casas para qualquer fim sem que seja levado ao meu conhecimento, trazendo o mesmo à minha presença para que seja identificado;
- 17 — O agregado que se julgar superior ao proprietário e que viva com moutinhos e fazendo má deferência do proprietário, êste poderá procurar sua retirada quanto antes evitando que seja tomada uma atitude brusca.
- 18 — O agregado que procurar morada ou falar em retirada dessa propriedade sem motivo, e chegando a meu conhecimento, êste tem sua retirada com prazo curto;
- 19 — Ficam proibidas as tapagens nos igarapés; estas só poderão ser feitas depois de pagos os seus respectivos foros; o infrator desta ordem será multado e destruída a respectiva tapagem;
- 20 — Só poderão fazer pescarias nas lagoas com o meu consentimento, não serão permitidas pessoas estranhas e não poderão ser vendidos os peixes; o que assim proceder será punido;
- 21 — Todos os agregados têm por direito roçarem os caminhos até o dia 10 de julho de cada ano; o que escusar-se dêste serviço será escoltado pela polícia a fim de o fazer;

- 22 — Todos os moradores que não tratarem de suas roças sem exceção de classe, pagarão Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por linha e não haverá muito mais para seu uso;
- 23 — As vazantes que forem cedidas para outrem não mais voltarão para o primeiro;
- 24 — Agregado não agrega e nem dá ordem;
- 25 — É expressamente proibida a tiração de palmitos ou derrubar palmeiras para qualquer fim, o infrator será punido dentro da lei.

Parnamirim, 18 de maio de 1960. — *José Lebre Santiago*, proprietário.

Essas e outras relações de produção entre o latifundiário e o camponês, determinam uma ausência do mínimo de condições de vida e de habitabilidade gerando insatisfações e tensões sociais.

FRANCISCO JULIÃO, recriminando o latifúndio, na sua “carta de alforria ao camponês”, refere-se à necessidade de mudar o *status quo* atualmente existente no país, asseverando que “o latifundiário incha de gordo e o camponês incha de fome”.

No Brasil, o trabalho servil e a grande propriedade, segundo NÉLSON WERNECK SODRÉ, constituem os traços fundamentais do sistema colonial de produção destinado a abastecer mercados distantes.

Fig. 13 — Exemplo de forma primitiva de trabalho. (carnaubais)

Foto: CNG



Pelo visto, muito embora o país se encontre em desenvolvimento, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros que é constituída de camponeses, até o momento não usufruiu lucro ou benefício desse desenvolvimento, face ao seu aspecto desumano. Por enquanto, essas formas primitivas de trabalho, só têm causado a miséria, a pobreza, a fome, o desgaste físico e a morte.

Com relação a esse primitivismo do trabalho, ÁLVARO VIEIRA PINTO ao estudar a realidade nacional admite que encontrando-se o trabalhador entregue à faina elementar do pastoreio rudimentar ou da lavoura de enxada, à submissão dos empregos caseiros, é absorvido pelo pequeno espaço do mundo onde opera, pelo desempenho inúmeras vezes repetidos dos mesmos gestos e levado à iteração dos mesmos sentimentos que não há lugar para a formação de uma consciência social.

OSNY DUARTE PEREIRA, reconhecendo a agudeza do problema, cita as seguintes declarações textuais do bispo de Pernambuco, DOM MARIANO DE AGUIAR que, na verdade, constituem uma amostra da realidade, pois demonstram de maneira eloqüente o estado em que se encontra reduzida a massa campesina brasileira: “os trabalhadores rurais são criaturas entregues à sua própria sorte, explorados, desassistidos, habitando miseráveis mocambos, roídos pela doença e pela fome”... E, mais adiante informa que “êles não conhecem o hábito trivial das duas refeições diárias, alimentando-se de miseráveis bocados que vão conseguindo, pois, mais do que isto não lhes permite o salário miserável. Vivem na terra e não participam dos frutos que a terra proporciona”.

Um aspecto considerado importante por FRANCISCO JULIÃO, relacionado com o sistema de trabalho assalariado, vigente no país, é o fato de o mesmo acarretar uma instabilidade, face, não só à pressão demográfica, como e, principalmente, ao caráter periódico da produção e, por conseguinte, do emprego.

É evidente que todos êsses fatores provocam ou aumentam, na conjuntura atual, as tensões sociais. Conseqüentemente, mais se evidencia a distância social existente entre as várias camadas de população. LUÍS DA CÂMARA CASCUO entrevistou o problema ao estudar a pecuária nordestina, ocasião em que afirmou existir “uma distância sideral entre a vida do senhor do engenho e a de seus homens. Alimentação, indumentária, divertimentos e riscos profissionais”.

Considerando-se apenas um dos valores, justamente o que mais de perto nos interessa, por ser objeto do nosso estudo — a alimentação — podemos assegurar que êle marca e distingue de modo acentuado cada classe social. Levando-se em conta as características que lhe são próprias, a alimentação pode ser considerada, portanto, como importante fator indicativo da distância social. Mormente porque, como muito bem acentou FERRE, reconhece-se uma classe social, pelo seu modo de vida, visto cada classe possuir o seu modo próprio de existir.

A redução da distância social, isto é a “des-distanciamento”, traria como conseqüência uma melhoria das condições alimentares das classes menos favorecidas pela fortuna. Isso equivale dizer com MALINOWSKI,

que constitui lugar comum aceitar a idéia de que a humanidade progride graças ao seu estômago, porque todos os processos levam à satisfação de uma necessidade biológica — a alimentação.

BENJAMIN HIGGINS, estudando os aspectos sociais do desenvolvimento econômico, enumera uma série de fatores que, no seu entender, podem ser considerados como capazes de se constituírem em barreiras sociais, prejudicando ou impedindo o desenvolvimento do país. São eles os seguintes:

- 1 — Imobilidade ocupacional e geográfica;
- 2 — Curva regressiva de oferta de esforço e tomada de riscos;
- 3 — Núcleos de decisão insuficientes (família numerosa, pequenas comunidades, etc.);
- 4 — Falta de empresariado e atribuição de mão-de-obra;
- 5 — Empresários “voltados para si mesmos”, jogando jogos de soma zero;
- 6 — Baixa propensão para poupar e para investir;
- 7 — Ofertas inadequadas de atributos técnicos e de mão-de-obra habilitada;
- 8 — Baixa velocidade de circulação da elite;
- 9 — Interesses criados — uma poderosa elite política que se opõe à mudança.

Procuramos transcrever essas condições, face à sua atualidade e bem assim, pelo fato de elas existirem no país.

Finalmente, dois aspectos ainda podem ser focalizados nesse estudo, dada a sua íntima relação com os problemas alimentares. Salientamos não só o problema do fraco desenvolvimento da classe média lembrado por LACOSTE e KLINDEBERGER, como a questão do subemprego, que se caracteriza como realidade nacional pela existência de um grupo populacional improdutivo o que impossibilita as massas atingidas, de se integrarem nos circuitos monetários. Tal situação favorece a fixação de menores com salários irrisórios, como sói acontecer na produção de oiticica, no Nordeste do país.

#### *Analfabetismo. Educação*

A carência alimentar é uma condição ou traço característico da presente conjuntura nacional e que evidencia encontrar-se o subdesenvolvimento ligado implicitamente à incultura das massas.

Considerando-se a alimentação como uma necessidade básica, de todo e qualquer ser humano, temos de admitir que ao homem inculto faltam condições de iniciativa e capacidade de escolher e controlar a aquisição e a ingestão de alimentos, com o propósito de proporcionar-lhes uma adequada nutrição.

Aliás, a alimentação do camponês, do homem rural brasileiro, constitui um exemplo frisante ou eloqüente das condições de subdesenvolvimento que estiolam as nossas populações. Vários aspectos podem então ser considerados face ao estudo e gravidade do problema.

De início, pode ser evidenciado o fato assinalado por FLORESTAN FERNANDES de que, na conjuntura atual, as instituições escolares, por sua vez, não se ajustam, nem estrutural nem funcionalmente, às exigências da sociedade total a que se destinam.

Tanto nas áreas de expansão quanto nas de regressão demográfica da sociedade brasileira, a assistência educacional é precária. Esse baixo nível de instrução ou de índice educacional propicia o surgimento de graves conseqüências, constituindo-se numa tônica do subdesenvolvimento, pois que exerce uma influência considerável sobre o regime alimentar do povo brasileiro.

A superação do analfabetismo é uma condição ou um alvo dos mais expressivos que os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, devem procurar atingir, desde que representa um índice de desenvolvimento social, como demonstra sobejamente a necessidade de se melhorar a alimentação dos grupos populacionais brasileiros, já de si tão carentes.

Não se trata pois, como muito bem acentuou ÁLVARO VIEIRA PINTO, de a sociedade despende um enorme esforço no sentido de prover às despesas de custo e difusão da instrução, com o intuito apenas de transformar os indivíduos isoladamente. Este esforço só se justifica, acrescenta aquêl autor, se a sociedade o faz para se transformar a si própria.

#### *Aspectos industriais e infraestruturais*

Existem, ainda, dois aspectos que também podem ser considerados de importância fundamental para o estudo das condições de subdesenvolvimento do país, máxime, porque se tem conhecimento das suas implicações e conotações com as exigências alimentares do povo brasileiro. São eles o progresso industrial e uma adequada e bem organizada infraestrutura econômica.

SCHATZ, ao estudar o problema do desenvolvimento econômico, defende o ponto de vista de que, positivamente, a industrialização do país constitui eficiente meio de reduzir a ameaça de fome.

Na verdade, apesar do surto industrial havido no Brasil, a sua produtividade industrial ainda é baixa, se considerarmos suas possibilidades e necessidades. Em contraposição, o marginalismo econômico das camadas inferiores de população, não concede capacidade aquisitiva suficiente para permitir a formação de um mercado interno capaz de absorver a crescente produção industrial, cujo ritmo de crescimento anual é em torno de 10%.

Muito embora exista no país, conforme acredita ÁLVARO VIEIRA PINTO, uma hostilidade para a sua industrialização, urge que se criem condições para a maximização de recursos no sentido de seu pleno desenvolvimento, quer das indústrias extrativas, quer das de base, quer das de transformação. O progresso industrial concorrerá decisivamente para melhorar a alimentação e aumentar o bem-estar da maioria da popu-

lação brasileira, pois que dêle advirão maiores oportunidades e maior capacidade ou poder aquisitivo.

Um outro aspecto a considerar, com respeito ao problema do desenvolvimento econômico do nosso país e que se encontra também intimamente relacionado com o problema da alimentação das populações é o que diz respeito à carência de infraestrutura econômica, que segundo LEBRET, pode ser sintetizado na deficiência de:

- 1 — Extensão das rêsdes ferroviárias e rodoviárias por habitante ou por quilômetro quadrado;
- 2 — Capacidade de produção de energia elétrica, térmica e hidráulica ou o consumo de energia por habitante;
- 3 — Tráfego de portos fluviais e marítimos.

Na verdade, no Brasil, não só a extensão das rêsdes ferroviária e rodoviária, ainda é pequena, diminuta, como o número de veículos, vagões e locomotivas, em tráfego é insuficiente para atender à demanda e as exigências e necessidades da população brasileira. Os dados estatísticos são então, bem expressivos, quanto à rêsde rodoviária. Senão vejamos:

#### RÊDE RODOVIÁRIA

ESPECIFICAÇÃO	Dimensões	EXTENSÃO DA RÊDE RODOVIÁRIA			Com relação ao terr. e pop.
		1959	1960	1961	
Brasil.....	8 511 965	475 270	476 938	499 550	1,0

E, no que tange à rêsde ferroviária, a situação é a seguinte:

#### RÊDE FERROVIÁRIA

ESPECIFICAÇÃO	Dimensões	EXTENSÃO DA RÊDE EM TRÁFEGO		
		1959	1960	1961
Brasil.....	8 511 965	37 710	33 287	38 195

Com referência ao problema da produção e consumo de energia elétrica, tem-se de considerar que a sua deficiência constitui, na conjuntura atual, um traço negativo fundamental da economia brasileira, muito embora as possibilidades do país, nesse patricular, sejam bastante elevadas. Aliás, face às dificuldades de aquisição de carvão ou petróleo para a produção de energia, urge que se utilizem ao máximo, os mananciais hidráulicos para a produção de energia, visando naturalmente a colocar à disposição de grandes camadas de população a energia a preços convidativos. Além do mais, vale acrescentar que o aumento da produção de energia concede maiores e inúmeras facilidades ao processo de industrialização do país.



Fig. 14 — O garimpeiro, um dos marginais da alimentação, no Brasil.

Foto: CNG

Para se ter uma idéia adequada do problema, transcreveremos aqui os dados estatísticos do ano de 1961, referentes ao mesmo:

**PRODUÇÃO E CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

ESPECIFICAÇÃO	Produção (1000 kWh)	Consumo total (1000 kWh)
Norte-Nordeste.....	1 539 931	1 184 315
Centro-Sul.....	20 861 091	16 880 931
Outros.....	2 004 218	1 564 309
<b>BRASIL.....</b>	<b>24 405 240</b>	<b>19 629 555</b>

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE.

Finalmente, com relação a problema do tráfego marítimo e fluvial, podemos acrescentar que sendo extensa como é a costa brasileira, não somente o número de unidades portuárias como o de navios, é pequeno para atender às necessidades da economia brasileira, mormente no que tange às condições de alimentação. Acrescente-se ainda o fato de que, no litoral, concentram-se as grandes cidades. Esses acontecimentos, aliás, determinam a ausência de um verdadeiro mercado nacional e a inexis-

tência de uma rede coordenada de circulação, mormente a de produtos alimentares.

### *Aspectos econômico-financeiros*

As atividades humanas como parte do processo social brasileiro estão intimamente relacionadas, como não podia deixar de acontecer, com as atividades econômicas. Ambas constituem pois, um todo indivisível que podem exercer influência positiva ou negativa, no sentido de acelerar ou retardar o desenvolvimento do país. Essa interação de esferas apresenta relações de causa e efeito com a satisfação ou não, das necessidades e exigências alimentares do povo brasileiro.

No caso, dentre os aspectos econômico-financeiros a examinar sobressaem aqueles que se referem à renda nacional *per capita*, aos baixos níveis de vida e ao caráter de subordinação econômica, ou melhor dizendo, de complementação da economia brasileira.

A medida unidimensional utilizada para se avaliar o crescimento econômico é a renda nacional *per capita*. No nosso país essa renda é muito pequena, a sua distribuição significativamente desigual e a diferença entre ricos e pobres, muito acentuada. Esses são considerados aspectos importantes por GUNNAR MYRDAL, desde que eles surgem como fenômenos regulares, adquirindo por isso, mercê de sua frequência, quase a dignidade de uma lei econômica, que pode ser assim enunciada segundo sua sugestão: "quanto mais pobre é o país, mais forte é a diferença entre ricos e pobres".

Um outro aspecto que não pode ser esquecido, dada a sua importância, é o que diz respeito ao fato de o nosso país não ser economicamente homogêneo, pois que 65% da renda nacional são produzidos por apenas dois dos estados brasileiros, a Guanabara e São Paulo.

Por outro lado, os níveis de vida são muito baixos, de modo que a população não ganha o suficiente para a sua subsistência, ou para a manutenção de um nível de vida compatível com a dignidade humana. Aliás, esse baixo nível de vida está relacionado intimamente com um quadro rígido do padrão de consumo.

Destarte, acreditamos que, paralelamente com a elevação dos níveis de vida do povo brasileiro, necessariamente elevar-se-ão os gastos com a alimentação, pois que a tendência imediata será a de melhorar a qualidade dos bens consumidos e as condições alimentares.

Convém não esquecer, por outro lado, que o nosso país, até então, tem sido colocado numa posição de dependência, de complementação. Essa situação de país periférico, possuidor de uma economia de natureza reflexa, tem-nos vinculado a um esquema de integração internacional, competindo-nos, apenas, satisfazer a demanda externa de produtos primários, a produzir gêneros tropicais para o comércio internacional.

Evidentemente, são esses aspectos econômico-financeiros que denunciam o empobrecimento e a miséria que estiola o povo brasileiro, proporcionando-lhe no setor da alimentação um regime de fome.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — IBGE. Rio. 1960 e 1962.
- 2 — AHUMADA, J. — El desarrollo económico y los problemas del cambio social en la América Latina. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. Vol. II, n.º 2. Belo Horizonte. 1962.
- 3 — BARAN, P. — *A economia política do desenvolvimento econômico*. Zahar ed. Rio. 1960.
- 4 — BENEDICT, R. — *El hombre y la cultura*. Ed. Sudamericana. B. Aires. 1953.
- 5 — BERGEL, E. — *Sociologia urbana*. Trad. cast. B. Aires. 1955.
- 6 — BROWN, A. J. — *Industrialization and trade*. Oxford Press. London. 1943.
- 7 — CÂMARA CASCUDO, L. — *Tradições populares da pecuária nordestina*. SIA. MA. Rio.
- 8 — CASTRO, J. — O dilema brasileiro — pão ou aço. *Rev. Brasiliense*, n.º 39. São Paulo. 1962.
- 9 — CASTRO, J. — A revolução social brasileira. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. Vol. II, n.º 2. Belo Horizonte. 1962.
- 10 — DEBRUN, M. — *O fato político*. Fund. G. Vargas. Rio. 1962.
- 11 — FERNANDES, F. — *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. Pioneira. São Paulo. 1960.
- 12 — FERRE, L. M. — *Les classes sociales dans la France contemporaine*. Paris. 1936.
- 13 — FOURASTIÉ, J. — *Maquinismo y bienestar*. Argo. Barcelona. 1955.
- 14 — FURTADO, C. — *A Pré-Revolução Brasileira*. F. de Cultura. Rio. 1962.
- 15 — FURTADO, C. — *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. F. de Cultura. Rio. 1961.
- 16 — GUERREIRO RAMOS, A. — *Sociología de la mortalidad infantil*. México. 1955.
- 17 — GURVITCH, G. — *La vocación actual de la sociología*. F. C. Económico. México. 1953.
- 18 — GURVITCH, G. — *El concepto de las classes sociales*. B. Aires. 1957.
- 19 — HIGGINS, B. — Aspectos sociais da teoria do desenvolvimento econômico. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. Vol. I, n.º 1. Belo Horizonte. 1961.
- 20 — KLINDEBERGER, C. P. — *Desenvolvimento econômico*. Lisboa. 1960.
- 21 — LACOSTE, Y. — *Os países subdesenvolvidos*. Dif. Eur. Livro. São Paulo. 1961.
- 22 — LEBRET, L. J. — *Dynamique concrète du développement*. Paris. 1962.
- 23 — MALINOWSKY, B. — *Una teoria científica de la cultura*. Ed. Sudamericana. B. Aires. 1948.
- 24 — MANGABEIRA, F. — *O progresso econômico e a questão social*. Rio. 1959.
- 25 — MANHEIM, K. — *Ensayos de sociología de la cultura*. Aguilar, Madrid. 1957.
- 26 — MANHEIM, K. — *Libertad, poder y planificación*. F. C. México. México. 1953.
- 27 — MARIAS, J. — *La estructura social*. Madrid. 1955.
- 28 — MARTINS, L. — *Condições de trabalho no Nordeste igualam camponês ao servo da gleba*. J. do Brasil. Rio. 1-7-62.
- 29 — MEADE, J. E. — *Trade and Welfare*. Oxford. Press. London. 1945.
- 30 — MURTA, D. F. — Nota prévia sobre a estrutura agrária de Minas Gerais. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. Vol. 1, n.º 1. Belo Horizonte. 1961.
- 31 — MYRDAL, G. — *Teoría económica y regiones subdesarrolladas*. México. 1959.
- 32 — NOGUEIRA, O. — Índice de desenvolvimento de São Paulo. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. Vol. II, n.º 2. Belo Horizonte. 1962.
- 33 — OGBURN, W. F. e NIMKOFF, M. F. — *Sociología*. Aguillar. Madrid. 1955.
- 34 — OLIVEIRA, F. — *Revolução e contra-revolução no Brasil*. Ed. Civ. Bras. Rio. 1962.
- 35 — PEREIRA, OSNY D. — *Quem faz as leis no Brasil?* Ed. Civ. Bras. Rio. 1962.
- 36 — PIAITIEZ, A. — *Equilibre entre développement économique et développement sociale*. Paris. 1962.

- 37 — PIN, E. — *Les classes sociales*. SPES. Paris. 1962.
- 38 — RANGEL, I. — A dinâmica da dualidade brasileira. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*. Vol. II, n.º 2. Belo Horizonte. 1962.
- 39 — SAUVY, A. — *Théorie générale de la population*. Paris. 1962.
- 40 — SCHATZ, S. P. — Um modelo de economia dualista de país desenvolvido. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. Vol. II, n.º 1. Belo Horizonte. 1961.
- 41 — SCHUMPETER, J. — *Teoría del desenvolvimiento económico*. F. C. M. México. 1957.
- 42 — SOBRÉ, N. W. — *Introdução à Revolução Brasileira*. ISEB. Rio.
- 43 — SOROKIN, P. A. — *Sociedad, Cultura y Personalidad*. Aguilar. Madrid. 1960.
- 44 — VELEN, T. — *Teoría de la clase ociosa*. F. C. M. México. 1951.
- 45 — VIEIRA PINTO, A. — *Consciência e realidade nacional*. ISEB. Rio.
- 46 — WILLEMS, E. — *Assimilação e populações marginais no Brasil*. CEN. São Paulo. 1940.

### POLÍTICA GOVERNAMENTAL

Generalidades. Bosquejo das dificuldades atuais. Multiplicidade de órgãos com atividades paralelas. Medidas objetivas e adequadas a uma política nacional de alimentação. Criação de um órgão central — Ministério da Alimentação.

#### *Generalidades*

Considerando-se os elementos apresentados e promovendo-se um exame de situação, é possível, então, afirmar-se que a questão da alimentação do povo brasileiro constitui, na atualidade, um problema que, pelas suas características especiais necessita de um tratamento adequado, visto que envolve interesse de toda natureza.

Todavia, a importância e o valor do problema despertado pela carência alimentar em si, não firmam uma novidade. Pode-se mesmo considerá-lo tão velho quanto a própria história da humanidade. Assim é que em todas as épocas julgaram os governantes que era de sua incumbência e de seu dever, zelar para que seus súditos não padecessem fome e que houvesse um suprimento adequado de alimento às populações.

E considerando o assunto ainda nas mesmas bases, pode-se afirmar que, no decorrer dos séculos, os governantes têm observado e têm-se preocupado com a influência que a desnutrição, a carência de alimentos, ou mesmo a fome, podem exercer, negativamente, sobre o estado de ânimo das populações. Tanto assim é que, em ocasiões ou épocas várias, medidas as mais diversas foram tomadas ou sugeridas com a finalidade de solucionar ou orientar a questão. Assim é que, nas descrições bíblicas, vamos encontrar relatos que confirmam o que asseveramos. É do conhecimento público, as medidas tomadas por José, no Egito, visando a assegurar provisões de trigo ao povo, durante os anos de penúria que se avizinhavam. Por outro lado, na Roma antiga, os Césares, habilmente agindo, procuravam cativar o povo, concedendo-lhe pão e circo. *Panem et circenses* era o lema adotado. Tencionavam com esse binômio manter o povo afastado, ou até mesmo, indiferente às questões de governo, desde que a satisfação das massas só poderia concorrer para conservá-las alheias, se não de todo, pelo menos em parte, a tais problemas.

Com o decorrer dos séculos o assunto tem tomado feições as mais diversas, conservando porém, o fundamento do qual deriva, qual seja, o da falta de alimentos gerando carências as mais diversas, a subnutrição, ou então a própria fome.

No século presente, mais do que em qualquer outro, a alimentação constitui um problema governamental, pois todos os governos devem empenhar-se na solução dos problemas, existindo até organizações internacionais, como a FAO e o FISI, dedicadas inteiramente ao estudo e à adoção de medidas que visem à prevenção e à correção dos males ocasionados pela carência de alimentos e pela desnutrição.

Compreende-se perfeitamente, a natureza de sua influência mercê da possibilidade de a falta de alimentos tornar-se uma causa de distúrbios, de inquietações ou desassossêgo das coletividades. Daí o empenho e o interesse dos governantes em resolver o problema do abastecimento e da alimentação dessas mesmas coletividades. Além disso, muitas das ações demagógicas podem ter lugar ou origem, visando à exploração de situações difíceis relacionadas diretamente com a carência de alimentos.

A fome, a carência de alimentos, pode acarretar ações imprevisíveis das populações. J. C. FRANKLIN e colegas, da Universidade de Minnesota, tiveram a oportunidade de estudar a influência da fome no comportamento humano utilizando na experiência 26 voluntários. No caso, ao ensejo, ressaltaram como sendo de elevada significação no terreno político e na conduta das massas face à falta de alimentos.

Por outro lado, é indiscutível a importância exercida pela nutrição das populações com relação à formação de um governo em qualquer país.

A nutrição das populações humanas constitui um problema que não deve ser considerado, no entanto, de maneira simplista. Por conseguinte, não pode a questão ser encarada com especificidade sob o ponto de vista exclusivamente médico, conforme salientamos em outros trabalhos. É fácil então, compreender-se a complexidade que o envolve quando tomamos conhecimento de que os problemas da alimentação das coletividades encontram-se intimamente ligados à economia, à agricultura, à indústria e ao comércio.

Destarte, a evidenciação dessas verdades leva-nos a examinar o assunto sob um aspecto diverso e muito mais amplo. Caso contrário, isto é, se o tema fôr estudado ou apreciado unilateralmente, ou de maneira deformada e insuficiente, é óbvio que as situações apresentadas e os resultados dela decorrentes sejam inadequados, não podendo por isso, atingir as finalidades a que se propõem.

O desenvolvimento da ciência da nutrição tem proporcionado o conhecimento de aspectos da situação alimentar que até então, não haviam sido considerados.

A importância do problema da alimentação para a saúde das populações, levou SHERMAN a afirmar que, muito embora tenha sido reconhecida, durante longo tempo, como função de governo, a salvaguarda da saúde do povo, é atualmente, o problema alimentar, aquêle que maiores preocupações causam aos governantes, se não constituem uma

responsabilidade urgente. Isso porque os estudos realizados demonstram que a nutrição desempenha papel saliente na melhoria da saúde, na eficiência e no bem-estar das coletividades.

Tendo em vista tôdas essas circunstâncias, e em face da conjuntura, é óbvio que os fatores sócio-econômicos e ecológicos exerçam uma influência sobremodo acentuada e inconteste, sobre as condições alimentares e nutritivas de um determinado agrupamento social. Aliás, o interesse que, hodiernamente, o tema tem despertado, é proporcional às influências que êle exerce sobre as massas frente ao problema.

A subnutrição que se verifica no nosso país, atinge todos os seus setores vitais, tornando-se por isso, um grave problema nacional. O agravamento da situação alimentar, subordinado a um conjunto de fatores e condições que têm atuado de modo continuado e ininterrupto, é próprio de um país subdesenvolvido, onde domina a inflação desenfreada.

De qualquer sorte, tratando-se de uma questão de tal magnitude, impõe-se uma solução na conformidade da realidade nacional, uma vez que o assunto é delicado e envolve aspectos diversos, de capital importância para a vida do país. Na atualidade, o perfeito equacionamento do problema e sua solução, devem ser levados em conta, tanto nos países desenvolvidos plenamente, quanto e com maior razão, nos subdesenvolvidos.

Admite-se portanto, que os governos realizam uma coordenação de esforços, no sentido de proporcionar às populações uma alimentação mais adequada, harmônica e consentânea com as suas necessidades.

#### *Bosquejo das dificuldades atuais*

O panorama alimentar atual do Brasil, reflete uma situação realmente instável e difícil. Naturalmente, o subdesenvolvimento constitui a tônica preponderante, capaz de por si só, ou com o auxílio de outros fatores, provocar, manter ou aumentar as deficiências alimentares.

O Plano Nacional de Abastecimento para 1961, elaborado pelo Conselho Coordenador do Abastecimento, indica a existência no país de um acentuado desequilíbrio entre a oferta de alimentos ditada pela produção e distribuição de um lado, e os níveis de procura pelo consumidor do outro.

Acredita-se que três são as características que envolvem e pressionam êsse desequilíbrio:

- a — A oferta dos gêneros alimentícios às populações tem sido e é bastante inadequada, não correspondendo ao seu crescimento demográfico;
- b — A carência de gêneros ou dá ensejo à especulação ou estimula as altas de preços;
- c — O baixo rendimento *per capita* das populações empobrecidas do interior é motivado pelo subconsumo que se caracteriza por um sistema alimentar primário e deficiente.

Evidentemente, tôdas essas condições estão presentes graças a vários fatores que a elas estão intimamente ligadas e que podem ser assim enumerados:

- a — Monocultura, latifúndio e falta de aproveitamento adequado das terras cultiváveis;
- b — Transportes deficientes, inadequados e de certo modo, às vêzes, obsoleto;
- c — Carência de vias de comunicação adequadas às exigências e necessidades do país;
- d — Deficiência de créditos a longo prazo e juros reduzidos, como estímulo à produção e de recursos financeiros suficientes;
- e — A ausência de uma adequada rede de silos e armazéns que permitam a conservação dos produtos da lavoura e da pecuária;
- f — A falta de assistência técnica, de mão-de-obra especializada e de tratamento adequado do solo;
- g — A utilização de métodos rotineiros, inadequados e atrasados, e a falta de utilização, em larga escala, de fertilizantes;
- h — A falta de educação alimentar das populações;
- i — A deficiência ou ausência de industrialização de produtos alimentares;
- j — A inexistência de programas que visem ao enriquecimento de alimentos utilizados pelas populações;
- l — A falta de aproveitamento adequado dos recursos alimentares próprios de cada região;
- m — Normas obsoletas do mercado varejista;
- n — Multiplicidade de órgãos e falta de centralização de esforços;
- o — Manobras políticas;
- p — Grupos de pressão.

### *Multiplicidade de órgãos com atividades paralelas*

No Brasil, presentemente, existe uma multiplicidade de órgãos federais, autárquicos, estaduais e até municipais, que tratam, direta ou indiretamente, do problema da alimentação e nutrição de nossas populações.

Essa confusão, essa descentralização administrativa acarreta, frequentemente, uma duplicidade, face à existência de órgãos com atribuições paralelas. Além disso, a máquina burocrática torna-se mais complexa, dificultando, sobremodo, o entendimento entre os órgãos com reflexos negativos sobre a ação governamental.

Para se ter uma noção do exposto indicaremos, a seguir, os diversos órgãos atualmente existentes:

#### 1 — ÓRGÃOS DE ÂMBITO FEDERAL:

##### 1.1 — *Presidência da República*

- 1.11 — Conselho Coodenador do Abastecimento (CCA)
- 1.12 — Cofap e Coap's (Comissão Federal e Estaduais de Abastecimento e Preços)
- 1.13 — Comissão de Armazéns e Silos (CAES)
- 1.14 — Comissão Organizadora da Triticultura Nacional (COTRINAG)
- 1.15 — Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)

1.2 — *Ministério da Saúde*

- 1.21 — Comissão Nacional de Alimentação (CNA)
- 1.22 — Departamento Nacional de Saúde (DNS)
- 1.23 — Departamento Nacional da Criança (DNC)

1.3 — *Ministério do Trabalho*

- 1.31 — Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)

1.4 — *Ministério da Educação e Cultura*

- 1.41 — Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME)
- 1.42 — Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB)

1.5 — *Ministério da Fazenda*

- 1.51 — Laboratório Nacional de Análises (LNA)

1.6 — *Ministério da Indústria e Comércio*

- 1.61 — Instituto Brasileiro do Café (IBC)
- 1.62 — Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)
- 1.63 — Instituto Nacional do Sal (INS)
- 1.64 — Instituto Nacional do Mate (INM)

1.7 — *Ministério da Agricultura*

- 1.71 — Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA)
- 1.72 — Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV)
- 1.73 — Instituto de Óleos
- 1.74 — Instituto de Fermentação

## 2 — ÓRGÃOS REGIONAIS NÃO ESPECÍFICOS:

- 2.1 — Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA)
- 2.2 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
- 2.3 — Fundação Brasil Central (FBC)

## 3 — SOCIEDADES ESTADUAIS DE ECONOMIA MISTA:

- 3.1 — CASEC — Comissão de Armazéns e Silos do Estado do Ceará
- 3.2 — CASEP — Companhia de Armazéns e Silos do Estado da Paraíba (20 000 toneladas)
- 3.3 — CAGEP — Companhia de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco (76 290 toneladas)
- 3.4 — CASEB — Companhia de Armazéns e Silos da Bahia (70 650 toneladas)
- 3.5 — CESMAG — Companhia Espírito Santo-Minas de Armazéns Gerais
- 3.6 — CIFAS — Companhia Fluminense de Armazéns e Silos
- 3.7 — CAGESP — Companhia de Armazéns Gerais de São Paulo (117 000 toneladas)
- 3.8 — COPASA — Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (159 000 toneladas)
- 3.9 — CAGESC — Companhia de Armazéns Gerais de Santa Catarina
- 3.10 — CASEMG — Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
- 3.11 — CASEG — Companhia de Armazéns e Silos de Goiás

Além desses, devemos contar naturalmente ainda, com outros órgãos, tais como: a Legião Brasileira de Assistência; os matadouros

industriais, como a FRIMISA (Minas Gerais); a FRIMA (de Mato Grosso); a São Francisco S/A, da Bahia; ou ainda, com organismos como o Serviço Social da Indústria e o Serviço Social do Comércio.

Pelo visto, êsse número exagerado de organismos, essa diversidade de órgãos, obedecendo a autoridades diferentes e, com propósitos semelhantes, mas com atividades dispersas, paralelas ou dissemelhantes, só pode prejudicar enormemente a ação governamental. Por isso, julgamos ser de importância, além de oportuno, a criação de um órgão central visando a atender a situação conjuntural do país. Para se ter uma idéia mais precisa do problema, vejamos quais as atividades exercidas pelos diversos órgãos anteriormente enumerados:

1 — PRODUÇÃO	ÓRGÃO
1.1 — Departamento Nacional da Produção Animal	Ministério da Agricultura
1.2 — Departamento Nacional da Produção Vegetal	Ministério da Agricultura
1.3 — Comissão Organizadora da Triticultura Nacional	Presidência da República
1.4 — Instituto do Açúcar e do Alcool	Ministério da Indústria e Comércio
1.5 — Instituto Brasileiro do Café	Ministério da Indústria e Comércio
1.6 — Instituto Nacional do Mate	Ministério da Indústria e Comércio
1.7 — Instituto Nacional do Sal	Ministério da Indústria e Comércio
1.8 — Serviço de Alimentação da Previdência Social	Ministério do Trabalho
2 — FISCALIZAÇÃO	
2.1 — Departamento Nacional de Saúde	Ministério da Saúde
2.2 — Departamento Nacional de Análise	Ministério da Fazenda
2.3 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal	Ministério da Agricultura
2.4 — Instituto de Fermentação	Ministério da Agricultura
2.5 — Instituto de Óleos	Ministério da Agricultura
3 — ASSISTÊNCIA ALIMENTAR	
3.1 — Campanha Nacional de Merenda Escolar	Ministério da Educação e Cultura
3.2 — Comissão Nacional de Alimentação	Ministério da Saúde
3.3 — Departamento Nacional da Criança	Ministério da Saúde
3.4 — Comissão Federal de Abastecimento e Preços	Presidência da República
3.5 — Serviço de Alimentação da Previdência Social	Ministério do Trabalho
4 — ESTUDOS ECONÔMICO-SOCIAIS	
4.1 — Comissão Nacional de Alimentação	Ministério da Saúde
4.2 — Conselho Coordenador do Abastecimento	Presidência da República

- 4.3 — Instituto de Nutrição da  
Universidade do Brasil Ministério da Educação e Cultura
- 4.4 — Serviço de Alimentação da  
Previdência Social Ministério do Trabalho
- 5 — ANÁLISES E PESQUISAS
- 5.1 — Instituto de Nutrição da  
Universidade do Brasil Ministério da Educação e Cultura
- 5.2 — Instituto de Óleos Ministério da Agricultura
- 5.3 — Instituto de Tecnologia Ministério da Saúde
- 5.4 — Laboratório Nacional de  
Análises Ministério da Fazenda
- 5.5 — Serviço de Alimentação da  
Previdência Social Ministério do Trabalho
- 6 — EDUCAÇÃO E CURSOS
- 6.1 — Comissão Nacional de Ali-  
mentação Ministério da Saúde
- 6.2 — Departamento Nacional de  
Saúde Ministério da Saúde
- 6.3 — Departamento Nacional da  
Criança Ministério da Saúde
- 6.4 — Escola Nacional de Saúde  
Pública Ministério da Saúde
- 6.5 — Campanha Nacional de Me-  
renda Escolar Ministério da Educação e Cultura
- 6.6 — Instituto de Nutrição da  
Universidade do Brasil Ministério da Educação e Cultura
- 6.7 — Conselho Coordenador do  
Abastecimento Presidência da República
- 6.8 — Serviço de Alimentação da  
Previdência Social Ministério do Trabalho
- 7 — FORMAÇÃO DE TÉCNICA
- 7.1 — Escola Nacional de Saúde  
Pública Ministério da Saúde
- 7.2 — Instituto de Nutrição da  
Universidade do Brasil Ministério da Educação e Cultura
- 7.3 — Serviço de Alimentação da  
Previdência Social Ministério do Trabalho

*Medidas objetivas e adequadas a uma política nacional  
de alimentação*

No sentido de proporcionar ao povo brasileiro uma alimentação adequada e harmônica, que possibilite sobretudo, a fixação do homem à terra, sua valorização e a melhoria das suas condições de saúde e de bem-estar, sugerimos que sejam tomadas medidas de caráter econômico, social, ecológico, sanitário, agrotécnico, tôdas de ordem geral ou local. Isto viria encarar e resolver satisfatoriamente os vários problemas criados pelas deficiências que se observam nos mais variados setores da atividade humana do país, que são responsáveis não só por uma carência de gêneros como por uma deficiência da alimentação e nutrição das populações brasileiras.

É bem verdade que muitas das condições existentes dependem em grande parte do subdesenvolvimento, da espiral inflacionária e da insuficiência da sua produção global. Todavia, acreditamos que se as medidas sugeridas forem aplicadas convenientemente, poder-se-á obter uma melhoria considerável das condições atualmente existentes. Assim teríamos:

1 — *Providências de cunho político-administrativo visando a centralizar a coordenação de atividades:*

Criação de um órgão central, coordenador e supervisor das atividades relacionadas com a alimentação do povo brasileiro:

MINISTÉRIO DA ALIMENTAÇÃO

2 — *Providências de caráter geral ou regional*

2.1 — *Agrotécnicas*

2.1.1 — *Reforma agrária*

2.1.1.1 — Racionalização da estrutura agrária

2.1.1.2 — Limitação da extensão das propriedades, mormente das improdutivas

2.1.1.3 — Melhor aproveitamento das terras economicamente úteis

2.1.2 — *Contrôle científico do solo*

2.1.2.1 — Combate à erosão

2.1.2.2 — Emprêgo técnico da irrigação

2.1.2.3 — Combate às pragas e moléstias

2.1.2.4 — Utilização de fertilizantes

2.1.2.5 — Estudo e mapeamento dos solos brasileiros

2.1.2.6 — Mecanização da lavoura

2.1.2.7 — Intensificação e diversificação das culturas

2.1.2.8 — Incremento da criação de gado de leite e de corte, e da criação de búfalos

2.2 — *Industriais*

2.2.1 — Organização e desenvolvimento da indústria de adubos químicos

2.2.2 — Industrialização dos recursos regionais, mormente dos alimentos

2.2.3 — Organização de uma rede de matadouros industriais

2.2.4 — Organização racionalizada e ampliação da indústria pesqueira

2.2.5 — Ampliação da indústria de leite e derivados

2.2.6 — Organização da indústria de enriquecimento de alimentos

2.3 — *Econômicas*

2.3.1 — Fomento à produção, mormente pela concessão de crédito agrícola aos pequenos e médios agricultores a prazo longo e juros reduzidos

2.3.2 — Combate aos lucros excessivos

2.3.3 — Garantia de preço mínimo e fixação do justo preço

2.3.4 — Evitar os monopólios, oligopólios, trustes e cartéis, o açambarcamento e os intermediários inúteis

2.3.5 — Desenvolvimento do cooperativismo

2.3.6 — Estudo dos problemas econômicos do país em função da alimentação das populações, promovendo medidas destinadas a solucioná-las

#### 2.4 — Educacionais

2.4.1 — Intensificar a formação do aprendizado agrícola especializado

2.4.2 — Orientar a educação do produtor no sentido de obter uma produção mais consentânea com as necessidades do país

2.4.3 — Educar o consumidor no sentido de melhor escolher os gêneros alimentícios para uso próprio

2.4.4 — Divulgar noções educativas sobre alimentação aos diversos grupos populacionais

2.4.5 — Ampliar a rede de restaurantes populares

#### 2.5 — Técnicas

2.5.1 — Melhoria e ampliação do sistema de comunicações e transportes rodoviário, marítimo e ferroviário

2.5.2 — Ampliar a rede de armazéns e silos

2.5.3 — Coordenação de medidas para assegurar o abastecimento

2.5.4 — Pesquisar o valor nutritivo dos alimentos regionais

#### 2.6 — Sociais

2.6.1 — Realização sistemática de inquéritos alimentares e nutritivos em todo o país

2.6.2 — Instalar ou fiscalizar serviços destinados a melhorar a alimentação coletiva

#### 2.7 — Científicas

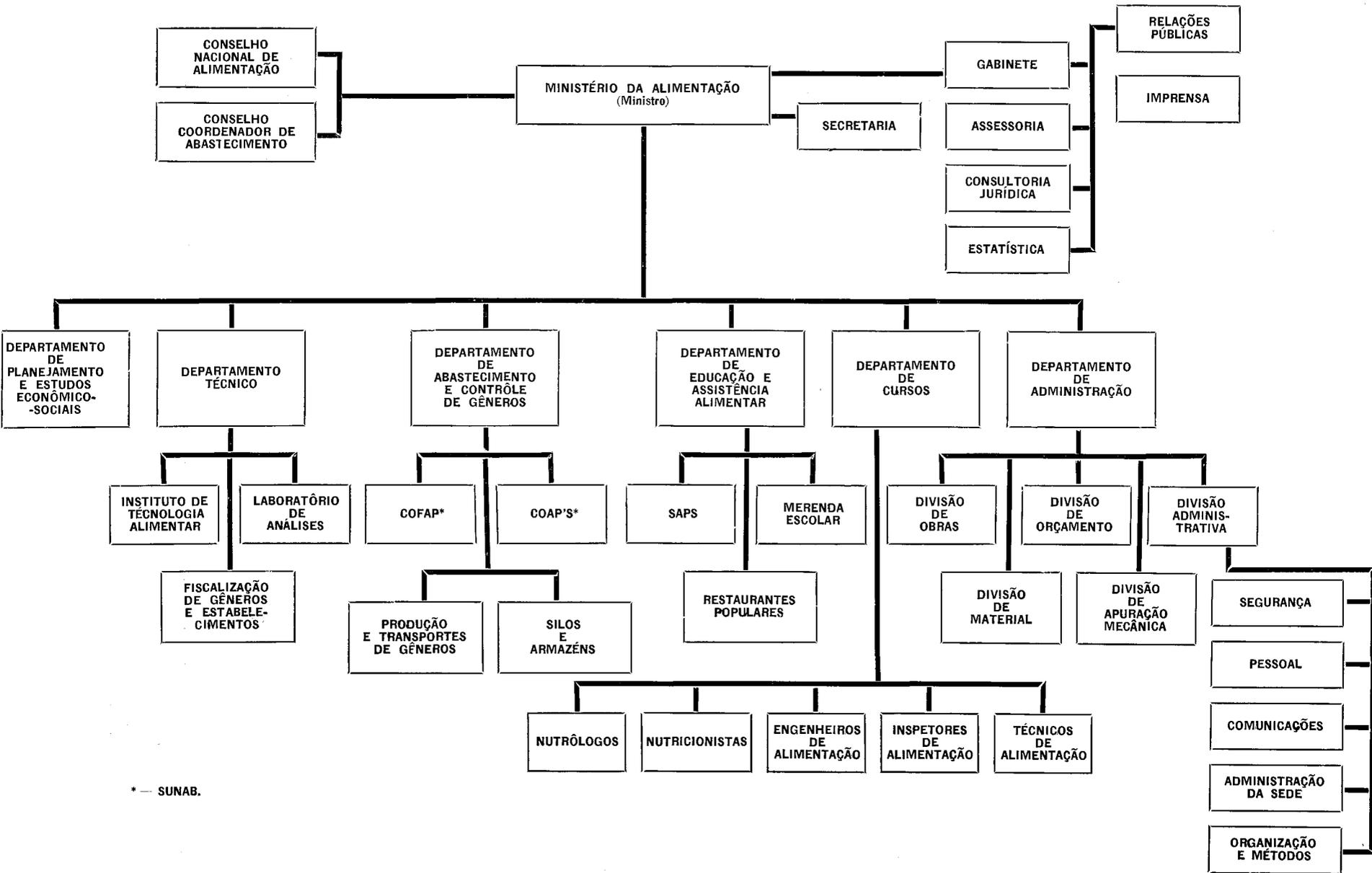
2.7.1 — Efetivação de pesquisas visando à utilização adequada de todos os recursos alimentares e o conhecimento e a composição química dos alimentos

### *Criação de um órgão central — Ministério da Alimentação*

Pelo que tivemos a oportunidade de observar, as condições alimentares das populações brasileiras, estão a exigir a criação de um órgão central — o Ministério da Alimentação — que, obviamente, possa controlar tôdas as atividades atualmente exercidas no campo da alimentação e nutrição das coletividades. Aliás, dessa opinião, compartilham sociólogos, nutrólogos e sanitaristas esclarecidos.

ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO, por exemplo, ao estudar o assunto declara enfaticamente que a criação de um órgão especial se impõe, com “a finalidade de traçar novos rumos de salvação nacional”. Para êle, êsse órgão seria o Ministério da Alimentação e Assistência Social. Opinião idêntica é esposada pelo Prof. TOMÁS MARIANTE, em 1948, quando ao estudar o problema da alimentação e da assistência ao homem rural, sugere também a criação de um Ministério da Alimentação. VÁLTER SANTOS, por sua vez, em 1951, ao examinar o problema da educação alimentar no Brasil, também adotou idéia semelhante, ao defender a sugestão da criação de um Ministério da Alimentação. MANUEL AIROSA toma atitude idêntica, ao apresentar um trabalho sobre alimentação, no Primeiro (1.º) Congresso Brasileiro de Nutrição, em 1958.

ORGANOGRAMA DE UM MINISTÉRIO DE ALIMENTAÇÃO



\* — SUNAB.

Sir JOHN BOYD ORR, em 1954, igualmente, defende doutrina semelhante quando sugere a adoção de uma “unidade de ação”, e julga imprescindível para o bom êxito dos empreendimentos, a criação de um órgão central que seja responsável pelo problema da alimentação no país, abrangendo-o, naturalmente, em sua totalidade. A centralização de poderes proporcionaria portanto, maior contrôle e coordenação da questão alimentar, desde que os problemas correlatos, de saúde pública, agricultura, transporte, etc. a êle ficariam afetos. Tal orientação, adotada por sinal na Grã-Bretanha, foi de extrema valia para êsse país, mormente no período da segunda grande guerra.

A criação de uma organização especializada no Brasil, seria assaz proveitosa, visto que ela passaria a coordenar e controlar tôdas as atividades relacionadas com a alimentação e a nutrição das populações brasileiras. Êste nôvo Ministério viria a ser integrado por quase todos os órgãos enumerados anteriormente e que hoje se encontram isolados ou dispersos, em cada um dos Ministérios citados no decurso dessa exposição.

Aliás, essa idéia não constitui novidade para outros países, tanto do mundo ocidental quanto do mundo oriental. Assim, como na Inglaterra, encontramos o Ministério da Alimentação, que orienta, controla, coordena e assegura a inexistência de tôdas as atividades correlacionadas com a alimentação e a nutrição do povo, na Rússia (URSS), existe o Commissariado do Povo para o Aproveitamento, ao qual estão ligados os Commissariados federais-republicanos para as indústrias da pesca, da carne e do leite e para as indústrias alimentares.

Pelo exposto, verifica-se que tal medida se justifica e tem como objetivo, não sòmente concentrar os esforços, como evitar o gatso e desperdício de energias pela dispersão e multiplicidade de organismos estanques, sem as conexões indispensáveis à realização de um trabalho profícuo, útil e que traduza uma unidade de pensamento e de ação, em benefício das populações brasileiras. Outrossim, visaria a criação dêsse órgão, proporcionar uma melhor orientação e definição de atribuições confiadas aos seus executores. O Ministério da Alimentação seria, portanto, um fulcro ou centro de interêsses, cujas atividades específicas seriam exercidas, visando, em última análise, à saúde e ao bem-estar do povo brasileiro. Essa orientação aliás, está consubstanciada no art. 25 (vinte e cinco) da Declaração Universal dos Direitos do Homem, documento elaborado e assinado pelos Estados Membros da ONU, que assim se encontra enunciado:

“Art. 25 — § 1 — Tôda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde, seu bem-estar e o de sua família, *especialmente para a alimentação*, vestuário, moradia, cuidados médicos e serviços sociais necessários”...

O problema nacional da alimentação, muito embora constitua uma série de problemas regionais, tem de ser tratado como um todo, unitariamente, quando do seu exame global. Todavia, isso não significa que se não levem em conta os problemas peculiares de cada região.

Procura-se, assim, obter o máximo rendimento com o mínimo de gastos. O Ministério seria, então, estruturado de modo a que seja dotado e venha a utilizar-se de meios adequados e eficazes, que permitam o exercício de suas atividades funcionais com a devida eficiência.

Dêsse modo, sua estrutura administrativa poderia ser assim sumariada:

## MINISTÉRIO DA ALIMENTAÇÃO

### i — Ministro

#### 1.1 — Gabinete

- 1.1.1 — Assessoria
- 1.1.2 — Consultoria jurídica
- 1.1.3 — Estatística
- 1.1.4 — Relações públicas
- 1.1.5 — Imprensa

#### 1.2 — Conselho Nacional de Alimentação

#### 1.3 — Conselho Coordenador do Abastecimento

#### 1.4 — Departamento Técnico

#### 1.5 — Departamento de Planejamento e de Estudos Econômico-Sociais

#### 1.6 — Departamento de Cursos

#### 1.7 — Departamento de Abastecimento e de Contrôlo de Gêneros

#### 1.8 — Departamento de Educação e Assistência Alimentar

#### 1.9 — Departamento de Administração

O organograma apresentado em aditamento, completa perfeitamente a sugestão recomendada.

### *Algumas das múltiplas atividades do Ministério da Alimentação*

O Ministério da Alimentação deverá determinar a orientação e realizar o contrôlo das atividades educativas e profiláticas concernentes à nutrição das coletividades, exercendo, outrossim, a superintendência da fiscalização e o contrôlo dos gêneros destinados à mesma. Nada obstante, fornecerá os elementos necessários e colaborará com outros setores da Administração Pública que, de modo direto ou indireto, possam influir na melhoria da alimentação das populações, no intuito de fomentar a produção e intensificar o consumo de gêneros, adequados à manutenção do estado de higidez dos membros da comunidade.

Diante do exposto, ao Ministério da Alimentação poderão ficar afeitas as seguintes atribuições:

1 — Promover a realização de inquéritos alimentares e nutritivos que visem ao conhecimento amplo das várias condições que influenciem de maneira acentuada na alimentação e no estado nutritivo das populações consideradas.

2 — Promover a adoção de medidas que possam melhorar as condições alimentares da população.

3 — Realizar pesquisas e análises bioquímicas dos alimentos que são utilizados nas diversas regiões do país. Com isso, poder-se-á aquilatar

qual o valor nutritivo e a composição dos alimentos usuais, possibilitando assim, a adaptação de dietas adequadas dentro das características alimentares acentuadamente regionais.

4 — Promover a divulgação ampla dos elementos educativos sobre o valor e as vantagens da utilização na dieta normal de alimentos julgados imprescindíveis a uma alimentação adequada, harmônica e barata. Assim, dever-se-á preconizar o uso de alimentos que mercê de suas qualidades — valor nutritivo e facilidade de obtenção — possam concorrer para o melhoramento do nosso índice de nutrição. Na campanha educacional dever-se-á considerar as populações em seu duplo aspecto de produtor e de consumidor.

5 — Promover a realização de cursos técnicos especializados, de médicos nutrólogos, de dietistas, de higiene da alimentação, de engenheiro alimentar, ou os cursos populares de cozinha, de economia doméstica, de economia rural e de férias. Estes cursos visam, sobretudo, à formação de técnicos especializados e à divulgação dos modernos conceitos relacionados com a ciência da nutrição.

6 — Cooperar com as instituições e estabelecimentos públicos e particulares, tais como, colégios, restaurantes, bares, leiterias, e congêneres, ministrando-lhes orientação técnica sobre nutrição, além de indicar os planos padrões necessários a uma boa nutrição.

7 — Dar assistência técnica às instituições, de modo que possam adotar regimes dietéticos adequados a cada doença em particular, ou então, que a orientação indicada venha a corrigir os efeitos de uma alimentação defeituosa.

8 — Combater e prevenir o desperdício do material alimentar, padronizando e organizando, de maneira racional, os regimes; considerando as possibilidades de aproveitamento econômico das perdas alimentares; aconselhando a utilização de material adequado e educando o pessoal das cozinhas.

9 — Adotar uma política alimentar, visando a aproveitar e utilizar tanto quanto possível os alimentos próprios de cada região, atendendo inclusive a questão dos hábitos alimentares e a possibilidade de industrialização daqueles alimentos.

10 — Planejar e promover a realização de programas alimentares próprios a fim de solucionar problemas específicos locais.

11 — Organizar e rever os padrões de alimentação balanceada para as diversas classes da população, de acordo com o clima e os hábitos regionais.

12 — Elaborar instruções sobre higiene da nutrição ou da alimentação pública e promover ensinamentos sobre alimentação adequada às gestantes, aos lactentes e aos pré-escolares. A finalidade destas medidas é a de educar o povo no sentido de melhorar os hábitos dietéticos, incluindo o uso de alimentos regionais de alto valor nutritivo.

13 — Manter restaurantes populares ou cantinas para os trabalhadores, além de orientar e promover a adoção de merendas escolares, dentro dos princípios e normas adequadas a uma boa alimentação.

14 — Manter rigorosa fiscalização e contrôle sanitário dos gêneros em todo o país, compreendendo para êste fim, o fabrico, o preparo, a manipulação, o acondicionamento, a conservação, a distribuição e o transporte de gêneros.

15 — Assegurar uma fiscalização rigorosa do ponto de vista sanitário, sôbre os gêneros alimentícios nos entrepostos, frigoríficos, mercados, feiras, armazéns de importação e exportação, mercearias e em todos os locais de venda e consumo e o comércio ambulante dos mesmos.

16 — Exercer uma fiscalização rigorosa quer sôbre as condições de higiene, instalação e funcionamento dos hotéis, restaurantes, cafés, bares, botequins, leiterias, sorveterias, confeitarias ou quaisquer outros estabelecimentos congêneres, quer sôbre as condições de saúde de todos os que lidam, direta ou indiretamente, com os gêneros e que naqueles trabalham.

17 — Elaborar instruções e planos padrões, exequíveis, que assinalem as exigências mínimas para permissão de instalação e funcionamento dos estabelecimentos destinados ao fabrico, manipulação, venda ou consumo dos gêneros alimentícios.

18 — Manter articulação com os setores da administração pública que possam influir na melhoria da alimentação do povo, para fixação e execução de uma política nacional de alimentação, necessária ao equilíbrio econômico e à valorização do elemento humano.

19 — Adotar medidas administrativas adequadas sôbre a concessão de alvará ou sôbre a aprovação de registro de produtos destinados à alimentação, bem como, a de aparelhos, utensílios, vasilhames, e outros materiais destinados ao fabrico, preparo, beneficiamento, acondicionamento, transporte e distribuição de substâncias alimentícias.

20 — Idênticas medidas deverão ser tomadas quando dos projetos de construção ou instalação de fábricas de produtos alimentícios e de bebidas.

21 — Elaborar instruções que visem a reduzir as perdas durante o armazenamento, manipulação e cocção dos alimentos. Tais instruções têm como objetivo a melhoria das condições de alimentação.

22 — Elaborar planos e efetuar o contrôle racional do abastecimento, de modo a permitir um adequado suprimento de gêneros às populações.

Essas e muitas outras medidas que poderão ainda, ser mencionadas ou enumeradas, objetivariam a necessidade de criação do referido Ministério.

Poderíamos resumir tudo o que foi mencionado em alguns poucos itens, que passamos a indicar:

- 1 — Disponibilidades alimentares — produção
- 2 — Poder aquisitivo das populações
- 3 — Abastecimento
- 4 — Formação de técnicos
- 5 — Educação das coletividades
- 6 — Pesquisas tecnológicas e científicas, econômico-sociais e alimentares
- 7 — Contrôle de gêneros

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — EDITORIAL — A influência da fome no comportamento humano. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 6, n.º 3. Rio. 1949.
- 2 — AIROSA, M. — Uma sugestão aos órgãos da administração pública responsáveis pelo problema da alimentação no Brasil. *Anais do 1.º Congresso Bras. Nut.* 1.º vol. SAPS. Rio. 1959.
- 3 — ARAÚJO, A. VIDAL DE — *Introdução à sociologia da Amazônia*. Manaus.
- 4 — NOTAS E INFORMAÇÕES — Atividades do Ministério da Alimentação na Inglaterra. — *Arq. Bras. Nut.* Tomo 8, n.º 1. Rio. 1951.
- 5 — BOYD ORR, Sir J. e LUBOCK, D. — *A alimentação do povo em tempo de guerra*. CEB. Rio. 1944.
- 6 — *Constitution de l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques*. Ed. Sociales. Paris. 1945.
- 7 — *Dispositivos regulamentares sobre higiene da alimentação*, o SAPS, o Conselho Coordenador de Abastecimento, a Comissão Nacional de Alimentação, a Merenda Escolar e o Instituto Nacional de Alimentação.
- 8 — FRANKLIN, J. C. e cols. — *J. Clin. Psychology*. 4. 28. 1948.
- 9 — GUERNELLI, O. e cols. — Instituto de Tecnologia Alimentar. *Bol. do CNA*. Ano IV, n.º 1. Rio. 1959.
- 10 — *Legislação do Conselho Coordenador do Abastecimento*. P. da República. Rio. 1960.
- 11 — MARIANTE, T. — O problema da alimentação e a assistência ao homem rural. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 5, n.º 5. Rio. 1948.
- 12 — *Plano Nacional do Abastecimento* — Conselho Coordenador do Abastecimento. Rio. Pres. da República. 1961.
- 13 — *Relatório da Campanha Nacional de Merenda Escolar*. MEC. Rio. 1959.
- 14 — *Relatório da 2.ª Conferência Latino-Americana de Nutrição*. *Ar. Bras. Nut.* Tomo 7, n.º 3. Rio. 1950.
- 15 — *Relatório do Conselho do Desenvolvimento no período de 1956-1960*. Tomo II. Rio. 1960.
- 16 — RIBEIRO, J. M. (CMG, MD) — *Assistência social*. Rio. 1960.
- 17 — ROSA E SILVA, G. J. — Aspectos sócio-econômicos da carência alimentar no Brasil. *Rev. Acad. Med. Odont. e Farmácia*. Ano III, n.º 1. Recife. 1948.
- 18 — SANTOS, W. J. — O problema da educação alimentar no Brasil. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 8, n.º 5. Rio. 1951.
- 19 — SHERMAN, H. C. — *La ciencia de la nutrición*. F. Cult. México. 1945.
- 20 — SHERMAN, H. C. e LANFORD, C. S. — *Essentials of Nutrition*. McMillan. N. Y. 1943.
- 21 — SILVA, W. — Política da Alimentação. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 4, n.º 3. Rio. 1947.
- 22 — SILVA, W. — Melhoria das dietas dos grupos vulneráveis. *Bol. da CNA*. Ano III, n.º 1. Rio. 1958.
- 23 — SIQUEIRA, R. — *Desorganização* — problema grave e causa importante da má alimentação das coletividades brasileiras. *Arq. Bras. Nut.* Tomo 7, n.º 6. Rio. 1950.

## SUMMARY

This study deals with the nutritional conditions of the Brazilian people in particular interconnection with underdevelopment.

Discussion of the subject leads to attention being drawn to the various proposals of well-known specialists to divide Brazil into nutritional areas or regions and the difficulties that arise out of any attempt to outline such areas or regions with reasonable accuracy, owing to the countless variations and shades of interpretation involved that are readily perceptible.

This does not prevent pains being taken in the course the survey to shed light on the chief characteristics and deficiencies in the diet of the people in the different regions of Brazil, with specific reference to the various alimentary and nutritional enquiries that have already been pursued in this connection.

The influence of certain factors and their inter-relationship — climate, education, population, food habits and ailments of the masses — is investigated, and a careful analysis points to the ill effects of nutritional deficiency on the output and efficiency of the workers.

In the specific case of the demographic problem, the question of the birth rate is reviewed in relation to social and economic factors, in the light of the results of various lines of research in this field. The deductions therefrom would seem to run counter to the trend of thought that considers endemic famine to be a conditioning factor of fertility.

Emphasis is laid on connotations between ecological, agricultural and socio-economic factors and nourishment of the Brazilian people. The data compiled shows that the archaic framework of an underdeveloped country is liable to have an unfavourable bearing on nutritional conditions and possibilities of the population.

It is interesting to note that neither the correlation between undernourishment and interregional imbalance nor the adverse influence of a lack of food on the relations between the masses and the governing classes of the country has been neglected.

Special attention is paid to the underdevelopment of Brazil, and the demaging effects this has on the nutrition of a vast layer of the population are examined together with the various correlative aspects of the question.

Finally, there is shown to be a need for the establishment or creation of a central agency to coordinate all government activities related to the food and nourishment of the Brazilian people, said agency to be entitled the *Ministério da Alimentação* (Ministry of Food).

#### RÉSUMÉ

Dans cette étude le problème des conditions alimentaires du peuple brésilien est surtout abordé du point de vue de ses rapports avec le sous-développement.

La présentation du thème implique un examen sérieux des suggestions de plusieurs spécialistes de renom à propos de la division du Brésil en zones ou régions alimentaires malgré les difficultés inhérentes à tout essai de délimiter de telles zones ou régions avec une certaine précision, en raison des multiples variations et nuances d'interprétation qui sautent aux yeux.

Ces difficultés n'ont pas découragé l'auteur de chercher à éclaircir au cours de ce travail les principales caractéristiques et déficiences au régime alimentaire populaire dans les différentes régions du pays, en se référant spécifiquement aux enquêtes déjà entreprises sur l'alimentation et la nutrition dans ce domaine.

Ses recherches ont porté sur l'influence et la corrélation de certains facteurs — climat, enseignement, population, habitudes alimentaires et maladies répandues dans la classe ouvrière et paysanne — et une analyse serrée indique les effets malencontreux de la carence nutritive sur le rendement du travailleur.

Dans le cas spécifique du problème démographique, la question de la natalité est revue en rapport avec les facteurs socio-économiques, suivant les résultats obtenus par les spécialistes dans plusieurs branches d'études. Les déductions correspondantes ne semblent guère confirmer la thèse de ceux qui soutiennent que la faim endémique constitue un facteur conditionnant de la fertilité.

Une vérification s'impose de la validité des liens établis entre les facteurs écologiques, agricoles et socio-écologiques et l'alimentation du peuple brésilien, car les données apportées démontrent que les structures archaïques d'un pays sous-développé tendent à entraver sérieusement les conditions et possibilités nutritives de la population.

Il est intéressant de noter que l'auteur n'a négligé ni la corrélation entre la sous-nutrition et le déséquilibre interrégional, ni l'influence néfaste d'un manque de denrées alimentaires sur les relations entre les masses populaires et l'élite dirigeante de la nation.

Une attention spéciale est accordée au sous-développement du Brésil, et ses effets nocifs sur l'alimentation d'une couche étendue de la population sont étudiés en ce qui concerne les aspects corrélatifs de la question.

Finalement, l'exposé met en évidence la nécessité d'établir ou de créer un organe central de coordination pour toutes les activités gouvernementales relationnées à l'alimentation du peuple brésilien et l'auteur suggère cet organe le nom de ministère de l'Alimentation.